The image features a black silhouette of a person standing on a stool. The person is holding a bag or bundle in their right hand. The background is a light-colored grid pattern. The text is overlaid on the image.

MOVIMENTOS DE MORADIA E PANDEMIA

um olhar crítico para as redes de solidariedade
a partir das relações com o território e o Estado

Veridiana Lopes Ribeiro Fiorotto

Veridiana Lopes Ribeiro Fiorotto

MOVIMENTOS DE MORADIA E PANDEMIA

um olhar crítico para as redes de solidariedade a
partir das relações com o território e o Estado

Associação Escola da Cidade
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Amália dos Santos

São Paulo, dezembro de 2020

Essa jornada não teria sido possível sem minha grande companheira, conselheira e orientadora Amália, que me entusiasmou do começo ao fim deste trabalho com discussões e visões estimulantes, além de trazer calma e equilíbrio em momentos de ansiedade, a quem eu agradeço imensamente.

À minha querida mestra Angela Amaral, por me apresentar o mundo da habitação social, me auxiliar a transformar o meu olhar, compartilhar comigo de seus ideais, e por me estimular a sempre continuar descobrindo mais. À Marcos Boldarini e José Baravelli, pela disposição, clareza, conselhos e orientações.

À Evaniza Rodrigues, Graça Xavier e Vera Lúcia, por me cederem uma parte de seus tão disputados tempos, compartilharem comigo de suas vivências, e a todas as mulheres dos movimentos de moradia por me inspirarem diariamente.

Em meio às tormentas da graduação, Ana Clara Marin, Carolina Dentes, e Julie Uszkurat foram meu bote salva-vidas e ilustres companheiras, e a elas eu devo minha eterna gratidão.

À Maria da Glória, José Antonio, Otávio, Sophia e Carmem, pela paciência, carinho e suporte incondicional.

À Isabella, Lívia, Pedro; e por fim, a todas as amigadas conquistadas ao longo desses seis anos, por todo o apoio nas viradas de noites, pelo companheirismo nos mais diversos lugares e situações, e por me trazerem imensa alegria nessa intensa caminhada.

10.

20.

80.

150.

158.

170.

[1] Introdução

[2] Movimento x Estado

- 2.1_ A literatura sobre movimentos sociais 24
- 2.2_ O surgimento dos movimentos sociais no Brasil 40
- 2.3_ Constituição de 88 e a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) 46
- 2.4_ Novos caminhos - a institucionalização 54
- 2.5_ O papel político dos movimentos sociais 60
- 2.6_ Formas de enfrentamento ao Estado e mobilizações 66
- 2.7_ A criminalização dos movimentos sociais 70
- 2.8_ Considerações finais do capítulo 76

[3] Solidariedade e Pandemia

- 3.1_ Introdução 84
- 3.2_ Solidariedade e resistência- a luta social na pandemia 88
- 3.3_ Desdobramentos urbanos- os territórios populares 110
- 3.4_ Desigualdades- raça, gênero e classe 130
- 3.5_ Novas perspectivas- o pós pandemia 140
- 3.6_ O novo normal 146

[4] Conclusão

Referências Bibliográficas

Lista de Figuras

[1] INTRODUÇÃO



Fig. 02 Assembleia MTST-Leste.1
Acervo próprio

[...] à memória que trazia no meu corpo de tantas tramas juntei a marca de novos fatos, novos saberes, constituindo-se então, em novas tramas. (FREIRE, 1992: 17)

Os movimentos de moradia permeiam toda a minha graduação. Nas partes de minha formação em que tive a liberdade de escolher esse tema, com aulas eletivas ou trabalhos, consegui ir me aprofundando, cada vez mais, em desvelar as características desses complexos personagens e os territórios que os circundam.

Desde o início, tive um contato próximo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1 (MTST-Leste1), através de um grupo de extensão – ainda em desenvolvimento – que propõe a construção de um conjunto habitacional, por meio de mutirão e autogestão, no distrito de Itaquera, em São Paulo. Os alunos e professores da Escola da Cidade participantes, desenvolvem uma **assessoria técnica ao movimento**, e as atividades incluem: visitas e reuniões com os futuros moradores; análise e reconhecimento do local; acompanhamento de processos; elaboração de projeto; leitura de leis e legislação; diálogo com órgãos da prefeitura; entre outros.

A constante participação neste projeto, me fez ir atrás de análises e investigações do mutirão autogerido, o que desemboca em um trabalho de Iniciação Científica, financiado pelo Conselho Científico da Escola da Cidade, desenvolvido entre agosto de 2018 e 2019. Intitulada **“O canteiro politizado na habitação social”**, sob orientação do Prof.º Dr.º José Eduardo Baravelli, este tinha como objetivo a análise de canteiros de obra habitacionais sociais que funcionam como ambientes de formação política, por meio da atuação dos movimentos sociais na construção de moradias autogestionárias. Através da análise de dois casos específicos ligados a diferentes gerações de militantes do MTST-Leste 1 (um empreendimento já construído – conjunto Paulo Freire – e um em construção – os conjuntos dos Parque São Rafael: Doroty Stang, Martin Luther King e Jerônimo Alves), fui capaz de vivenciar o canteiro de obras mutirante e as relações internas ali desenvolvidas.

Essa busca acadêmica continuou em um trabalho de Estudo Vertical, realizado no primeiro semestre de 2019, que também **discutia a habitação de interesse social por mutirão e autogestão na cidade de São Paulo**. Analisava os movimentos de moradia; o papel das assessorias técnicas; o canteiro de obras; o protagonismo feminino; a pós ocupação e o histórico das políticas públicas. Em seguida, olhava para outros dois empreendimentos realizados por mutirão com autogestão, também pelo MTST-Leste 1: um da década de 80 – o Conjunto União da Juta – e um da atualidade, em construção – o mutirão Florestan Fernandes e José Maria Amaral – me permitindo mais vivências e contatos com esses protagonistas.

Nesse processo, o **Uruguai** recorrentemente apareceu como o proponente e inspiração de todo o processo que ocorre nesses canteiros mutirantes. As cooperativas desenvolvidas no país funcionam desde 1966, construindo, inclusive, durante o período da Ditadura, e mostram um exemplo notável de produção habitacional, que racionaliza a construção sob bases locais. Logo, a proposta de ir fazer uma vivência de cinco meses no país, e acompanhar de perto, não só como funciona o sistema, como também as tecnologias utilizadas, pareceu essencial em minha trajetória, buscando a origem do mutirão autogerido, e visualizando a sua forma mais bem acabada de produção de moradias sociais. Para alcançar tal objetivo de conhecer a fundo as cooperativas, realizei um estágio em um instituto de assessoria técnica, participando na elaboração de projetos e acompanhamento de obras; o que era complementado com um curso de pós-graduação, onde tive um panorama geral e histórico do passado, presente e futuro dessa forma de produção.

Perante essa jornada, me pareceu inevitável colocar os movimentos de moradia como protagonistas do meu Trabalho de Conclusão, sendo uma pesquisa que não se resume a apenas nove meses, mas aos meus seis anos de graduação. **Com o advento da pandemia, a importância que ganha a pauta habitacional nas grandes cidades, e o protagonismo que esses agentes assumem, meu objeto se circunscreve e ganha novas importâncias.** Apesar da impossibilidade do acompanhamento físico dos processos movimentistas, as minhas experiências passadas trouxeram participação, diálogo e

uma aproximação direta com as famílias dos movimentos; além de um conhecimento do território, de suas partes e trajetórias, que vão para além da bibliografia. **Essas lembranças estão vívidas na formação deste tema e ao longo deste trabalho.**

*

Dessa maneira, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de pesquisa **as redes de solidariedade praticada pelos movimentos de moradia autogestionários, e suas relações com o Estado e com o território.** São eles quem chegam nas famílias periféricas, levando doações, informações e ajuda, deixando claro como conhecem suas redes e particularidades; e fazendo o uso da autogestão, tão bem conhecida nos canteiros, para uma **nova forma de organização.** Essa prática indica um **duplo papel dos movimentos**, de tirar a fome e dar moradia digna, mantendo-se presente na vida das pessoas em um momento de paralisações gerais.

Para observar e analisar esses objetos, e perante o isolamento social imposto durante toda a pesquisa, acompanhei as **lives promovidas pela União Nacional de Moradia Popular (UNMP), pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), e pela Central de Movimentos Populares (CMP),** que tratavam dos mais diversos assuntos – como discussões de racialidade, classe, feminismo, território – mas sempre colocando como mote central a **solidariedade, a moradia e a democracia.** Busquei ouvir da boca desses agentes, como estavam se reorganizando, se reinventando neste novo momento de atuação, tentando compreender **os desafios e ações no combate ao vírus e ao Estado.**

Acompanhei também as **assembleias promovidas pelo MTST-Leste 1,** procurando entender como estavam engajando, formando e mantendo a base ativa durante esse momento; além de **lives de acadêmicos e textos publicados,** que traziam análises dos territórios, das cidades, e das possíveis formas de enfrentamento ao vírus e a desigualdade. Sistematizo as **lives** vistas em uma tabela, a ser apresentada no segundo capítulo deste trabalho.

Houve o confronto desse material tanto com uma **bibliografia específica** sobre a trajetória dos movimentos sociais; quanto com sites frequentemente visitados de **organizações presentes nesse discurso** (BrCidades, Instituto Pólis, LabCidade, Movimentos populares contra a Covid-19 e Cidade Solidária).

Para uma aproximação e análise mais específica, participei de **reuniões internas de coordenação dos movimentos de moradia,** buscando ver de perto como se organizam; além de realizar **conversas com figuras de destaque e grande protagonismo** (Évaniza Rodrigues - UNMP/ MTST-Leste 1; Graça Xavier - UNMP/ Secretaria das mulheres; Vera Lúcia - ULCM-SP (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia) / Secretaria das mulheres).

*

A partir deste levantamento, estruturo o trabalho em duas frentes de pesquisa, que resumo a seguir, assim como a linha argumentativa que pretende reuni-las:

O primeiro capítulo analisa os movimentos sociais e o conflito com o Estado que permeia toda sua história. Inicia expondo, a partir de literaturas específicas, as diferentes matrizes teóricas que discutem a trajetória dos movimentos sociais, suas polarizações e divergências; na tentativa de entender quem são esses sujeitos, ressaltando suas relações e particularidades, além de um paradigma teórico de análise específico para a América Latina. Passa então, para uma breve reconstituição histórica do surgimento dos movimentos sociais no Brasil, e sua busca pela redemocratização do país e de uma nova Constituição, marcando um momento de grande efervescência social. Este é seguido por um período de institucionalização dos movimentos – que ao se associarem ao governo, mudam sua forma de atuação corrente – e de crescimento do regime neoliberal – que aprofunda as exclusões e desigualdades arraigadas na sociedade, com perda da visão coletiva e anulação da fala pública. Verifica-se aqui também, o papel político desses atores na sociedade, ao desnaturalizarem a pobreza como paisagem natural das cidades e

emanciparem seus participantes; além das formas de ação coletiva que se utilizam no enfrentamento ao Estado, e o processo de criminalização e deslegitimação de suas ações.

Ao entender suas trajetórias, especificidades e a força política desses agentes, percebemos como esse conflito com o Estado os faz mudarem sua atuação devido aos diferentes cenários enfrentados; como representam as periferias urbanas, quebrando com a invisibilidade imposta historicamente a esses espaços; e como se tornam experiência no papel de resistência política.

Posto isto, passamos a olhar, **no segundo capítulo, para os dias atuais com as atuações emergenciais dos movimentos – agora destacando especificamente os de moradia – durante a pandemia, através da prática das redes de solidariedade e no auxílio aos territórios populares;** salientando as colocações de seus participantes e de figuras acadêmicas feitas durante as *lives*, e cruzando informações com uma bibliografia específica. Se discute o protagonismo que adquirem nessa nova forma de atuação; sua reestruturação interna e externa; o trabalho de base que articulam, com formação e instrução das famílias; o combate ao Estado neste novo cenário; e perante a ineficiência deste, as proposições emergenciais que assinalam.

Em seguida, enfatiza os territórios onde os movimentos atuam: **as periferias;** apresentando brevemente a formação e segregação formal desses espaços, para então entender o porquê do baixo índice de isolamento nesses locais, e a importância que adquire a moradia digna e os coletivos populares durante este período. Destaca-se ainda, a falta de mapeamento adequado e de ação territorializada no combate ao vírus; além da relação de pertencimento desses agentes com o espaço através da prática do mutirão com autogestão.

Durante a pandemia também ganha repercussão discussões e passeatas que abordam **desigualdades de gênero, raça e classe social.** Uma vez que o contágio atinge os indivíduos de forma desigual, apresentando maior risco para as populações historicamente invisibilizadas pelo Estado, e sendo essas majorias nos movimentos sociais, acentua-se as colocações nesta pauta.

Apesar de ser um cenário de profunda instabilidade, se instaura um sentimento de esperança em um outro mundo na saída da pandemia; fato a ser destacado a partir de **proposições de novos paradigmas,** tanto para os movimentos, como para projetos que visam a construção de cidades mais justas.

Este capítulo termina então, com uma breve descrição da abertura econômica que se instaura no segundo semestre e com a **flexibilização da quarentena,** procurando investigar os debates que se articulam neste momento. Coloco ao longo da pesquisa, um **breve horizonte das eleições municipais deste ano,** que em parte, já vinham sendo trabalhadas desde o começo, sendo a argumentação construída com rebatimento mais direto na institucionalização desses sujeitos sociais, e nas novas discussões alavancadas neste período.

Me utilizo também durante a pesquisa de temas com definições amplas e abrangentes, como neoliberalismo, democracia e periferias, mas que busco elucidar através de uma bibliografia base, das quais destaco: Ermínia Maricato (2014), Gabriel Feltran (2003, 2008), Giselle Tanaka (2006) e Maria da Glória Gohn (1997).

Por fim, arremato o trabalho com uma **conclusão geral,** que retoma alguns pontos desta introdução, e faz reflexões que permeiam minha jornada, mas já a luz do desenvolvimento dos argumentos aqui apresentados.

[2] MOVIMENTO

X

ESTADO

Os movimentos são como as ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais [...]. Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. [...]. Movimentos sociais são uma das formas possíveis de mudança e transformação social. (GOHN, 1997: 247)



Fig. 04_Manifestante ULCM UMM-SP

Os movimentos sociais carregam anos de experiências na produção do urbano pelos trabalhadores, fazendo formações críticas frente à cidade contemporânea, tendo como base a formação de um sujeito político e a sua emancipação pelo espaço (GUERREIRO, 2018: passim). Suas lutas, entretanto, só se configuram em um espaço de formação política porque sucedem de um conflito com o Estado, sendo uma disputa, então, entre Estado e sociedade organizada. Essa disputa ocorre historicamente, na eterna busca pela democracia e pelo direito à cidade.

Neste capítulo serão observadas as análises acadêmicas sobre os movimentos sociais, destacando as especificidades dos países latino-americanos; o surgimento desses movimentos e seu momento de êxito durante a redemocratização do país; sua institucionalização a partir da década de 90; seu papel político na formação de novos indivíduos; os tipos de ações coletivas que articulam como formas de enfrentamento ao Estado; sua criminalização e deslegitimação; buscando assim entender quem são esses sujeitos e qual é o seu papel na atualidade.

Com o surgimento de movimentos sociais na maioria dos países ocidentais a partir da década de 60, atrelado a um processo de deslegitimação dos Estados, os estudos acadêmicos sobre esses atores sociais também ganham espaço e importância como objeto de análise (GOHN, 1997: 10). Levando ao desenvolvimento de uma série de teorias, cada qual com um entendimento do que são, e a que espécies de manifestações se referem, são muitos os trabalhos que discutem e observam as trajetórias dos movimentos populares. Durante a década de 80, especialmente no Brasil, há uma erupção dessas produções, até meados da década seguinte – após esse período, devido a institucionalização, a menor aparição pública desses atores, e a transformação neoliberal nas universidades, a literatura específica também diminui sua tematização (FELTRAN, 2003: 34). Por tratar-se de atores complexos com histórias plurais, muitas são as divergências, polarizações e correntes de estudos. Trago aqui algumas vertentes de análise¹.

*

Até a década de 70, os movimentos sociais e ações coletivas foram explicados por teorias norte-americanas, inspiradas pelo estrutural-funcionalismo e pela tradição psicológico-social da Escola de Chicago, que formam o **paradigma clássico (ou do comportamento coletivo)**² (BRANDÃO, 2011: 13). Procuravam entender o comportamento coletivo como uma reação às mudanças sociais provindas da modernização, o que influenciaria diversas esferas, e

¹. Para maior aprofundamento ver GOHN, Maria da Glória. TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS Paradigmas Clássicos E Contemporâneos. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

². Cinco grandes correntes teóricas dividem a abordagem clássica sobre a ação coletiva e movimentos sociais: A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos, marca a primeira teoria sobre movimentos sociais, destacado por Herbert Blumer (1949); teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) e K. Kornhauser (1959); a abordagem sociopolítica, predominante nos anos 50, presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951); o comportamento coletivo sob a ótica do funcionalismo, combina as teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se mostra nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966); as teorias organizacionais-comportamentalista, está representada por Gusfield (1955) e Selznick (1952) (GOHN, 1997: 25).

provocaria uma tensão estrutural e um estado de anomia, levando a perturbação da ordem. A participação dos movimentos nessa vertente, estaria condicionada às frustrações individuais e valores, derivadas das transformações sociais (Ibid.: 14).

O paradigma do comportamento coletivo possui diversas versões, que levam em conta a diferenciação entre a ação institucional-convencional (orientada pelas normas sociais vigentes) e o ato coletivo não-institucional (ligadas a consequência de ações não-estruturadas). Se contrariando a essas correntes e inspirados por uma tradição marxista clássica, alguns autores destacam a racionalidade das ações coletivas³. Para eles, as ações também teriam origem estrutural, mas os conflitos seriam causados em consequência da lógica de exploração do sistema político-econômico, sendo as classes sociais os agentes de transformações (Ibid.: 14).

Com uma erupção de protestos sociais na década de 60 e 70 em países capitalistas desenvolvidos, não gerados pelos trabalhadores, mas pela sociedade civil, de forma pluriclassistas, e que não sugeriam a tomada do poder; se propôs uma revisão das abordagens teóricas em busca de explicar essas ações coletivas. Assim surgiram três novas vertentes: de origem norte-americana, a Teoria de Mobilização de Recursos⁴; de origem europeia a Teoria dos Novos Movimentos Sociais⁵; e como resultado das discussões com os europeus nos anos 80, à reformulação americana da Teoria da Mobilização de recursos, resultando na Teoria do Processo Político (ou Teoria do Confronto Político)⁶ (Ibid.: 15).

A **Teoria de Mobilização de Recursos** ressalta a racionalidade de mobilizações coletivas: **“longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos”** (ALONSO apud. BRANDÃO, 2011: 15). Surgiriam de forma esporádica, e via como

³. Com destaque para Barington Moore e Eric Wolf (BRANDÃO, 2011: 14).

⁴. Presente nos trabalhos de McCarthy e Zald (1977) (BRANDÃO, 2011: 15).

⁵. Com contribuições significativas de Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci (Ibid.: 15).

⁶. Defendida por Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Jack Goldstone e pelo italiano Mario Diani (Ibid.:15).

essencial a constatação de como seriam mobilizados os recursos necessários para agir coletivamente. Também com uma separação de ações institucionais e não-institucionais, dependeria dos recursos disponíveis a determinado grupo social, e ocorreria por meio de competições partidárias e de grupos de interesse. Aqueles que não conseguissem o acesso por esse meio, promoveria formas de ações que alcançassem a mobilização coletiva (como manifestações, passeatas e greves) (Ibid.: 16).

Essa teoria falha a partir do momento que subestima a importância cultural; não considera as mudanças estruturais, culturais e políticas que poderiam vir a acontecer a longo prazo; e analisa o ato individual, sem se atentar para o processo de solidariedade formado a partir da associação coletiva. Um conflito que aparece nas teorias sobre os movimentos sociais, em geral, é o pensamento de que o indivíduo tem a ação lógica de não se mobilizar, enquanto outros o fazem, visando o bem comum. Assim, para que os movimentos conseguissem a mobilização coletiva, deveriam dar benefícios ou penalizar a não participação. Essa constatação, entretanto, não leva em conta os efeitos da ação coletiva entre indivíduos em situações semelhantes, que geraria uma “experiência prática de transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de agir” (Ibid.: 16).

Proeminente do pensamento de que os movimentos populares seriam os responsáveis pelas disputas envolvendo o controle social dos principais padrões culturais, a **Teoria dos Novos Movimentos Sociais**, tira o combate da figura do Estado e o transfere para a sociedade civil, partindo de explicações localizadas no âmbito político ou na vida cotidiana para observar esses atores (GOHN, 1997: 15). Esses novos movimentos surgiriam como formas de resistência à colonização e buscariam na sociedade mudanças culturais a longo prazo, ao disputar projetos a partir de espaços independentes do Estado e do Mercado (Ibid.: 18).

Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida. Recorreriam à ação direta, pacífica, baseada numa organização fluida, não

hierárquica, descentralizada, desburocratizada. Não se dirigiriam prioritariamente ao Estado, mas à sociedade civil, almejando mudanças culturais no longo prazo. (ALONSO apud. BRANDÃO, 2011: 18)

A teoria traz como categorias básicas a “cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc.”; e conceitos de “identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc.” (GOHN, 1997: 15). A crítica a essa vertente se instaura ao negligenciar a relação dos movimentos com a prática política-institucional, além de uma definição restritiva: ao abranger somente conflitos culturais, não se preocupa com a dinâmica e organização, mas apenas com a essência do que está sendo disputado (BRANDÃO, 2011: 19).

Com enfoque na ação coletiva, a **Teoria do Processo Político** discute a interação entre os atores sociais em benefício de um objetivo ou valor. Esses indivíduos, por serem independentes e estarem imersos em contextos específicos, carregam identidades, valores e orientações próprias, mas estão, ao mesmo tempo, conectados através da cooperação e do reconhecimento (Ibid.: 21). Assim, define: **“um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito político ou cultural, e baseada no compartilhamento de uma identidade coletiva”** (DIANE apud. BRANDÃO, 2011: 19).

Para Charles Tilly – um dos principais nomes dessa teoria – as vertentes anteriores não percebem que a ação coletiva é uma ação dinâmica com interação entre atores diversos. Diz que os movimentos são constituídos por participantes proeminentes de redes sociais distintas já existentes, que se ligam através da solidariedade, de conflitos comuns e, quanto maior for a sobreposição dessas redes, mais organizado será o grupo. Um movimento social, na visão dele, pressupõe uma interação conflituosa entre os detentores do poder e os desafiadores, que se utilizam de formas de ação e estratégias para efetuarem suas demandas (Ibid.: 20).

Esse repertório, tanto de ações coletivas, como de formas de organização, seria extraído de um “estoque cultural” (ZALD apud. BRANDÃO, 2011: 21) da sociedade e é, no entanto, muito limitado: **“não é só o que as pessoas fazem quando elas têm uma demanda; mas é também o que elas sabem como fazer e o que a sociedade passou a esperar que elas escolham fazer dentro de um conjunto de opções sancionado culturalmente e limitado empiricamente”** (Ibid.: 21). A transformação desse repertório aconteceria de forma lenta e gradual, relacionando-se às mudanças no Estado e/ou no sistema econômico, e a introdução de uma inovação agiria como uma forma de diferenciação entre os movimentos de temáticas similares⁷. O domínio de um conjunto de formas de ações coletivas também seria um mecanismo de poder interno dos movimentos sociais (Ibid.: 22).

Intimamente relacionado à Teoria do Processo Político, existe o conceito de **“ciclo de protestos”**, de Sidney Tarrow, que diz que em determinadas situações políticas existem ocasiões de grande efervescência social, de intensa mobilização, com surgimento de novos movimentos e empoderamento de antigos (Ibid.: 23). Complementando essa teoria, como resultado de um intenso debate com as correntes europeias, uma nova vertente teórica abrangeu europeus, americanos, e posteriormente passou a predominar na América (GOHN, 1997: 15): a ideia de **“Estruturas de Oportunidades Políticas”**. Estes seriam momentos de imensas aberturas políticas, capazes de promover ondas de mobilizações sociais, quando bem interpretadas – como será observado, ocorreu durante o período da Constituinte (BRANDÃO, 2011: 24). A ênfase desse pensamento está no processo político de mobilizações e de bases culturais (GOHN, 1997: 15):

[...] as pessoas se engajam em confrontos políticos quando mudam os padrões de oportunidades e restrições políticas e, então, empregando estrategicamente um repertório de ação coletiva, criam novas oportunidades que

7. Por exemplo o MST, que se utiliza das ocupações quando as velhas práticas de mobilização já não surtiam mais efeitos (BRANDÃO, 2011: 23).

são usadas por outros, em ciclos mais amplos de confronto. Quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade, quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais. (TARROW apud. BRANDÃO, 2011: 25)

Dessa forma, as diferentes abordagens desses distintos autores olham para a interação entre a ação institucional e a não-institucional; propõem um novo olhar para as formas de ação coletiva; e deixam claro como os estudos dos movimentos sociais vem de uma relação de conflito, impossibilitada de ser analisada fora de seu contexto político.

Perante essa multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais, outras duas classificações dos principais autores nacionais e internacionais – mostrando um maior ou menor otimismo sobre as ações desses atores sociais – foram elaboradas por Baierle (1992) e Doimo (1995), e apresentadas por Feltran (2003: 28). Baierle as classifica em três abordagens: econômico-estrutural; antropológico-cultural; e histórico-política. Doimo segue seu caminho e divide as abordagens também em três matrizes: **estrutural autonomista; cultural-autonomista; e enfoque institucional**⁸.

Nesta última interpretação vê as três diferentes vertentes crescerem, se sobreporem, e deixa nítido a polarização dos autores. Explica que a primeira corrente é filiada ao marxismo clássico estruturalista, e nasce vendo os movimentos como propositores de conflitos de classe, e a sociedade civil como local de organização dos trabalhadores. A segunda olha para a cultura como principal encarregada da transformação social. A terceira, por outro lado,

8. Econômico-estrutural: Castells (1974), Lojkine (1981), Borja (1975), Weffort (1978), Oliveira (1977), Moisés (1978); cultural-autonomista: Thompson (1987), Evers (1984), Kriskche e Scherer-Warren (1987), Kowarick (1984), Sader e Paoli (1986), Telles (1987), Caccia-Bava (1983); enfoque institucional: Santos (1981), Cardoso (1983, 1985, 1988), Boschi (1983) (FELTRAN, 2003: 28).

é a mais pessimista delas, e faz crítica ao papel dos movimentos sociais, rompendo com as outras análises. Pondera os limites desses movimentos, e diz que quando se institucionaliza esses sujeitos eles perdem o papel autônomo transformador. Os movimentos aqui não seriam capazes então, de alterar substancialmente as relações produtivas capitalistas, sendo sua abrangência máxima alargar os direitos e a cidadania.

*

No **Brasil, e na América Latina** em geral, as posturas metodológicas para análise dos movimentos sociais foram muito heterogêneas, com caráter mais empírico-descritivo, e **orientadas por teorias elaboradas no exterior**⁹, especialmente por teorias europeias: a marxista-estruturalista¹⁰ – trouxe conceitos de hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais – e a dos Novos Movimentos Sociais – com maior destaque para aplicação das categorias sociais de autonomia e de identidade (GOHN, 1997: 210). Com ênfase na estrutura e nos fatores político-econômicos (vertente marxista); ou nos atores sociais e nos fatores sociopolíticos (Novos Movimentos Sociais); se gerou na América Latina uma contradição pragmática. O lado estruturalista buscava olhar para as contradições elementares,

9. A utilização na América Latina de modelos teóricos produzidos na Europa e nos Estados Unidos tem longa tradição (GOHN, 1997: 212); desde a Independência, há um “caráter imitativo de nossa vida cultural”, por um “sentimento de contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo” (SCHWARZ apud. TANAKA, 2004: 18). As publicações internacionais têm um valor absoluto, independente de se tratarem de questões não adequadas à realidade social e urbana dos países latinos (MARICATO, 2014: 166).

10. “O quadro metodológico de análise dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) de Castells (1973) consistia em entendê-los a partir da determinação estrutural do problema que encerram (ou reivindicam). Isto implica captar nos movimentos suas perspectivas, sua estrutura interna, suas contradições, seus limites e possibilidades, suas relações com a cidade e com o Estado. O método de abordagem mais eficaz para o estudo dos MSU seria para Castells, a partir de sua observação concreta, registrar a forma pela qual se desenvolvem e as ações e organizações que integram. Isto feito, dever-se-ia partir para uma nova etapa: relacionar o observado anteriormente com: a) as contradições estruturais do capitalismo; b) a expressão estrutural do movimento no urbano; e c) o processo político mais geral do país nos últimos anos.” (GOHN, 1997: 190).

as causas e consequências dos movimentos; as desigualdades, discriminações, opressões e explorações; enfatizando o potencial transformador de suas ações. Já o lado interacionista ressaltava os conflitos políticos, as formas de mobilizações, as relações de poder, as alianças, destacando a capacidade dos movimentos de gerir identidades políticas através de processos discursivos (Ibid.: 16).

Com uma conjuntura muito diferente da europeia e da americana, o território latino é marcado por um passado colonial, escravocrata e de servidão indígena, passando de colônia, a monarquia (na maioria dos casos), e república (Ibid.: 224). Dependentes das necessidades dos países capitalistas desenvolvidos, os países latino-americanos que se industrializaram foram de forma parcial, baseados na mão de obra migrante e/ou imigrante. Aqui, foi utilizada a ideia de raça para legitimar as relações de dominação impostas entre europeus e não-europeus, diferenciando as distintas estruturas biológica existentes – índios, negros e mestiços – para articular um novo padrão de poder. Configurou-se hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, além de uma **classificação universal, baseado no que seria uma situação “natural” de inferioridade** (QUIJANO, 2005: 117).

O Estado nacional foi fruto de lutas internas, com relações definidas por períodos autoritários, e as elites sempre estiveram subordinadas ao capital internacional. Até a década de 30, os regimes políticos se desenvolviam entre as oligarquias rurais e o clero, com a presença do coronelismo como forma de clientelismo político. As forças militares foram atores principais em vários momentos das histórias desses países, constantemente entrando e saindo do poder. A América Latina ainda foi palco dos regimes políticos populistas, de projetos nacional-desenvolvimentistas, de regimes militares autoritários (GOHN, 1997.: 225). Esse passado colonial-imperialista, de república dos coronéis, de líderes populistas, leva a uma **naturalização na cultura política da relação de dominação**, em termos de clientelismo e paternalismo. O caráter paternalista faria também com que o Estado se caracterizasse como **“provedor”**, com o papel de atender as demandas de todos os cidadãos igualmente, viabilizando uma sociedade justa e igualitária – característica apropriada pelos movimentos populares

na busca de legitimar suas demandas e reivindicações. Isso criará dificuldades para formação de espaços democráticos, livres, e para própria consolidação da democracia (MOISÉS apud. TANAKA, 2006: 99).

A questão da cidadania assume, igualmente, um caráter específico aqui, uma vez que é regulamentada as regras de civilidade e cidadania pela própria sociedade civil em conflito com o Estado (GOHN, 1997: 226). Como veremos, o período da redemocratização foi um importante momento de crescimento dos movimentos sociais e de transformação da cultura latino-americana. Esse período foi seguido pela “era da globalização”, por uma nova divisão internacional do trabalho, pelo aumento do desemprego no “terceiro mundo”, e por novas políticas sociais (Ibid.: 227).

Apesar do cenário de inúmeras diferenças, existem alguns processos gerais que permeiam territórios com certa industrialização, demarcando relações sociais – especialmente com a globalização. As análises devem, no entanto, apreender esses processos e desenvolver as diferentes realidades (Ibid.: 216). O contato com as teorias europeias permitiu usar de guia a orientação político-estratégica para a produção latino-americana, e uma análise mais crítica e articulada com a nova esquerda. Muito presos ao referencial europeu, os analistas se utilizavam dessas correntes acadêmicas por considerá-las progressistas, absorvendo também, em menor escala, algumas categorias e conceitos das teorias americanas (Ibid.: 215). Existe, porém, a **dificuldade de se delimitar as ações dos movimentos contemporâneos que acompanho nas categorias teóricas já definidas**, uma vez que estes seguem especificidades próprias derivadas do território que pertencem; além dessa importação mascarar os reais problemas, características e contradições da realidade brasileira (MARICATO; SCHWARZ apud. TANAKA, 2006: 19) – problema já previamente apontado por Barreiro (1992), Lefèvre (1973), Gohn (1997), Maricato (2000), Schwarz (2002), Tanaka (2006), entre outros.

Na tentativa de chamar a atenção para as particularidades da América Latina, foi elaborada por Cardoso e Falleto (1970) a **teoria da dependência**. Feita em um momento de militarização generalizada, ou seja, anterior a efervescência dos movimentos sociais, propunha

um olhar em direção a dinâmica global da economia para explicar o desenvolvimento, fugindo do determinismo, do imperialismo, e da modernização, possibilitando a releitura de teorias existentes. Nesse cenário é desenvolvido um olhar crítico para a **teoria da marginalidade**, de Kowarick (1975), a qual dizia que o modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos criava os marginais, entendendo-os dentro da lógica do processo de acumulação (GOHN, 1997.: 213). Essas teorias abriram caminho para outros estudos, que aprofundaram as especificidades do contexto latino-americano, durante a conjuntura das ditaduras militares, do crescimento das resistências, e posteriormente, da redemocratização (Ibid.: 215).

Em um grande processo de renovação, com uma série de novos pesquisadores, se amplia nesse momento os estudos sobre os movimentos populares e sobre as periferias, especialmente no Brasil (Ibid.: 214). É concebido um pensamento crítico, uma nova leitura do espaço urbano, evidenciando o universo das periferias e da moradia precária¹¹ (MARICATO, 2004: 108). De difícil conceituação, aceita-se o reconhecimento de que a **“cidade ilegal é regra e o que se julgava regra, é, em alguns casos, a exceção”** (Ibid. 115). Crescem juntos, a produção acadêmica, os movimentos sociais urbanos e gestões municipais com projetos inovadores (Ibid. 106). Destaca-se também, as produções de autores que buscavam desenvolver uma teoria sobre a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional, contribuindo para os estudos da cidade periférica. Evidenciavam aspectos originais decorrentes da história social e cultural brasileira¹², uma vez que a representação da periferia não cabia nos modelos estrangeiros de análise (Ibid. 130).

¹¹. Ferro (1969); Azevedo (1975); Sampaio & Lemos (1978, 1993); Maricato (1976, 1987, 1979); Brandão (1978, 1980); Bollafi (1975, 1977, 1979); Bonduki & Rolnik (1979); Kowarick (1979); Lefèvre (1979); Singer (1979); Valladares (1980, 1982); Santos (1980); Costa (1984); Oliveira (1972, 2003); Villaza (1999, 2005) (MARICATO, 2014: 115; TANAKA, 2004: 51; 75). Destaca-se também as produções cinematográficas críticas da época, que colocavam como objeto central as vidas das periferias urbanas, sob as mãos de Fernando Meirelles, Ugo Giorgetti, Thiago Villas Boas, José Henrique Fonseca, José Padilha, Ricardo Elias, Sergio Machado, entre outros (Ibid.: 148).

¹². Destaque para os pensamentos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Antonio Candido e Roberto Schwarz (MARICATO, 2014: 131; TANAKA, 2004: 25).

*

Nas análises sobre os movimentos populares brasileiros, sempre está presente a noção de que as lutas sociais têm como alvo o Estado. Em busca de atender suas necessidades, os movimentos são colocados como os capazes de exacerbar as contradições da sociedade: **“Os movimentos sociais são vistos como parcelas ativas das classes trabalhadoras, capazes de impulsionar mudanças para a sociedade como um todo, a partir de suas reivindicações por melhorias nas suas condições de vida”** (TANAKA, 2004: 98).

Tanto para José Álvaro Moisés (1979) quanto para Maria da Glória Gohn (1985), os movimentos sociais nascem das lutas ligadas ao trabalho, e suas demandas são por bens e serviços, básicos e coletivos; reivindicando a legitimação dessas demandas como direitos universais, construindo uma “contra-hegemonia popular”, e fazendo surgir uma cultura autônoma (TANAKA, 2004: 116). Entretanto, para Moisés (1979), os movimentos contrariam a soberania das classes dominantes, mas não propõem um projeto transformador, dependendo de associações políticas para conceberem um projeto social. Para Gohn (1985) os movimentos sociais estariam em posição antagônica ao Estado, que seria incapaz de atender as demandas populares, por privilegiar os interesses com o capital e com as classes dominantes, acentuando os conflitos. Os movimentos poderiam conseguir conquistas parciais, mas também teriam a necessidade de se articularem a outras forças políticas para promoverem uma transformação significativa. Nesse raciocínio, o Estado incorporaria alguns dos requerimentos populares, mas dentro de uma lógica de custo-benefício, desmobilizando os movimentos (Ibid.: 117).

Já para Eder Sader (1988), os movimentos sociais urbanos teriam construído um “sujeito político autônomo”, apto a evidenciar e legitimar as lutas populares, promovendo um alargamento político na sociedade. Com o papel de denunciar as condições das periferias, antes ignoradas pela sociedade e pelo Estado, legitimariam suas demandas, destacando o principal objetivo de conquista e/ou universalização de direitos e cidadania. Trazendo consigo as realidades tanto do mundo do trabalho, como dos cotidianos de seus bairros, esses movimentos dariam uma identidade a classe popular, articulando um projeto político comum.

Novamente defende que para uma transformação social mais ampla, precisariam se articular a outras forças políticas e sociais (Ibid.: 117).

Diferentemente dos demais autores que abordam a relação com o governo de forma antagônica, mas agora posicionando o Estado de forma central, Kowarick (1979) vê este como um regulador das relações capital-trabalho. No que se refere a produção da cidade, o Estado assumiria um papel de provedor de bens e serviços coletivos, direcionando seus investimentos de forma prioritária para as classes médias e altas, segundo os interesses do capital industrial. Diz que as lutas urbanas não podem ser separadas do mundo do trabalho, uma vez que o processo de espoliação urbana faria parte do mesmo processo da superexploração da força de trabalho (Ibid.: 118).

Os movimentos sociais urbanos ao se dirigirem ao Estado estariam então conduzindo mudanças sociais, políticas e econômicas, lutando por uma maior igualdade de direitos, rompendo com o comando das forças dominantes e permitindo um “controle social e popular” (Ibid.: 118). O confronto entre movimento e Estado **“politizou os conflitos, permitindo que emergisse, entre os protagonistas daqueles movimentos, uma perspectiva que ultrapassava a sua dimensão estritamente econômico-corporativa e atingia a dimensão política”** (Ibid.: 99).

*

No entanto, diante da contínua falta de um **paradigma teórico de análise sobre os movimentos sociais na América Latina**, Gohn (1997: 241) faz uma **proposta teórico-metodológica** para a pesquisa nesse território. Recusa a ideia de uma única definição ou conceituação universal, mas propõe parâmetros mínimos para uma concepção teórica sobre os movimentos sociais latinos (Ibid.: 244). Começa trazendo as diferentes interpretações de movimentos – que derivam conforme as mudanças das ações coletivas, os paradigmas de análise dos pesquisadores e as estruturas econômicas e políticas – e a dificuldade em defini-los (Ibid.: 243), para chegar, enfim, em uma primeira conceituação:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. (GOHN, 1997: 251)

Fica claro na passagem como os movimentos sociais derivam de uma práxis que envolve tanto o pensar, como o fazer (Ibid.:247). Atuam sempre em **áreas de conflito**, transformando carências em contestações através de uma força social, com ações que permanentemente contém um caráter político (Ibid.:252). Se articulam com bases demandatárias, assessorias e lideranças; com entidade sociopolíticas, Igrejas, partidos, sindicatos e ONGs; universidades, parlamentares e empresários; vinculando interesses comuns sob **o princípio da solidariedade, que cria um imaginário de unidade e encobre as diferenças internas, dando identidade**

ao movimento. Seus repertórios estão intrinsecamente vinculados à cultura local, assim como suas demandas; e da sua localização geográfico-espacial derivam as denominações dos diferentes movimentos (Ibid.:257).

Para estudar esses atores é preciso então, segundo a autora, considerar seus **elementos internos básicos** – suas demandas e reivindicações, os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, articulações, ideologia, projeto, organização, práticas – e seus **elementos externos** – o contexto sociopolítico e cultural; as articulações, relações e redes externas; as representações que eles têm de si e do outro; suas conquistas e derrotas, e a cultura política que constroem (Ibid.:255). Além disso, foram criadas algumas **categorias analíticas** para formulação de um referencial de movimento popular na América Latina, são elas: a participação como termo articulador no repertório das demandas dos movimentos; a experiência, interligada ao fazer e a cultura política; os direitos, associada à questão da cidadania; a exclusão social, olhando tanto para os excluídos como para os processos de exclusão; e a identidade coletiva, importada da vertente europeia dos Novos Movimentos Sociais (Ibid.:263).

Na tentativa de englobar essas análises em uma descrição ampla desses movimentos, respeitando suas singularidades e contemplando as diversidades, o aspecto de classes social e as realidades específicas, Gohn (1997: 268) divide esses grupos em **cinco categorias**: movimentos constituídos a partir da origem social da instituição que apoia ou obriga seus mandatários; movimentos sociais constituídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor; movimentos de determinados problemas sociais, que dividem-se em duas subcategorias: os que vão em busca de solução ou criação de equipamentos coletivos de consumo e os movimento pela preservação do meio ambiente; os movimentos sociais concebidos em função das conjunturas políticas de uma nação (socioeconômica, cultural etc.); e por fim, movimentos sociais elaborados a partir de ideologias (utópicas).

*

Já atualmente, há um **novo debate e uma nova literatura guiando um novo conjunto de atores**. Esses pensadores se esforçam para analisar a sociedade desde a redemocratização, e se dividem em duas correntes antagônicas de pensamento, mas ambas assinalam a gravidade atual da democracia brasileira (FELTRAN, 2003: 42): a primeira¹³ pensa as possibilidades diante do contexto de inserção institucional dos movimentos sociais, destacando as novas formas de relação entre Estado e sociedade, vendo a esfera pública como conflitiva e atravessada por tensões. Por outro lado, a segunda corrente¹⁴ fala em uma desativação política central e estruturalmente organizada, o que não tornaria possível os movimentos sociais se colocarem efetivamente no espaço público. Nessa visão, as alternativas aos setores populares estão desmanchadas pela base, causando uma substituição da política pela gestão (Ibid.: 43).

As polarizações e divergências entre essas diversas correntes de análise apresentadas deixam clara a **dificuldade em se estudar um conjunto tão heterogêneo de atores, plurais e não lineares**. Com uma trajetória marcada por incertezas, conflitos e contradições, hoje é possível ver como muitos desses pensamentos viram-se frustrados, por se tratar de um cenário tão complexo e específico (Ibid.: 23). Pensar o momento atual é, então, um desafio, **sendo cada análise uma aposta**.

¹³. Evelina Dagnino (2000 e 2002), Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (2000), Santos (2002 e 2002b) (FELTRAN, 2003: 42).

¹⁴. Composta por Francisco de Oliveira, Laymert Garcia dos Santos, Maria Célia Paoli e Vera Telles (Ibid.: 43).

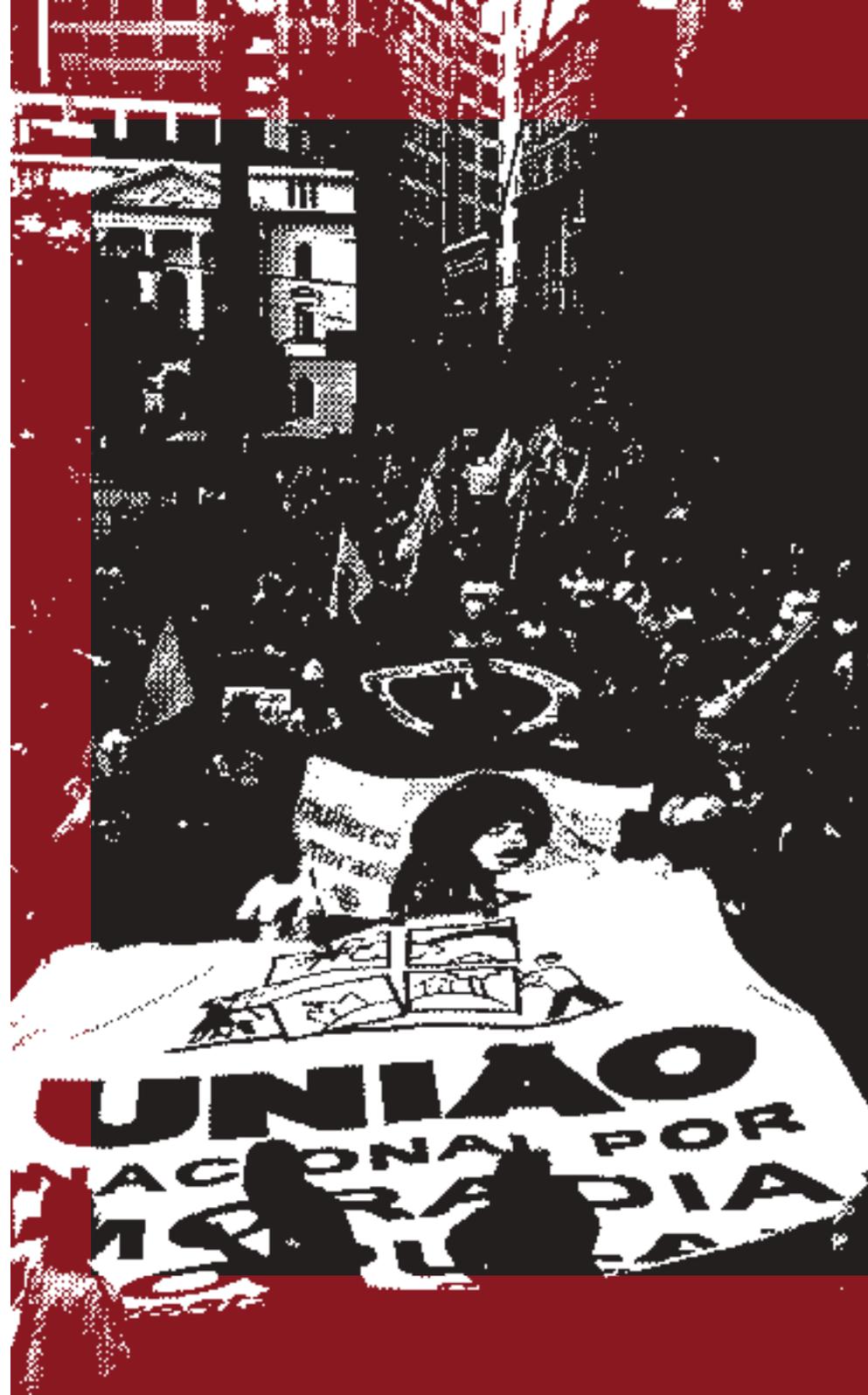


Fig. 05_Ato pela moradia_05.12.14
MTST-Leste 1

Durante o regime civil-militar que assolou o país no período entre 1964 e 1985, se amplia o contexto de uma cidade com grande precariedade e crescente desigualdade. Complementar a isso, o regime contava com ações de fechamento de espaços públicos e de convivência, pretendendo distorcer qualquer tipo de coletividade, na tentativa de “apagar os sinais de reconhecimento popular, esvaziar o sentido de ação coletiva como forma de participação na vida social [...] ‘despolitizar’ a sociedade e desfigurar a política como coisa pública” (TELLES apud COLEJO, 2016: 29). Isso se refletia no desenho da cidade, que se apresentava de maneira hostil aos pedestres e aos encontros, uma vez que estes poderiam vir a discutir e trocar ideias contrárias à atual situação política. Corroborando essas ações, se produzia um projeto desenvolvimentista, com construções de grandes vias e sem espaços para o debate: **“Os espaços públicos foram se dissolvendo e, de certa forma, a vida coletiva foi se privatizando”** (COLEJO, 2016: 29).

Como veremos mais adiante, em um processo acelerado de periferização da população de baixa renda e espraiamento da mancha urbana, se consolidava o modelo de cidade-dormitório, mantendo a população mais vulnerável em locais distantes da infraestrutura urbana, obrigando-os a percorrer longos percursos. Esse deslocamento, juntamente as longas jornadas de trabalho, privaria o trabalhador de usar o seu tempo de lazer e de encontro. Dessa forma, **“a vida social e a coletivização vão perdendo força, uma tendência à privatização da vida urbana”** (Ibid.: 30).

A conjuntura contava também com um significativo índice de desemprego, arrocho salarial e aumento dos aluguéis, criando terreno para o início de questionamentos da situação, quebrando o conformismo, e articulando as primeiras mobilizações (Ibid.: 32).

*

Se contrapondo a esse cenário, surge no início dos anos 80, uma renovação da cena nacional na disputa pelo poder, forçando o olhar para as periferias das metrópoles, e marcando a aparição dos movimentos populares (FELTRAN, 2008: 29). Estes **“novos sujeitos coletivos”** (SADER

apud. COLEJO, 2016: 34) vinham com promessas de democratização social, se mostrando publicamente como protagonistas políticos nascentes e iniciando sua expansão (FELTRAN, 2003: 26). Propunham críticas e alternativas aos limites da democracia, mais ligadas a difusão e ao estabelecimento de uma cultura democrática no tecido social; visavam a construção de uma sociedade e cidade mais igualitária, reconhecendo as necessidades da diversidade de valores e interesses (Ibid.:23).

Legitimando as possibilidades de conflitos no campo democrático, e não mais voltados exclusivamente a mudanças estruturais, mas à conquista de direitos e cidadania, essa atuação renovada desses atores define uma ruptura com a teoria marxista clássica¹⁵ (Ibid.: 30). Aos chamados **“novos movimentos sociais”** (PAOLI apud. FELTRAN, 2008: 36), caberia então o papel de representar, mediar, e reivindicar os interesses das periferias urbanas, que cresciam cada vez mais (FELTRAN, 2008: 37). Usavam das necessidades cotidianas dos bairros populares – compreendidas como expressões de resistência, autonomia e criatividade – e as transformavam em eixos de luta política, passando a demandar novos direitos relacionados às questões de moradia, educação, saúde, trabalho, lazer, dos direitos da criança e do adolescente, entre outros (BRANDÃO, 2011: 37).

Ainda que muitos distintos entre si, a aliança entre movimentos se sustentava pelo fato de todos sofrerem com uma condição de baixa representatividade durante a ditadura, sem a legitimidade dada pelo Estado (FELTRAN, 2008: 37). Percebiam que enquanto articulados,

¹⁵ Essa transição pode ser evidenciada na substituição do termo “proletariado” por “classes populares”, menos ligado então a uma ideia clássica revolucionária, consagrando o termo “popular” por esses movimentos sociais (FELTRAN, 2003: 32).



Fig. 06_Ato pela redemocratização Fundação 1º de Maio



Fig. 07_Manifestação pelo fim da ditadura militar COLLA; PEETERS; PREUD'HOMME, 2015: 76

havia a possibilidade de se expressarem publicamente, elaborando uma **identidade coletiva**, e criando representatividade (COLEJO, 2016: 33). Se aproveitaram do vazio discursivo deixado pela transição de poder, e criaram no país novos espaços de discussão pública, paralela a transição “lenta, segura e gradual” dos militares. Em uma estratégia de democratização do Estado e das relações sociais, formaram uma **“nova noção de cidadania”** (FELTRAN, 2008: 38).

Nesse processo, algumas instituições em crise se reaproximam dessa população de baixa renda, proporcionando um efeito pedagógico nos seus participantes e incentivando ações coletivas (BRANDÃO, 2011: 39). São elas: **a Igreja Católica, grupos de esquerda, e movimentos sindicais**.

Com o apoio determinante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹⁶, que operavam sob a Teologia da Libertação, a Igreja propunha capilaridade e um discurso inovador, sugerindo um novo olhar sobre os pobres, expressando fatos do cotidiano, discutindo a importância dos direitos, e criando identificação, solidariedade e coletividade entre os participantes. Os grupos de esquerda desarticulados buscavam novas interações com os trabalhadores, estruturados em torno da criação de novos partidos de oposição¹⁷. Já os movimentos sindicais, ou “novo sindicalismo”¹⁸, levava consigo um referencial ideológico (marxista), e

16. “O crescimento das comunidades eclesiais de base é notável, especialmente na zona rural e nas periferias das grandes cidades. Durante os anos 70 e meados da década de 80, dezenas de milhares de CEBs foram criadas.”(BRANDÃO, 2011: 39).

17. Destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT), que reúne movimentos urbanos e rurais, lideranças católicas e ex-militantes da luta armada, associada a Central de Movimentos Populares (CMP); a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reunia sindicatos combativos e a vinculação da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (MARICATO, 2014: 143).

18. Termo usado por Eder Sader em seu livro “Quando novos atores entraram em cena” (1988). Esse sindicalismo atingiu o seu apogeu nas grandes greves de São Bernardo do

se articulava à procura de melhores condições de trabalho e melhores salários (SADER apud. COLEJO, 2016: 33). Essas associações foram fundamentais para impulsionar debates, formar lideranças, e as primeiras lutas sociais, trazendo à cena pública novos (e velhos) atores políticos (BRANDÃO, 2011: 41)¹⁹. Estes começam reivindicando situações pontuais e, à medida que vão ganhando os espaços públicos e visibilidade, estruturam a luta pela redemocratização do país (COLEJO, 2016: 37).

A principal contribuição dos movimentos sociais tem sido no aprofundamento do processo democrático brasileiro, enquanto reconstrução de espaços de organização e participação na vida cotidiana, e de valores éticos e democráticos. Nosso entendimento é de que a consolidação dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos de democratização brasileira traz por consequência, mudanças nas relações que se estabelecem entre os indivíduos, na sociedade em geral e destas com o Estado. (RODRIGUES apud COLEJO, 2016: 38)

Campo em 78, 79 e 80, com o apoio da Igreja Católica, de intelectuais e de estudantes; e “buscou superar o esvaziamento e a perda de representatividade dos seus sindicatos, aparelhando-se tecnicamente para apoiar os trabalhadores nos conflitos diários das fábricas (fazendo o que chamavam de “trabalho de base”) [...] Seu discurso se apoiava na importância dos trabalhadores (qualificados) para o processo produtivo e na reivindicação das suas formas de organização (os sindicatos) como sujeitos reconhecidos no plano dos direitos.” (BRANDÃO, 2011: 40).

19. Marca também o início dos mais importantes movimentos de moradia, entre eles a União dos Movimentos de Moradia (MARICATO, 2014: 143).



Fig. 08_Ato MTST-Leste 1, déc.90
MTST-Leste 1



Fig. 09_Manifestação popular
Educaional

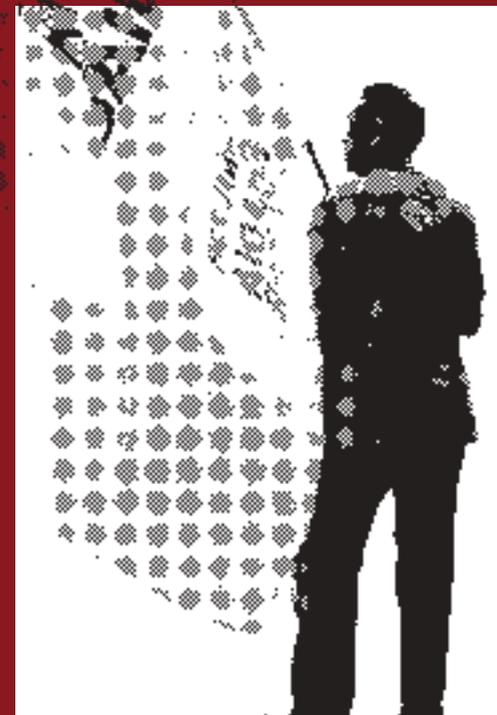


Fig. 10_Manifestante MTST-Leste1
Naomi Contreras

O longo período de suspensão de grande parte das liberdades civis, políticas e sociais durante a ditadura militar; a intensificação da luta contra o governo e por novos direitos; a ampliação da capacidade de ação coletiva dos novos movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, profissionais e religiosas; além de uma grave crise econômica evidenciada pela hiperinflação²⁰; foram elementos centrais para a cisão interna do regime militar e a ampliação do processo social de abertura política (BRANDÃO, 2011: 33). Essa combinação de fatores, aliada a reorganização dos setores de esquerda, sinalizam um crescimento eleitoral da oposição, que culmina na **redemocratização do país** em 1985. Se fortalece nesse período uma mobilização e intensa disputa política e social, em busca de uma nova Constituição democrática, marcando um **ciclo de protestos, greves, atos, seminários e publicações** (Ibid.: 43). Três anos depois é promulgada a **Constituição de 1988**, sendo um grande marco para a democracia e para a garantia de direitos, definindo um novo arranjo social, jurídico, político e cultural (Ibid.: 44). Em um contexto de profunda crise do estado desenvolvimentista, e crises econômica, social, e político-institucional – que possibilitou a transição democrática e favoreceu a mobilização social – a **Assembleia Nacional Constituinte** foi fruto de uma inédita interação entre as dinâmicas de participação popular e político-legislativa (Ibid.: 10).

A crise do padrão desenvolvimentista implicou no rompimento da aliança dos segmentos que compartilhavam o poder, e na quebra do padrão de governo vigente desde os anos 30. A ausência de um modelo hegemônico para substituir o sistema, levou a desorganização dos setores mais conservadores, que sem ter uma alternativa clara e articulada, não propuseram um anteprojeto à ANC. Esse período de anomalia política, representada pela fragmentação do poder, pelas inúmeras crises, e pela fragilidade do poder Executivo, favoreceu a descentralização, a influência de uma **maior participação popular e uma maior liberdade**. Marca uma interação mais direta entre os constituintes e os atores extraparlamentares, que exigiam a discussão de tópicos relacionados às suas respectivas agendas, levando inclusive

20. “A hiperinflação é caracterizada, quando o aumento dos preços for igual ou acima de 60% (sessenta por cento).” (NETO apud. BRANDÃO 2011: 35).

a legitimação de certos temas (Ibid.: 48). Transformou a Estrutura de Oportunidade e Ameaças Políticas²¹, possibilitando um processo de transição democrática que foi para além dos desejos iniciais dos militares – na busca da institucionalização do regime autoritário – proporcionando assim o reordenamento jurídico, político, econômico e social do Brasil (Ibid.: 51).

Os movimentos populares chegam na Constituinte em um **momento de ascensão**, com reivindicações e organizações se multiplicando, potencializando mobilizações sociais, e conquistando uma nova consciência cidadã e política (Ibid.: 52).

[...] Os movimentos sociais estavam rompendo a ordem estabelecida, assim como as centrais sindicais, a CUT foi criada, nós tínhamos passado por duas greves gerais importantes, que mobilizaram o país, houve a luta pelas diretas-já. O movimento social chegou na Constituinte fortalecido, até às vezes ‘anabolizado’, porque estávamos num ambiente de muitas vitórias, porque já estava se rompendo a ditadura. O país estava se abrindo, bem ou mal, você puxa as eleições das diretas, você perde, mas avança. Avança em mobilidade, entra com o espaço de reivindicações em todos os cantos, aparece o movimento dos sem-terra, cresce a reivindicação dos servidores públicos, abrem-se as universidades, o movimento popular na briga contra a carestia, pela moradia. (Siqueira Neto²² apud. BRANDÃO, 2011: 52)

Entre 1985 e 1986, logrou-se uma série de manifestações em defesa da participação popular na elaboração de uma Constituinte, contando com um grande apoio da Igreja Católica. Pediam que a próxima Carta Magna tivesse origem na própria vontade do povo, e que esse

21. Termo baseado em Charles Tilly, rever página 28.

22. Advogado-chefe do departamento do Sindicato Metalúrgico do ABC entre 1981 e 1989 (BRANDÃO, 2011 : 52).

Fig. 11. Jornais oficiais de divulgação da ANC, 10/1987 PUC-SP



pucesse propor os tópicos que mais influenciavam suas vidas (Ibid.: 55). Sucedeu-se uma disputa por uma **Assembleia Constituinte livre, exclusiva e soberana**, com a criação inclusive, de organizações sociais voltadas exclusivamente para a Constituinte (o Movimento Nacional pela Constituinte-RJ e o Plenário de São Paulo Pró-Participação Popular na Constituinte). Estes propunham o resgate da cidadania, a construção da democracia e a busca por instrumentos de atuação, ampliando contatos, estimulando iniciativas existente, despertando novas, e utilizando-se de boletins de notícias para formar e informar a população (Ibid.: 56). Foram capazes de mobilizar entidades e militantes em torno do **objetivo comum de participação popular no processo constituinte, criando consensos entre diversos atores sociais**, que se articulavam independente do Estado e de partidos políticos.

Dessa forma os movimentos envolvidos com a Constituição passaram por uma série de transformações neste período, tanto nas suas pautas, como nos seus repertórios de ações e nas suas composições (Ibid.: 57). Buscando unificar as reivindicações em uma agenda específica para as cidades, se destaca também a criação do **Fórum Nacional de Reforma Urbana**²³, possibilitado pelos debates abertos pela ANC e pelas conquistas democráticas (MARICATO, 2014: 144):

Nesse contexto foi criado e ganhou força crescente, um movimento social que, sob a bandeira da reforma urbana, reuniu Movimentos Sociais (moradia, transporte, saneamento)

²³. Com uma guinada conservadora na administração do Fórum, esse se esvazia após seu surgimento e deixa um vazio político nos movimentos populares (MARICATO, 2004: 156, 157).

Associações de profissionais (arquitetos, advogados, sanitaristas, assistentes sociais, engenheiros), entidades sindicais, entidades acadêmicas e de pesquisa, ONGs, integrantes da Igreja Católica (egresso do movimento religioso denominado Teologia da Libertação), servidores públicos, além de prefeitos e parlamentares de esquerda. Por ocasião do processo de conquista da nova Constituição Brasileira (1988), foi criado o Fórum pela Reforma Urbana [1987] com a finalidade de unificar todas as iniciativas dos movimentos urbanos que faziam reivindicações específicas e fragmentadas naquele momento [...]. (MARICATO, 2014: 139)

*

A conquista posterior dos **instrumentos de participação no Regimento Interno** (as emendas populares, as audiências públicas e as sugestões de instituições e segmentos da sociedade), potencializou a efervescência social e constituiu uma causa comum às mobilizações (Ibid.: 52). Esse conjunto de **“propostas populares”** foi consequência de um longo processo de debate coletivo, abrindo caminho para inovações na atuação dos movimentos. Vale salientar, outra iniciativa significativa para estimular a participação que veio por parte do Senado, com o objetivo de convidar a sociedade a enviar sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte que começaria a funcionar no ano seguinte (Ibid.: 58).

As mobilizações em torno dos instrumentos democráticos que visavam uma participação ativa da população nas decisões, culminou no artigo 24 do Regimento Interno da Constituinte, onde estabeleceu-se as **“emendas populares”**: “Fica assegurada, no prazo estabelecido no artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição,



desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em lista organizada por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas [...]” (DIÁRIO DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, Resolução N° 2 de 1987 apud. BRANDÃO, 2011: 70). Estas foram o marco de uma primeira aliança política significativa entre os movimentos sociais e os grupos de constituintes.

Apresentando as emendas a título individual, ou por intermédio de um constituinte (forma mais efetiva), algumas pautas tiveram impacto significativo na Carta Magna, com destaque na mídia e entre os parlamentares (BRANDÃO, 2011: 72). Apesar de não ter uma participação constante nem uniforme, e com diversos obstáculos, esse mecanismo teve influência central na organização das mobilizações populares e nos campos progressistas.

Contribuiu significativamente para a ampliação dos direitos²⁴ e da participação, proporcionando tanto o surgimento, crescimento, e redefinições internas e externas dos movimentos, quanto o adensamento das conexões entre eles (Ibid.: 76). Marca a luta pela ampliação da cidadania, e pelo reconhecimento como sujeito político, levando as demandas tanto para o centro do poder como para dentro da própria sociedade (Ibid.: 77).

²⁴. Além de muitas outras conquistas, vale destacar aqui que pela primeira vez no Brasil, a Constituição Federal passa a ter um capítulo inteiramente dedicado à discussão das cidades, incorporando as funções sociais das cidades e da propriedade (MARICATO, 2014: 144).

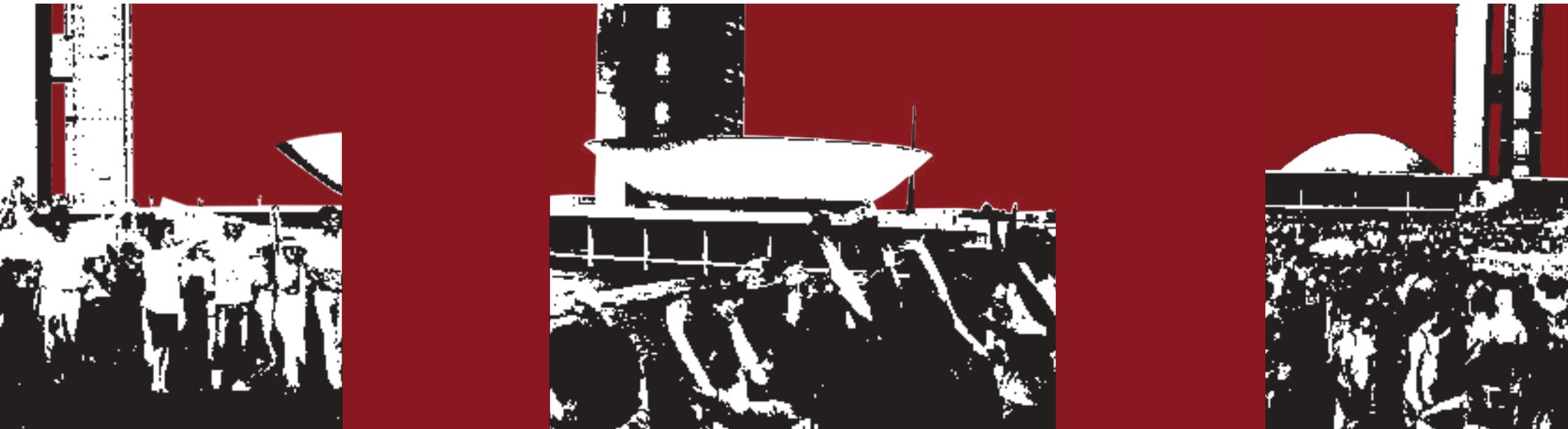


Fig. 12/13/14_Manifestações sociais na Constituinte CNTS/ PUC-SP



Fig. 15_ Participação indígena na ANC CNTS



Fig. 16_ Movimento negro na ANC CNTS



Fig. 17_ Passeata de estudantes Educacional



Fig. 18_ Assembleia Constituinte CNTS

Fig. 19 (fundo)_Manifestação Diretas Já CNTS

[...] você tinha uma sociedade fortemente mobilizada, politizada, vindo de um processo de resistência à ditadura que fez a luta crescer e avançar, dar saltos mesmo. O movimento social... o movimento popular, o movimento sindical, os partidos políticos do campo progressista etc. Então veio essa conquista [a Constituição Federal] fruto desse momento. Quando se institucionalizaram essas conquistas, esses direitos, os direitos individuais, os direitos sociais, os direitos trabalhistas, previdenciários etc., etc. houve uma certa desmobilização... da sociedade, que é natural. (Luiza Erundina apud. FELTRAN, 2003: 33)

A tendência de uma forte construção democrática foi, no entanto, interrompida, tanto por uma **desmobilização da sociedade** após as conquistas da Constituição, quanto pelo amplo crescimento na década de 90 do **neoliberalismo**; que trouxe consigo um brutal aprofundamento das exclusões sociais, econômicas e políticas, desmontes de organismo de esquerda e uma anulação da fala pública e dos espaços onde ela poderia circular (FELTRAN, 2003: 26). A economia neoliberal capitalista, segue a lógica de mercado, de compra, consumo, competição e acumulação, onde tudo precisa ser privatizado em uma relação de compra e venda. Há uma naturalização das interações econômicas e não humanas, com perda da visão coletiva, estruturando uma sociedade do privilégio e do desempenho, que não aceita o fracasso (A9)²⁵. Esse fato põe em pauta um **“profundo traço de autoritarismo insistentemente arraigado às práticas cotidianas, que se constitui em obstáculo fundamental à democratização.”** (FELTRAN, 2003: 26). A “nova democracia” é então, cada vez mais descrita como autoritária, totalitária e até fascista, o que nos leva a concluir que o **breve regime político democrático no Brasil e sua consolidação deixaram de suprir as demandas necessárias** (Ibid.: 26).

²⁵. As informações extraídas dos debates em formato de *lives* serão referenciadas de acordo com as tabelas que constam nas páginas 86-87.

*

As periferias foram retiradas do centro do debate público, e os movimentos sociais diminuem sua presença no espaço urbano, apostando agora em uma ação conjunta entre sociedade organizada e Estado, representando um período de **“inserção institucional”**²⁶ (FELTRAN, 2008: 39). Estimulados pelas vitórias eleitorais de partidos populares de esquerda na esfera municipal, que trouxeram as experiências das **“prefeituras democráticas e populares”** (MARICATO, 2014: 105), os movimentos passam a se ver como possíveis “parceiros” do poder, englobando novos tipos de atuação, e marcando a **“transição de práticas reivindicatórias dos movimentos sociais para as práticas propositivas no campo da formulação de políticas públicas alternativas”** (FELTRAN, 2003: 39). Pela primeira vez, esses atores e suas lideranças tinham a possibilidade de serem governo, ou de atuarem junto às gestões que compartilhavam de suas agendas, demandas e incorporavam a participação popular nas decisões administrativas (Ibid.: 245).

Chefiando governos, se candidatando aos parlamentos e ao executivo, propondo novos projetos de lei e denunciando as iniciativas conservadoras; líderes sociais, sindicais e manifestantes de outrora agora se colocavam dentro dos novos espaços de participação social abertos pela Constituição de 1988, e pela sua própria luta – como os Orçamentos Participativos e Conselhos Gestores (MARICATO, 2014: 146). Nesse meio, os movimentos se deparam com práticas e regras até então desconhecidas, e veem que suas próprias ações aprendidas na luta, nos novos locais de atuação, não surtiam mais o efeito de antes (FELTRAN, 2003: 244). Os movimentos populares passam então, por um esforço de **reestruturação interna e externa**, para agir junto aos governos, abandonando sua forma de atuação mais corrente, ao mesmo tempo em que se capacitava para outras – em ações mais voltadas para obtenção de resultados (Ibid.: 243). Como atores instituídos, os critérios e relevâncias eram distintos;

²⁶. Fenômeno recorrente em muitos dos países latinos que combateram governos ditatoriais, a partir de 1980 (MARICATO, 2014: 106).



Fig. 20_Luiza Erundina em assembleia do mutirão 26 de julho USINA CTAH

assim, impõe-se a lógica governamental sob a lógica movimentistas, perdendo seu caráter reivindicativo e abandonando o objetivo central das suas lutas (Ibid.: 244). A contradição reside no fato de que, quando inseridos institucionalmente, esses atores ocuparam um **papel menos central no debate público** do que quando agiam por fora do sistema (FELTRAN, 2008: 41).

*

Essas experiências, entretanto, logo chegaram a um limite, criando um **impasse na política urbana** (MARICATO, 2014: 09). Em pouco tempo, mudaram as dinâmicas no interior da sociedade civil, e as promessas de terrenos políticos duráveis aos movimentos não são cumpridas, e não foram suficientes para radicalizar a democracia (FELTRAN, 2003: 42). Indicando um encolhimento do papel político dos atores democráticos na sociedade civil, ao deixarem de lado as ações reivindicatórias e de pressão, os próprios sistemas de participação criados perderam seu sentido (Ibid.: passim). Marcados por uma época de **desmanches na luta outrora construída**, houveram muitas dificuldades por parte dos movimentos para manterem as organizações de base e as articulações que lhes permitiam projetar-se na cena pública (Ibid.: 239).

As políticas sociais sofreram cortes e foram desmontadas, assim como muitos sindicatos e partidos, que dão uma guinada conservadora, com exclusão da militância anticapitalista. O **crescimento da pobreza, da violência, e o desemprego** atinge as cidades, (MARICATO, 2014: 147) e com a entrada dos anos 2000, começa-se também o questionamento envolta da real representatividade desses sujeitos sociais como portadores dos interesses dos setores populares (FELTRAN, 2008: 41). Apesar de se multiplicarem os espaços de participação popular nessa década, especialmente sob o Governo Lula (2003–2011), – com destaque para a

criação do Ministério das Cidades, do Conselho das Cidades, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), do Plano Diretor Participativo e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – o controle social por meio dos conselhos participativos parece não ter, de fato, mudado a forma da política brasileira, pelo contrário, ampliam as práticas clientelistas²⁷ (MARICATO, 2014: 154).

Pouco se avançou então, nos últimos anos; apesar dos progressos nas teorias sobre as cidades desiguais; das organizações e políticas dos movimentos operários e sociais urbanos; das vitórias eleitorais e das novas experiências de gestões democráticas; das conquistas de novas leis para as cidades; esses fatos não foram capazes de mudar consideravelmente a realidade urbana (Ibid.: 107). **O panorama das lutas sociais alterou-se profundamente**, e os movimentos populares sentem uma “atração muito forte pelos espaços institucionais ou pelas institucionalizações de práticas participativas, como se isso se constitui se em um fim.” (Ibid.: 98). Ainda que existam tentativas de renovação de lideranças por parte dos movimentos, de trazer a juventude para os debates (com destaque para a UNMP), não se vê uma mudança significativa ou o surgimento de novas organizações; tampouco a ocupação das ruas de forma expressiva (Ibid.: 98). É preciso rever o papel do Estado, que traz grandes ensinamentos a esses atores, mas que tem também um papel patrimonialista e desigual, que insiste em conservar os vulneráveis na ilegalidade, e segue uma condição arbitrária na aplicação da lei (Ibid.: 101):

“A ambiguidade na aplicação da lei é funcional para alimentar a dependência política das práticas de favor e manter a subordinação própria da informalidade ou da ausência de direitos formais.” (Ibid.: 124).

Associado a isso, com o distanciamento da esquerda da periferia, a quebra dos sindicatos, o afastamento da igreja do povo – perdendo o caráter social que as comunidades de base e pastorais tinham – complementado pela burocracia e ausência do governo, se

27. Sem a vigilância por opositores, o patrimonialismo político se torna cada vez mais generalizado e acentuado, mudando o quadro político do país (MARICATO, 2014: 157).

Fig. 21_Placas 1º mutirão-Jardim São Francisco MTST-Leste 1



cria um **espaço vazio na periferia**, que é ocupado pelas igrejas neopentecostais e pela criminalidade, fato a ser mais desenvolvido no capítulo seguinte (A8).

Diante desse cenário, as análises sobre os movimentos sociais se tornam cada vez mais complexas, repletas de divergências, hesitação, expectativas e conflitos (FELTRAN, 2003: 27). O que se conclui desse momento é que se passa por uma generalizada supressão política, onde **“os movimentos perdem o chão sobre o qual tão duramente tinham conseguido pisar.”** (Ibid.: 44).



Fig. 23_Mutirão Juta Nova Esperança USINA CTAH



Fig. 22_Luiza Erundina e Nabil Bonduki em mutirão habitacional MTST-Leste 1



Fig. 25_Mutirão Juta Nova Esperança USINA CTAH

Fig. 24_Entrega do projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia, 1991 UNMP

Sendo a política um diálogo entre pensamentos, valores, vontades e julgamentos, **ela não se faz sem conflitos**. Fica claro que os movimentos sociais só realizam suas intenções quando se projetam em cena pública, forjando campos discursivos e fazendo então, política. Esses espaços, entretanto, só conseguem ser articulados quando em diálogo com outros atores sociais (FELTRAN, 2003: 225; TANAKA, 2004: 117). Assim, nota-se a importância da existência desses campos políticos que permitam tais interações, onde seja possível projetar as demandas populares.

Movidos tanto por novos, como por antigos mecanismos, a luta política desses atores sociais se situa justamente nos **trânsitos, conflitos e contradições**, que se elaboram entre as diferentes esferas de circulação de seus discursos, oferecendo subsídio para se pensar a **noção de direito, cidadania e democracia**, conceitos sempre presentes nos discursos movimentistas (Ibid.: 226). Ademais, percebe-se um **esvaziamento da concepção de política**, e uma consequente diminuição da sua aplicação na sociedade, sendo o âmbito público não mais um espaço de interação, mas um local definido por relações privadas e de poder (Ibid.: 228).

*

Nas reconfigurações do Estado e das relações com a sociedade civil, se nota a **privação do mundo público**, imposta principalmente a população periférica, o que leva a criação de um senso comum, que é fundamentado em solo privado e, portanto, de caráter apolítico (FELTRAN, 2003: 231). A experiência movimentista tem o importante papel justamente de quebrar esses campos, através da **emancipação pessoal e coletiva**. Isso porque a atuação nos movimentos, em muitos casos, emancipa: ao compartilharem suas experiências pessoais, antes sinalizadas pela chave da carência pessoal e do fracasso, se percebe uma **luta comum**, onde os participantes passam a entender essas necessidades como direitos, a serem conquistados através da coletivização. Muitas vezes imersos em privações, e com histórias demarcadas pelo sofrimento, esses integrantes alteram sua percepção,

e experimentam do fenômeno emancipatório; que apesar de ser muito suscetível a desmanches, e não trazer efetivas transformações das condições de vida, permite aos trabalhadores alargarem o seu mundo para além da comunidade (Ibid.: 232).

A construção política envolve diferentes dimensões de lutas, ora individuais, ora coletivas, e cria verdadeiros espaços de diálogo, onde **“permitem que indivíduos e pequenos grupos possam experimentar a democracia e distinguir os campos de articulações mais amplas a serem feitas.”** (Ibid.: 234). Então, ao envolver-se nessa luta, a pessoa se reconhece como **sujeito social**, portador de direitos e vontades, o que levaria ao desenvolvimento de uma autonomia e participação na vida pública. Essa busca por legitimação e reconhecimento seria inerente ao homem²⁸, representando também uma disputa pelo poder (BRANDÃO, 2011: 25).

Para os movimentos de moradias que usam da autogestão, essa emancipação é complementada com o trabalho no canteiro, que gera uma **ampliação do conhecimento**. Seus participantes quando percebem serem capazes de construir o espaço de sua casa, e tendo o controle total da produção, usufruem uma maior **autossuficiência**, indo atrás de suas ambições e abandonando aquilo que lhes um causava um entrave nessa busca por uma vivência engajada (FIOROTTO, 2019: 23).

²⁸ Para Pierre Bourdieu (2007): “O homem teria, portanto, essa urgência de justificação, de legitimação e de reconhecimento da sua existência. Na ausência de Deus, seria, cada vez mais, o mundo social o único a oferecer, aos homens, uma justificativa para existir: o reconhecimento. [...] ela é uma concorrência em torno de um poder que só pode ser obtido junto a outros concorrentes pelo mesmo poder [...]” (BRANDÃO, 2011: 26).



Fig. 26_Mutirão Parque São Rafael Isac Marcelino



Fig. 27_Formação com os mutirantes sobre as ferramentas de trabalho - mutirão Paulo Freire USINA CTAH, 2015: 297

Essa emancipação atinge principalmente as **mulheres**, que através do envolvimento com o movimento e pelo trabalho, abandonam a tutela e saem de situações de opressão, criando verdadeiras redes de apoio entre elas (Ibid.: 27). A politização do canteiro não resulta, contudo, na emancipação de todos os seus integrantes, resulta numa minoria. No entanto a minoria que se emancipa é devido ao trabalho, que dá a oportunidade para essas pessoas serem ativas e saírem desse ciclo de tutela, penetrando entre seus integrantes e permitindo uma alteração em seu estilo de vida (Ibid.: 30).

*

Na busca pela democratização da sociedade e emancipação, os **espaços públicos** têm uma grande importância a lógica movimentista. É ali onde se mostram, debatem, e expõem os conflitos. As diferentes modalidades de luta utilizadas, só se tornam políticas e, portanto, elevam os participantes a condição de sujeitos políticos, **quando forjam uma abertura, ou utilizam-se de espaços abertos,**

no esforço de desenvolver um projeto para o país (FELTRAN, 2003: 238). Sem um campo que propicie a aparição das reivindicações populares, as ações dos movimentos ficam constrangidas, e não possibilitam que esses espaços funcionem politicamente. Apesar do conjunto de normas atribuídos ao Estado serem de fundamental importância para



Fig. 28_Assembleia MTST-Leste 1
Acervo próprio

a construção democrática, elas não são suficientes para garantir estabilidade; é necessário assegurar uma pluralidade de debates e atores societários (Ibid.: 244). **Sem campos políticos, portanto, não há política, e sem um terreno para se projetar as demandas populares, não há um mundo comum** (Ibid.: 240).

*

Outro fator limitante da democracia nas sucessivas consequências e escolhas tomadas pelo posicionamento neoliberal, é a **naturalização da pobreza** como parte da paisagem natural das cidades (Ibid.: 241). A deterioração e empobrecimento das cidades é apresentada como resultado natural de um envelhecimento orgânico, ou de um crescimento abundante, e não como resultado direto do desempenho econômico político (BOLAFFI, 1982 [1975]: 67). Ao aceitar esse cenário como normal, a pobreza não causa impactos substantivos, não gera debates e, portanto, restringe a amplitude dos movimentos e a efetiva construção de uma democracia. Essa circunstância pode até vir a gerar comoção e atitudes paternalistas em determinados momentos, ou até repressão, mas **não existe uma dimensão de igualdade entre os que observam e os que compõem o quadro** (FELTRAN, 2003: 241).

Os movimentos sociais ao questionarem essa situação, e **desnaturalizarem essa paisagem**, geram lutas políticas em busca de mudarem a percepção do mundo, de elaborarem transformações, de serem ouvidos (Ibid.: 242). Assim, sem a política feita pelos setores populares, **somem os espaços de participação de diversos atores societários**. Os locais de diálogo se elitizam, com um esvaziamento do sentido democrático (Ibid.: 245). Questiona-se então, os caminhos tomados a partir da institucionalização desses sujeitos: uma vez que os horizontes de luta mudaram, mas permaneceram as necessidades de transformação da sociedade, **não se atingiu o potencial democratizante esperado deles** (Ibid.: 246). É inegável, entretanto, a sua importância, uma vez que **sem esses atores sociais, não há política**.



Fig. 29_Mulheres no mutirão
USINA CTAH, 2015: 08



Fig. 30_Mutirão União da Juta
COLLA; PEETERS; PREUD'HOMME, 2015: 78



Fig. 31_ Protagonismo feminino
no mutirão - União da Juta
USINA CTAH, 2015: 259



Fig. 32_Mutirão União da Juta
USINA CTAH, 2015: 01



Fig. 33_Mestre-de-obras do Mutirão 26 de Julho
USINA CTAH, 2015: 226

Vimos como a luta política é vital para a formação de sujeitos e para construção do país. Com o objetivo de coordenar suas garantias de direitos e cidadania, os movimentos populares utilizam-se de alguns **tipos de manifestações e ações coletivas como formas de enfrentamento ao Estado**. Elenco aqui as diferentes modalidades de lutas registrada por esses atores, nos diferentes momentos políticos pelo qual passaram.

Durante o **período da Constituinte**, que contava com uma significativa diversidade de movimentos sociais, foi possível identificar um repertório estreito de **15 tipos de estratégias de mobilização diferentes**: greve; demonstrações/manifestações/comícios; caravanas à Brasília; lobby nos corredores e plenário do Congresso; atos de coleta de assinaturas; atos de entrega de emendas populares; envio de proposta ou carta pública ao governo/constituintes; reunião com constituintes; reunião com poder executivo federal; apresentação das emendas populares na comissão de sistematização; divulgação à população do voto dos constituintes; exposições artísticas sobre os temas; propaganda televisiva; reuniões/encontros de articulação entre os movimentos; reuniões de formação/consolidação do movimento; levantamento de fundos (BRANDÃO, 2011: 83).

As demonstrações públicas (manifestações, comícios, etc.) se apresentavam como instrumento fundamental para expressarem força, unidade e mobilizarem a base; as reuniões entre as organizações sociais e os constituintes eram um significativo complemento às ações diretas, e acabou por legitimar alguns poucos atores; a difusão dos “placares de votação” nas principais cidades brasileiras contribuíram para uma maior transparência, e foram mecanismos de pressão que permitiram romper com a distância entre o povo e os parlamentares (Ibid.: 85). Os esforços de organização interna e externa dos grupos sociais, mostram como o momento proporcionou um **impulso, tanto no surgimento de novos movimentos, como na interação e conexão entre eles**. Muito favorecidos pelo mecanismo de emendas populares, esses **novos atores sociais ganharam cara e programa, facilitando sua aproximação com os constituintes**.

O fato de ter esse caminho institucional aberto para suas manifestações, além de ser um momento delicado de transição democrática, evidencia também como valeu-se nesse período prioritariamente de **ações pacíficas**, que respeitassem a ordem institucional (Ibid.: 88). Assim, os movimentos sociais elegeram como prioritárias as formas modulares de ação, que permitissem a **difusão e capacitação de técnicas entre outros movimentos, com alto grau de autonomia**. Longe de ser um consenso entre todos, essas diferentes táticas de confronto trouxeram à tona uma discussão de localidade e cosmopolitismo, onde se enxergava cada vez mais como as mazelas locais eram parte de um amplo sistema (Ibid.: 89).

*

Depois de instituídos, o repertório de ação se limita ainda mais, e passa a aderir o caráter governamental, compondo um cenário dividido e fragmentado. Embora ainda se tenha uma herança das formas de enfrentamento da época da Constituinte, e que não se tenha deixado de ocupar imóveis ociosos que não cumprem com a função social, ou de fazer amplas manifestações, as conquistas pós constituição são de um **“caráter demasiadamente ‘juridicista’ e institucional”** (MARICATO, 2014: 100).

O encolhimento dos distintos métodos de mobilizações, se comprova na fala dos militantes do movimento de moradia MTST-Leste-1, que ao explicarem suas atuais formas de confronto, destacam **cinco modalidades: atos** na prefeitura, na Caixa Econômica, no governo do Estado, em Brasília, buscando pressionar os governos – independentes do partido político – a reconhecerem o direito à moradia e executarem programas habitacionais; **participação em conselhos, conferências e negociações**, fazendo conversas com o Estado (quando essa participação é permitida e valorizada), pois entendem que este tem a obrigação de dialogar com o povo, uma vez que são eles quem sabem das reais necessidades populares; **formação de lideranças**, ao entender a importância do aprendizado para a formação cidadã; **influência nas leis**, com o plano diretor pode pressionar o poder público e ganhar

Fig. 34_Ato pela moradia, 26.11.13
MTST-Leste 1



importantes espaços de luta e pressão; e a **solidariedade**, ação mais recente de distribuição de cestas básicas, kits de higiene, limpeza e máscaras, junto a prefeitura, empresas, organizações e pessoas, buscando proximidade com famílias mais vulneráveis durante a pandemia (A9). A quarentena institui também o formato de **reunião por meios digitais e mobilizações virtuais**, que trazem um certo afastamento, uma vez que a internet não é democrática (B7).

Essas formas de atuação valem-se para a maioria dos movimentos urbanos atuais, ao **combinarem a luta direta** (manifestações, passeatas, acampamentos) com a **luta institucional** (apresentação de propostas e negociações) (A9).

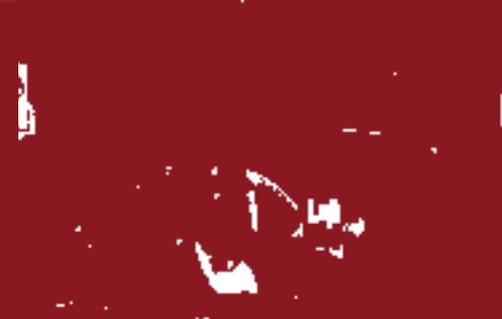


Fig. 35_Distribuição de cestas básicas
MTST-Leste 1



Fig. 36_Curso de formação de lideranças
MTST-Leste 1



Fig. 37_Elaboração do Plano Diretor
MTST-Leste 1



Fig. 38_Conselho Municipal de Habitação
MTST-Leste 1

2.7 A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao longo de suas trajetórias e investidas contra o Estado, os movimentos sociais passam por um **processo de criminalização**. Independente da gestão, a tentativa de deslegitimação desses atores sempre ocorreu em alguma escala. Esse processo está intimamente ligado com uma visão que se cria da democracia; com a disputa instituída em um regime de Poliarquias; e o processo de consolidação das periferias urbanas.

Com a conquista da **democracia** veio junto um questionamento sobre a sua real efetividade, uma vez que os problemas continuaram (em alguns contextos se agravaram), e um **forte autoritarismo** foi praticado principalmente sob as populações periféricas (FELTRAN, 2003: 34). Vale lembrar aqui, que a democracia a rigor, plena, nunca existiu no Brasil, por ser um sistema que perpassa um **antagonismo permanente de luta de classes**, onde capital e trabalho são motores de uma luta histórica: no embate por direitos aos trabalhadores ou por manterem os privilégios do capital. É importante frisar também, que toda vez na história do Brasil que a classe trabalhadora ameaçou ampliar os direitos, houve um movimento autoritário, articulado de cima para baixo, para conter aquele avanço, e diminuir o espaço de atuação popular, mostrando como **o sistema capitalista não convive com a democracia** – uma vez que a democracia exige a participação, e não se criam governabilidades sociais (A8).

Os governos agem então como se seguindo leis, planos, fazendo parcerias pudessem de alguma forma superar problemas estruturais da sociedade (MARICATO, 2014: 157). Isso não acontece, devido à uma distância entre os reais problemas de uma nação e aquilo que ela assume como tais. Formulam-se **falsos problemas**, que não se pretende, e nem se espera resolver, em busca de legitimar o governo e justificar suas medidas, que visam outros propósitos. Ou seja, os problemas são formulados a partir das necessidades e estratégias do poder, e somente se solucionará os verdadeiros problemas (que são mascarados pela ideologia) quando se tiver coragem política para resolver as **contradições básicas da sociedade** (BOLAFFI, 1982 [1975]: 39).

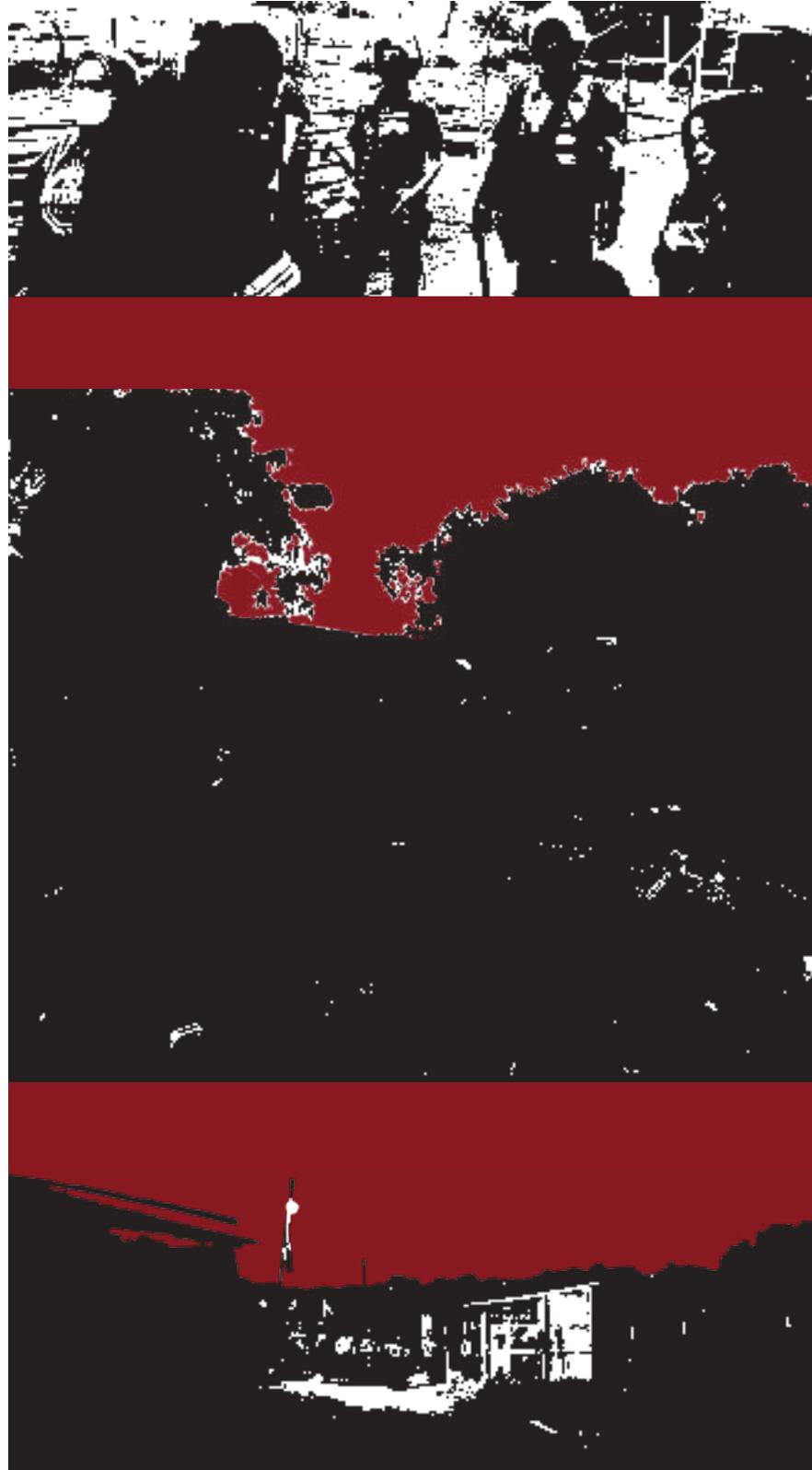


Fig. 39/40/41_ Reintegração de posse na Ocupação Monte Libano Piracicaba-SP UMM-SP

*

Além disso, é feito junto à redemocratização uma aposta em um **regime de Poliarquias**; que se define como uma gestão política competitiva, ou a evolução de um sistema político, onde grupos ativos e legítimos da população podem ser ouvidos em algum momento durante a tomada de decisões. Contudo, para que os partidos políticos concorram em livres eleições, há o estabelecimento prévio dos **grupos realmente “legítimos” da sociedade**, decisão que inclui a opinião pública. Logo, os grupos que fazem a política são os que representam os interesses de uma elite ativa, e ainda que inclua coletivos populares organizados, que tentam convencê-las da legitimidade de suas propostas, **a política está restrita às elites** (FELTRAN, 2003: 35). Se os movimentos possuem demandas, elas devem ser apresentadas em um espaço adequado, dentro do sistema político, pois tudo que está situado para além desse jogo, não se trata de demanda política (Ibid.: 36).

Essa dinâmica **parte de uma desigualdade inicial**, onde grupos mais organizados, que já detém o poder, terão vantagens sobre os pouco organizados e informados. O contraste estabelecido impede a determinação da igualdade; e com a Poliarquia dependente das lógicas privadas de mercado, há uma posição privilegiada dentro do regime para os empresários (Ibid.: 37). Isso porque as Poliarquias foram criadas para manter certas liberdades, como a “propriedade privada, livre iniciativa, contratos livres, e escolha ocupacional” (LINDBLUM apud. FELTRAN, 2003: 38), e o Estado não se isenta da posição de tornar grupos mais ou menos legítimos, **privilegiando a classe alta e empresarial**.

A busca por legitimidade popular, influenciou o crescimento especialmente do “terceiro setor”, na medida em que demanda da sociedade civil um espaço de concorrência; gerando uma disputa interna por recursos financeiros e opinião pública, **invertendo e criminalizando a lógica movimentista** (Ibid.: 40). A dificuldade se encontra justamente em romper com essa ordem social autoritária, onde uma elite, movida pela lógica do lucro e da acumulação, usa as leis e o

Estado visando explorar cada vez mais os trabalhadores, e não a igualdade (Ibid.: 38). Assim, **as leis que regem um Estado são resultado da luta de classes**, onde a elite luta para criar leis mais duras, e trabalhadores lutam por direitos (A8).

*

A criminalização e repressão desses atores sociais, no entanto, deriva também dos espaços onde nascem suas lutas, e pelo qual lutam: **as periferias urbanas**. Esses territórios, especialmente as favelas, com o passar dos anos enfrentam **o desemprego, a busca por uma ascensão social, a fuga das esquerdas e das políticas urbanas, e o crescimento da criminalidade**. O senso comum estereotipa e homogeneiza esses locais, os caracterizando como o **“local da barbárie”** (FELTRAN, 2008: 30), que passam a ser então, espaços de fronteiras entre a periferia e o mundo habitável; construídas por uma classe média que tem medo dessas zonas, e cria **distinções entre os “cidadãos de bem” e os “bandidos”** – com uma deslegitimação discursiva do segundo (Ibid.: 30). Essa classificação funciona como uma diferenciação de dois grupos sociais, que têm suas posições e espaços bem demarcados na sociedade e na política, separação a ser feita pois no mundo público não há lugar para todos (Ibid.: 176). A estereotipagem define também as relações das periferias urbanas com o Estado, determinadas pela **violência**, com uma profunda criminalização que limita os direitos das parcelas mais pobres da população (Ibid.: 195).

Dessa forma, a sociedade civil ao criar manifestações que questionam a sociedade, e ao tentar mudar a paisagem natural das cidades é **reprimida**, na busca de **restabelecer a desigualdade entre os portadores da fala e os excluídos** (FELTRAN, 2003: 242). Esse cenário deixa claro as **resistências das periferias e dos movimentos populares**, que ao fazerem questionamentos, na tentativa de quebrar a lógica de formação da sociedade, **reivindicam a participação daquelas pessoas que estão excluídas, e passam por uma deslegitimação do poder público**.

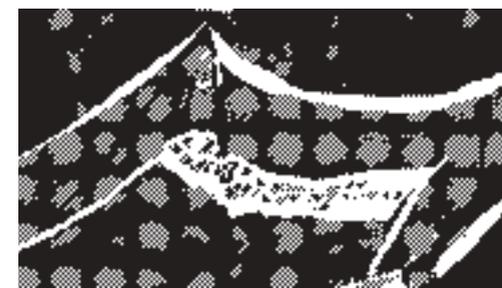
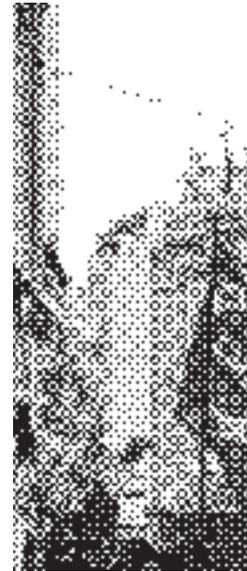


Fig. 42. Ato mundial do Sem Fome, 05.10.20 MTST-Leste 1

Neste capítulo, conseguimos observar as **diferentes relações que perpassam o histórico conflito entre movimentos sociais e Estado**. Buscando entender quem são esses atores, percorremos as **teorias e estudos que compõem suas trajetórias**; sua difícil classificação e abordagens plurais; e em se tratando do cenário latino-americano, suas relações e particularidades. Passamos então, a olhar especificamente para o Brasil, que em um cenário de supressão política durante o regime militar, associado ao espraiamento da mancha urbana, **aparecem os movimentos sociais, trazendo uma renovação da cena nacional**. Estes se colocavam como os representantes das crescentes periferias, visavam a construção de uma sociedade mais igualitária, e usavam das demandas de seus bairros para criarem uma luta política, que culminaria na disputa pela redemocratização do país.

Em um período de diversas crises encavaladas, aliadas ao aumento da oposição, se consolida uma mobilização e intensa disputa política em **busca de uma nova Constituição democrática**. Por meio de protestos, greves, atos, seminários e publicações, se fortalece a participação popular, e verifica-se uma inédita interação entre atores parlamentares e a sociedade civil. Este ciclo representa uma ampliação dos direitos, da cidadania, e uma expansão e redefinição dos movimentos populares.

Após essa conquista democrática, associada ao crescimento do regime neoliberal, e as experiências de “prefeituras democráticas e populares”, se sucede um **período de institucionalização desses movimentos**; marcando, em um novo tipo de atuação, o encolhimento do seu papel político e a perda do seu caráter reivindicativo. Se altera o panorama de lutas sociais e, apesar de alcançarem certas conquistas, a realidade urbana pouco se transforma, estabelecendo-se um período de supressão política.

A institucionalização desses sujeitos também se comprova no atual panorama, com as **eleições municipais de São Paulo deste ano**. Com apostas em candidaturas coletivas para vereador de **participantes dos próprios movimentos sociais** – como é o caso de Evaniza Rodrigues (coordenadora UNMP), Carmem Silva

(líder do Movimento Sem-Teto do Centro - MSTC), e do coletivo Juntas Mulheres Sem Teto – e para prefeitura, com **programas de governo que dialogam com a proposta movimentista** – como a chapa do coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Guilherme Boulos e da ex-prefeita Luiza Erundina, que propõe retomar os mutirões habitacionais, por exemplo – revela-se mais uma **adaptação na forma de atuação desses movimentos**.

Fica claro também nas passagens, o **importante papel político dos movimentos populares**, ao criarem campos discursivos; emanciparem seus participantes; reivindicarem direitos e cidadania aos excluídos; desnaturalizarem a pobreza como paisagem natural das cidades e ao criarem espaços de participação democráticos. Para atingirem tais objetivos, precisam se projetar na cena pública, utilizando-se de **diferentes formas de ações coletivas no enfrentamento ao Estado**, combinando ações diretas – como manifestações e passeatas – com ações institucionais.

Ao longo dessa disputa, esses agentes sociais passam por um **processo de criminalização, e deslegitimação de suas ações**. Isso ocorre devido a uma histórica luta de classes, entre os populares e as elites; a uma democracia falha, que usa de um regime de Poliarquias para legitimar o mercado e o empresariado; e pela estigmatização dos territórios populares como os locais dos “bandidos”. Os movimentos são reprimidos ao questionarem a sociedade e ao tentarem mudar a paisagem naturalizada das cidades, deixando nítida, entretanto, a força da resistência popular.

É notável que perante os mais de trinta anos de existência, os movimentos sociais mudaram sua atuação devido aos diferentes cenários enfrentados. **No embate contra o Estado, conduziram mudanças sociais, políticas e econômicas; lutando por direitos e pela democracia; rompendo com as forças dominantes; adquirindo experiência no papel de resistência**. Ao entender a força política que já tiveram e suas trajetórias, podemos olhar para os dias atuais: com a **pandemia do Covid-19** que assolou as grandes cidades e o mundo, os movimentos novamente se adaptam

a uma distinta forma de atuação, representada pelas **redes de solidariedades e no auxílio aos territórios populares**, discussões a serem desenvolvidas no capítulo seguinte.

Vimos na reconstrução histórica, que em um momento de crise, os movimentos populares conseguiram seu êxito pela coletivização, e com o neoliberalismo – que possui forte essência individualista, exacerbando as desigualdades sociais e territoriais – associada a um processo de institucionalização, essa **coletivização se perde**. Insere-se aí o momento da pandemia, com ameaça à democracia, desmonte de instituições e políticas, e a solidariedade praticadas por esses movimentos. Se pergunta então **como será a construção pós-pandemia** e se esses protagonistas **serão capazes de tensionar a construção de um novo cenário político**.

[3] SOLIDARIEDADE

E PANDEMIA



Fig. 43 - Distribuição de cestas básicas
- UMM-SP

“A única forma de conter a pandemia na periferia é tomando como parceiras as lideranças sociais. Não há outra saída.”
(Maricato, B4)



Fig. 44. Entrega de cestas básicas - região sudeste UMM-SP

Marcando uma nova forma de atuação dos movimentos de moradia, as redes de solidariedade praticadas durante o período de pandemia trouxeram amparo a muitas famílias em situação de vulnerabilidade. Utilizando de seus conhecimentos dos territórios, da prática da autogestão, e de conexões previamente estabelecidas; os movimentos levaram doações, informações, e deram voz às periferias invisíveis aos olhos públicos. Exercendo por vezes o papel do Estado, deixaram clara a presença essencial desses agentes imersos nas zonas populares, e a relevância da organização de base. Estabelecem uma nova forma política e uma nova organização popular, que ganha destaque durante o período de paralisações.

Com a pandemia do coronavírus e a consequente quarentena obrigatória, um novo meio de discussões e debates ganhou as redes sociais. O formato de **lives e reuniões virtuais** foi amplamente utilizado pelos mais diversos agentes, como uma forma de propagar ideias e ações no decorrer do isolamento social.

Buscando compreender como estavam se reorganizando os movimentos populares nesse novo momento de atuação emergencial, durante cinco meses (de abril a agosto) acompanhei as *lives* promovidas pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP); por seu núcleo de São Paulo (UMM-SP); pela Central de Movimentos Populares (CMP); as assembleias do MTST-Leste 1; e *lives de acadêmicos* em canais diversos. Além disso, tive **conversas específicas** com figuras de destaque, e participei de **reuniões internas** de coordenação dos movimentos UMM-SP e MTST-Leste 1.

Como categorização, classifiquei as *lives* pelos participantes e plataformas de transmissão: as veiculadas pelos próprios movimentos, e as veiculadas por acadêmicos e/ou jornalistas. Com isso, produzo as tabelas a seguir, que serão usadas para referenciar os debates nos textos subsequentes. Para fazer a transcrição dos debates, e criar diálogo com a bibliografia de base, as *lives* foram divididas de acordo com o tema de maior proeminência: **solidariedade e resistência- a luta social na pandemia; desdobramentos urbanos- os territórios populares; desigualdades- raça, gênero e classe; e novas perspectivas- o pós pandemia;** para finalizar com uma breve perspectiva da retomada das atividades, abertura econômica, e a **nova normalidade** imposta nas grandes cidades.

Analiso aqui, mais especificamente, a atuação desses movimentos de moradia destacados, mas muitas de suas ações se valem para tantos outros que também estão atuantes neste momento.



Fig.45_ Mosaico de *lives* e reuniões

TABELA A: Lives veiculadas pelos movimentos populares

COD.	TÍTULO	CANAL	DATA	PARTICIPANTES	ACESSO
A1	15º encontro da União Nacional por Moradia Popular (UNMP)	UNMP	21/05/20	Creusamar (MA), Leleco Pimentel (MG), Marcos Cosmo (PE), José Abraão (SP) e Jurema (RJ). Mediação de Evaniza Rodrigues(UNMP)	https://www.facebook.com/uniaonacionalpor moradiapopular/videos/2291743017786785
A2	Direito à cidade em tempos de pandemia: movimentos populares e territórios resistem	CMP	31/05/20	Dirigentes nacionais e suplentes, representantes de 17 estados	https://www.facebook.com/cmpbrasil/videos/266513157825832
A3	Morar é um direito, não é um privilégio: no combate à pandemia, a partir dos territórios	UNMP	02/06/20	Lidia (PE), Marli (BA), Vidal (GO) e Sidnei (SP). Mediação de Evaniza Rodrigues	https://www.facebook.com/uniaonacionalpor moradiapopular/videos/2604809466442837
A4	Fórum Virtual Mulheres da UMM- contra violência doméstica em tempos de pandemia	Rede Mulher e Habitat, UMM-SP, UNMP	03/06/20	Ingrid Limeira, Fátima dos Santos, Mara Souza, Marisa Dutra, Vera Lúcia e Graça Xavier	https://www.facebook.com/umm.sp.1/videos/715346455958431
A5	Resistências e estratégias dos movimentos sociais em tempos de pandemia	UNMP e Creuzamar de Pinho	22/06/20	Evaniza Rodrigues, Silvane Magali (mulheres negras do Maranhão), Erick Reis (Levante popular da juventude) e Jonas Borges (coordenação MST)	https://www.facebook.com/creuzamardepinho/videos/662001161017058
A6	Fórum Virtual Leitura Feminista sobre Cidades Territórios, e a desigualdade frente a COVID-19	Rede Mulher e Habitat, UMM-SP, UNMP	26/06/20	Ana Paula (PE); Jurema Constâncio (RJ); Creuzamar de Pinho (MA); Débora Sanchez (FAU Mack e Belas Artes) e Ana Falú (arquiteta, ex-diretora regional da ONU para o Desenvolvimento da Mulher). Mediação de Graça Xavier	https://www.facebook.com/uniaonacionalpor moradiapopular/videos/308841687168739/
A7	Campanha Despejo Zero - pela vida no campo e na cidade	Campanha Despejo Zero	23/07/20	Entidades e organizações sob mediação de Benedito Barbosa (UMM/CMP) e Talita (Observatório das Remoções)	https://www.youtube.com/watch?v=D4-in1ebFvA
A8	1ª aula do Curso de Formação - Defesa da Democracia	MTST-Leste 1	25/07/20	Gilberto Carvalho, Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro	https://www.facebook.com/350084561779182/videos/657723918284893
A9	2ª aula do Curso de Formação - A Economia de Francisco e Clara	MTST-Leste 1	22/08/20	Eduardo Brasileiro, Gabriela Consolaro, Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro	https://www.facebook.com/350084561779182/videos/389574108671650

TABELA B: Lives veiculadas pelos movimentos populares

COD	TÍTULO	CANAL	DATA	PARTICIPANTES	ACESSO
B1	A moradia e a pandemia	Jornalistas Livres	18/04/20	Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues	https://www.youtube.com/watch?v=lmf-n6LM-fm
B2	Pandemia e a Cidade	Jornalistas Livres	25/04/20	Raquel Rolnik e Nabil Bonduki	https://www.youtube.com/watch?v=bUVGrg2chiA&t=488s
B3	Do emergencial ao longo prazo: pensando a cidade para além da pandemia	Rede Nossa São Paulo	29/04/20	Neca Setubal (Fundação Tide Setubal), Jorge Abrahão (Rede Nossa São Paulo), Evaniza Rodrigues e Vagner Alencar (Agência Mural de Jornalismo das Periferias)	https://www.facebook.com/nossasaopaulo/videos/518458195493097
B4	Transa Marieta #3	Marieta	26/05/20	Ermínia Maricato, Lizete Rubano, João Sette Whitaker, Celso Sampaio e Abílio Guerra	https://www.facebook.com/projetomarieta/videos/1121995858166274
B5	A pandemia e o território	Casa Da Cidade Digital	23/06/20	Aluizio Marino (LabCidades FAU-USP), Danielle Klintowitz (Instituto Pólis), Kazuo Nakano (Instituto das Cidades-UNIFESP). Mediação de Nabil Bonduki	https://www.youtube.com/watch?v=bQfCMEXx5K4
B6	Pacto pelas Cidades Justas	Pacto pelas Cidades Justas	30/06/20	1ºbloco- Tomás Alvin (Arq. Futuro), Mariana Almeida (Fundação Tide Setubal) e Fernando Túlio (IAB-SP) 2ºbloco-Antônio Leite (Ação Educativa) e Mariana Chiesa (Manesco) 3ºbloco-Cleide (UNAS-Heliópolis), Carmem Silva (MSTC) e Donizete (liderança Pinheirinho/ UNMP). Mediação de Evaniza Rodrigues	https://www.facebook.com/cidadesjustas/videos/611499886160880
B7	Nexos entre Cidades, Pandemia, Desigualdades e Participações Sociais	UNIFESP	14/07/20	Raquel Rolnik, Ademar Arthur Chioro dos Reis (EPM/UNIFESP) e Evaniza Rodrigues. Mediação de Kazuo Nakano	https://www.youtube.com/watch?v=XofvQ2h_X_o&t=353s
B8	O Direito à cidade e os direitos à água e ao saneamento	Instituto ONDAS	12/08/20	Ermínia Maricato, Carmem Silva, Evaniza Rodrigues. Mediação de Orlando Santos Júnior (professor UFRJ) e pesquisador do Observatório das metrópoles)	https://www.facebook.com/ondas.observatorio/videos/694424394795484

Combatendo a invisibilidade do setor popular, **os movimentos sociais levam contribuições às comunidades em situações emergenciais; além de apresentarem denúncias e propostas ao poder público (B1)**. Essas lideranças das periferias ganham voz durante a pandemia (B3), que se estabelece como um acelerador de tendências, apontando para conflitos e contradições (B7):

“se não fosse o pacto entre sociedade civil, movimentos, academia e alguns investidores, a população estaria sendo mais exterminada do que já está” (Carmem Silva, B8).

Os movimentos de moradia posicionam-se neste cenário como **protagonistas** das ações de solidariedade (A2, B6), se reinventando e trabalhando duas vezes mais: além da construção da moradia, tem o papel de tirar a fome (A1, A5). Sob o lema **“quem tem fome tem pressa”** os coordenadores da UNMP justificam as redes de auxílio – representadas na distribuição de cestas básicas, kits de higiene, vakinha virtual²⁹, instrução e diálogo com a base, e o que mais julgassem necessário – atingindo uma certa amplitude na comunidade em geral (A1). Através da autogestão, fazem o **mapeamento das famílias vulneráveis**, e são quem de fato tem chegado nelas, sem burocracias, e conhecendo a vida dessas pessoas (A3, A5).

Essa rede nacional criada durante o período das paralisações é representada como um **despertar da sociedade civil** (Maricato, A7); como uma **forma de resistência popular**, com relevância fundamental no processo de formação e diálogo (Borges, A5); e mostra o **prestígio das organizações de base**, que vem sido criminalizadas e excluídas das políticas públicas:

“movimento que se não estivessem ao lado do povo, fazendo do jeito que dá, nós não teríamos nem como se mexer, porque o poder público não está montado para chegar nos mais vulneráveis” (Rodrigues, A5).

Sendo essa assistência **“o que garantiu a sobrevivência de muita gente”** (Rodrigues, B8), fica clara a importância da retomada e fortalecimento do trabalho de base, apontando um **novo jeito de fazer política**, em uma construção mais democrática (B1, B3).

29. Plataforma virtual que através de doações de usuários financia projetos diversos.



Fig.46_Distribuição de cestas básicas - Leste 1 UMM-SP

*

Associada à solidariedade, os movimentos populares têm sido cobrados de um alto nível de organização, **no combate a crise política e sanitária, e na militância pela democracia (A5)** – sendo destacados como os **“guardiões de defesa da democracia” (Borges, A5)**. Denunciando a ineficiência por parte do Estado na provisão de moradias e no auxílio à população periférica, dos cortiços e moradores de rua; palestrantes tanto dos movimentos, como dos meios acadêmicos, frisam **a falta de clareza do papel governamental no combate à pandemia e na coordenação das redes de solidariedade**, para que atingissem cobertura a nível metropolitano (A3, B5).

Para Kazuo Nakano (B5), o Estado estaria fazendo ações de tentativa e erro baseadas em vidas humanas, assumindo uma **política de naturalização das mortes**, subutilizando os importantes agentes territoriais, e exibindo como não é capaz de ter uma conduta consistente. Ermínia Maricato (B8), revela como as conquistas populares vieram com a mobilização e a luta social, e declara que para vencer essa conjuntura, **é necessário um projeto para as cidades, para a moradia, para o saneamento, e assim por diante**. Já para Evaniza Rodrigues (B7, B8), esses protagonistas mostram que para alcançar uma democracia genuína é **preciso fortalecer as organizações sociais; estimular, dar condições, tornar esses coletivos cada vez mais fortes, para que possam atuar de forma orgânica na sociedade**. Fala também de um processo de ruptura que se consolida com o golpe (2016) mas, que para além dele, teria uma contínua retirada de direitos e investimentos, responsável pela ausência da imposição coletiva. Denuncia como **o governo não discute as prioridades**, expondo como exemplo a contradição do projeto de revitalização do Vale do Anhangabaú³⁰, em contraposição a grave crise que passam os territórios populares (B8).

30. O projeto feito em concreto, entregue em setembro deste ano, conta com 850 jatos de água e custou quase 100 milhões aos cofres públicos, mas foi pouco discutida com a sociedade e não atende as demandas prioritárias da região central. Com participação da iniciativa privada, um edital prevê a concessão por 10 anos a empresas, que poderão

Nesse contexto, **as resistências das periferias ganham notoriedade**, e manifestam a necessidade de dar condições e instruções ao público necessitado, e assim, conter as crescentes contaminações. Seus discursos são fortemente marcados por um anti-bolsonarismo, e na construção de uma frente ampla pelo fim da gestão, protocolam o processo de impeachment do atual presidente (A2).

Diante da dualidade do neoliberalismo, que promove a destruição de políticas sociais, em contraposição à necessidade do governo durante a pandemia (B4), os movimentos defendem o SUS, o direito à cidade, e a moradia digna (A2). **Exercendo por vezes o papel do Estado, essas “forças vivas” existentes nos territórios apresentam-se como primordiais frente aos desmontes de políticas públicas (B5, B7)**. Descrevem o movimento social como “um espaço de ternura”, contrastando com o governo, que se ausenta em um momento crítico: **“a guerra é contra o vírus e contra o governo”; “a crise política e a crise do capitalismo não podem imperar sobre a vida”**. Anunciam a constante tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores, o fim de políticas públicas, e como **“a pandemia ataca aqueles que mais precisam do Estado” (A1, B1)**.

*

Se sentiam impotentes por não poderem ocupar as ruas, mas viam os encontros virtuais também como uma forma de fortalecimento,

sublocar pontos comerciais e realizar até seis eventos de acesso restrito por mês (NICOLAV, Vanessa. Em SP, reforma do Anhangabaú pode ampliar exclusão e dar margem para privatização. Brasil de Fato, 04/08/20. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/04/em-sp-reforma-do-anhangabau-pode-ampliar-exclusao-e-dar-margem-para-privatizacao>>. Acesso em: 03/11/20).



Fig. 47. Arroz orgânico para distribuição junto a placa “Fora Bolsonaro” UMM-SP

um protesto, enfatizando a relevância de estarem juntos (A1), uma vez que estavam **“acumulando forças” para pensarem uma nova construção social e novos horizontes (A2)**. Apesar das dificuldades dos encontros por meios digitais – **“não é raro a pessoa sumir no meio da reunião porque acabou os dados; a internet não é democrática, afasta mais” (Rodrigues, B7)** – os integrantes dos movimentos de moradia discutiam como durante a fase de isolamento era necessário **“ficar sozinho como única alternativa para continuar construindo juntos”**, e fazer deste um período de reflexão e estudo para fortalecer a luta, uma vez que **“quem estuda luta melhor” (Rodrigues, A3)**. Colocavam a importância da formação de consciência para quem tenha casa, ajude outros a consegui-la, e especulavam que **“se os programas [habitacionais] não tivessem parado, quantas pessoas não poderiam ter se salvado” (Marli, A3)**.

*

Perante a falência da gestão metropolitana nos últimos anos; o desmonte de estruturas e conselhos; a extinção de instituições pública³¹ (B8); e os cortes nas políticas habitacionais desde 2017; o movimento de moradia **pede por um projeto de lei que regulamente a autogestão**, gerando recursos estáveis, e uma segurança mínima por parte do governo, que segue privilegiando as parcerias privadas (com as contraditórias PPPs), e condenando as organizações sociais (B1).

31. Destaca-se o Projeto de Lei 529/2020, do governador João Dória (PSDB), que visa o desmonte de serviços públicos, fundações e empresas estatais. O PL ameaça a retirada

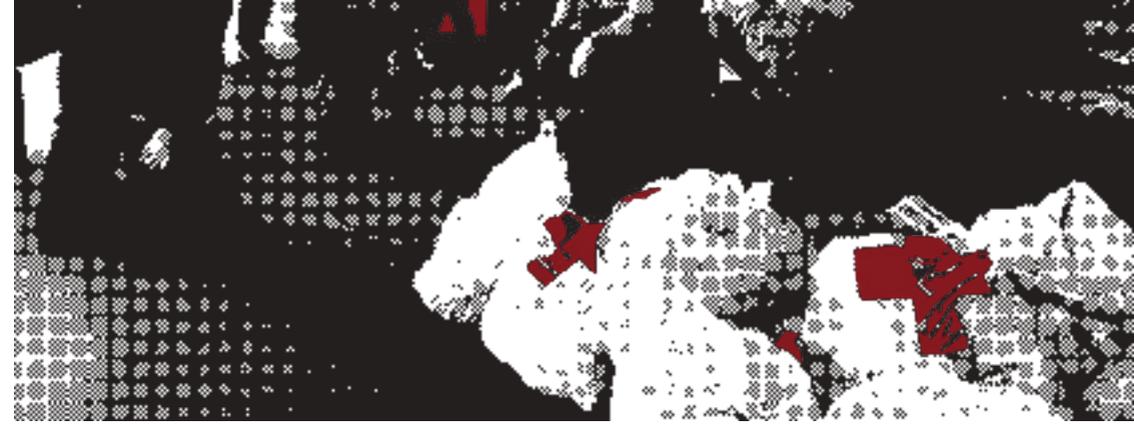


Fig. 48_Sede de distribuição de cestas básicas - região sudeste UMM-SP

Seus participantes falam da **articulação de uma plataforma de propostas de políticas públicas** feita por movimentos populares urbanos, junto ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e a Coalisão Internacional do HABITAT (HIC), para tomarem **medidas imediatas e apoiarem famílias na pandemia com políticas básicas** – como água, luz, internet, auxílio emergencial, entre outros (A1, A5) – e com **propostas emergenciais** – como dispor dos hotéis vazios para isolar pessoas em situação de vulnerabilidade, e suspender o pagamento de aluguéis e parcelas do Minha Casa Minha Vida (A2). Diante dos números exorbitantes de desempregados e indivíduos sem moradia, propõe-se fazer um levantamento dos conflitos, ações de luta e mobilizações, exercendo pressão no Estado (A7), pois **“nada mata mais que a desigualdade” (A1)**. Essas atitudes marcam uma **sociedade civil organizada, cobrando direitos e a retomada de programas como forma de enfrentamento da pandemia (B1)**.

de recursos para universidades estaduais e Fapesp (órgão de fomento a pesquisas); a extinção da Fundação para o Remédio Popular (Furp), Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp), Fundação Instituto de Terras do Estado de SP (Itesp), Fundação Parque Zoológico, Instituto Floresta, Instituto de Medicina Social e de Criminologia (Imesc), Superintendência de Controle de Endemias (Sucen); além da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU-SP) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU), que tem papel fundamental na engrenagem de políticas habitacionais para o estado (Coletivo + Direito à Cidade, 16/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maisdireitoacidade/posts/122690322889709>>. Acesso em: 21/09/20).



As assembleias do MTST Leste-1

Com a necessidade de manter a quarentena obrigatória, mas continuar as atividades, as **assembleias dos mutirões do MTST-Leste 1** passaram a ser de forma virtual, e transmitidas na página de Facebook do movimento. Buscando entender como estavam engajando e mantendo a base ativa durante este momento, foram vistas sete assembleias de mutirões distintos - Dorothy Stang, Martin Luther King e Jerônimo Alves; Milton Santos e Santa Zita; Carolina Maria de Jesus; Novo São Rafael; Florestan Fernandes e José Maria Amaral; e Boa Esperança.

Seguindo estruturas e pautas semelhantes, as assembleias sempre começavam com uma oração, homenageando as perdas por Covid, passando para uma apresentação da **conjuntura política e social da pandemia**. Denunciavam as desigualdades no isolamento e contágio³², assim como a falta de auxílio e as medidas impopulares do governo. Os problemas da “pandemia e pandemônio” eram anunciados semanalmente, reiterando a relação entre movimento e política, e a importância da compreensão dessa pauta: **“a política é intrínseca à nossa existência, quem não se interessa pela política não conhece seu entorno”**.

O tópico da **solidariedade** também estava sempre presente nas reuniões. Relatado por pessoas que estavam na **linha de frente da distribuição de cestas básicas e kits de higiene**, compartilhavam as experiências e relevância desse ato. Falavam da **confecção de máscaras** por costureiras do movimento, disponíveis gratuitamente para quem precisasse; traziam as **instruções e prevenções** a serem tomadas; e pediam para que as famílias com dificuldades avisasse os coordenadores para receberem ajuda, afinal **“ser vizinhos significa ajudar uns aos outros”**.

Em geral, as assembleias seguiam para os informes das comissões, que eram incentivadas a se reunirem (virtualmente) e avançarem com o que pudessem. A prestação de contas foi uma

³². A Zona Leste foi uma das zonas com mais infectados pelo coronavírus na capital, sendo assim, os pedidos por hospital de campanha na região foram outra constante nas discussões.

pauta recorrente nos diferentes encontros, justificando para onde ia o dinheiro das contribuições. O pagamento do boleto era um assunto que causava polêmica nos chats de discussão, e os coordenadores se colocavam dizendo que estavam entendendo a situação financeira de cada integrante e negociando diferentes abordagens para contornarem as muitas inadimplências.

Buscando **recordar e estimular** as famílias, a fala passava para as assessorias técnicas, que mostravam um histórico dos projetos, as situações dos financiamentos, e os próximos passos previstos. Essa etapa variava em cada mutirão, uma vez que depende das especificidades de cada empreendimento – os que estavam para começar a obra, faziam instruções de EPI e funcionamento do canteiro, os que tinham ocupações, se concentravam em ações de reintegração de posse, outros em organizar a limpeza do terreno, e assim por diante. As assembleias finalizavam com os informes finais, convidando para o curso de formação, atendendo às dúvidas e demandas, e oferecendo palavras de esperança: **“o movimento está caminhando, é importante a união agora para retomar com toda força. Quanto mais pessoas juntas, maior é a força”**; **“estamos juntos na luta”**.

*

Reuniões Internas

Visando entender como estavam se organizando as coordenações dos movimentos de moradia, e buscando me aproximar dessas figuras, em julho foi feito o **acompanhamento de duas reuniões internas**, que descrevo a seguir.

A **reunião de coordenação do MTST Leste-1** contou com um pouco mais de 40 participantes, coordenadores de grupos de origem e mutirões. Com frequência quinzenal, o encontro de quase duas horas era **visto como uma forma de estarem juntos**, mesmo que de maneira virtual, onde poderiam discutir um pouco do cotidiano.

Evaniza iniciou ressaltando a perda de familiares, pessoas contaminadas, e o desemprego recente de alguns companheiros. Edilson Mineiro passou a explicar a conjuntura política do momento,

expondo o **exorbitante número de mortos** pela Covid-19, e a **diferença de tratamento e recuperação** entre pobres e ricos; entre pretos e brancos – 70% dos contaminados são pretos e pardos (02/07/20). Discutiui-se a **falta de seriedade no tratamento** do vírus pelo governo; a **privação de acesso ao auxílio emergencial**³³ e a empréstimos; a **inexistência de políticas habitacionais**; e a **desestabilização da quarentena** em meio à crescente contaminação. Colocou, porém, a **esperança** de superar essa situação, ao ver o povo da periferia na rua (manifestações de motoboys e torcedores de futebol) dando a expectativa de melhora do cenário.

A fala seguiu para Priscila e Cristiane Oliveira com a pauta da **solidariedade**. Elas cobraram outros coordenadores de estarem **constantemente em contato com as famílias**, para saberem se têm necessidades, e para que o movimento não seja esquecido. Defenderam que através de doações, compartilhamento de vagas de emprego, e palavras amigas, **se faziam presentes**, e ajudavam as pessoas a enfrentarem esse dia a dia. Compartilharam a participação nas entregas de doações pelo **Cidade Solidária**³⁴, e a confecção de máscaras por mulheres participantes do movimento. Revelaram ainda, que com a ação solidária estavam viabilizando **novas relações, com maior inserção na comunidade local**.

A discussão se encaminhou para a realização do **7º curso de formação**, que ocorreria de forma virtual, com aulas sobre democracia, economia solidária, direito à cidade, autogestão e eleições. Pediram a propagação do curso entre as famílias, e a busca de pessoas que quisessem se engajar mais no movimento, para que este **tenha quem o aperfeiçoe cada vez mais**.

³³. Auxílio financeiro de 600 reais (reajuste em setembro para 300 reais) concedido pelo Governo Federal durante o enfrentamento à crise causada pelo coronavírus, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, pertencentes à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00) (Caixa Econômica. Auxílio Emergencial do Governo Federal. Disponível em: <<https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>>. Acesso em: 21/09/20).

³⁴. Associação da Prefeitura com diversas Entidades da Sociedade Civil para auxiliar pessoas em situação de extrema vulnerabilidade através da aquisição e distribuição de cestas básicas e kits de higiene (Cidade Solidária. Ação de voluntariado de São Paulo contra o coronavírus. Disponível em: <<https://www.spcidadesolidaria.org/>>. Acesso em: 23/10/20).

Colocaram também a pauta do programa **"Pode Entrar"**: um programa de habitação da prefeitura de São Paulo, que permitiria aos movimentos realizarem a produção de moradias através da autogestão, e com a promessa de início das obras em março, mas ainda sem edital de contratação. Discutiram então, as **formas de pressionar o governo** sem comprometerem a saúde das famílias. Finalizaram encaminhando uma conversa para checar a nova situação econômica dos participantes e debateram as eleições municipais, uma vez que **"a política interfere na moradia"**.



Fig. 49/50/51_ Distribuição de cestas básicas e máscaras de proteção UMM-SP/MTST-Leste 1

*

Já a **reunião de coordenação da UMM-SP** contou com aproximadamente 20 pessoas de diferentes regiões da capital. A discussão se concentrou em **propagar o movimento e em potencializar a comunicação digital**.

Através de um curso, fariam um exercício para que aprendessem a usar a ferramenta do vídeo – que se tornou essencial durante a quarentena. Seguindo o tema **“saberes e sabores”** promoveriam as **ações de solidariedade**, ensinando a cozinhar com os produtos das doações, ou a costurar máscaras, por exemplo. Falavam em fazer parcerias para **comunicar o processo de luta do movimento**; em indicar pessoas para participação no Seminário da Frente Parlamentar da Reforma Urbana; e a como defender os interesses do coletivo no Conselho de Habitação. Comentaram também os encaminhamentos do programa **Pode Entrar e da Campanha Despejo Zero**³⁵, finalizando com informes gerais.

35. Mais de 6.400 famílias já foram despejadas de suas moradias desde o começo da pandemia no Brasil, destas, 1681 estão no estado de São Paulo; outras 19 mil famílias estão ameaçadas de remoção (Campanha Despejo Zero SP. Lançamento da Campanha Despejo Zero em São Paulo, 17/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/campanhadespejozero/videos/1018751245257919>>. Acesso em: 22/09/20). Perante esses números, diversas organizações sociais e movimentos populares se organizam em reação à contínua retirada de milhares de famílias, inclusive durante a pandemia, em uma campanha nacional nomeada “Despejo Zero”.



Fig. 52_Manifestação pelo programa Pode Entrar
Evaniza Rodrigues



Fig. 53_Distribuição de cestas básicas no condomínio Barra do Jacaré UMM-SP

3.2.2

Como pode-se notar, Evaniza Rodrigues é uma figura de destaque em *lives* e no movimento de moradia, com grande atuação durante a pandemia. Por essa razão, foi realizada uma **conversa por telefone com Evaniza** no final de junho. Na tentativa de manter a oralidade do seu discurso e a construção de seus argumentos, transcrevo a seguir suas falas, extraídas da conversa feita:

Ao ser questionada sobre o seu posicionamento em relação as **reuniões virtuais**, Evaniza comenta que estava achando interessante, porque dava para ver depois. Esclarece com alguns casos específicos:

É curioso algumas coisas, por exemplo, lá no Florestan [Fernandes] (conjunto habitacional da Leste 1), temos problemas para passar o data show, porque é muito iluminado, é difícil todo mundo assistir. Quando a gente fez uma *live*, falaram “nossa, como ficou bem explicado”. **A maior parte das ações estão sendo boas, agora, sabemos que não é todo mundo que consegue entrar.** Logo no começo, no Carolina [Maria de Jesus] (outro empreendimento da Leste-1), estavam refazendo as fichas das famílias para dar entrada na COHAB; mandaram no email, no WhatsApp, em Pdf e Word. Podiam imprimir, preencher a mão e mandar fotografado, escaneado, ou poderiam preencher direto no Word. Tinham diversas formas, e mais de 100 pessoas não conseguiram; ou porque não conseguiam preencher no celular (porque não tem computador), ou porque não conseguiam imprimir. Aí mudamos um pouco o sistema, e fomos fazendo por telefone mesmo. Então alguém com computador ligava para a pessoa e ia pegando os dados, um por um. Além disso, é muita gente nos grupos de WhatsApp, precisa mandar duas, três vezes, a mesma coisa.

É impressionante o volume de **‘fake news’** que mandam. Tomamos um **posicionamento de tolerância zero** nos grupos. Mandou, e o coordenador na hora responde que é mentira, e se der apaga. Tiveram casos de companheiros que tiveram dados roubados em sites falsos do

auxílio emergencial, e não conseguem receber o auxílio, porque alguém já recebeu no lugar. De cura do Covid é impressionante, toda semana tem umas duas ou três curas, muita coisa religiosa também. Se não faz mal, a religiosa a gente deixa passar, mas pode ser perigoso.

Em relação às **novas formas de atuação dos movimentos de moradia durante a pandemia**, menciona que começaram com **diversos manifestos** – manifesto Movimento contra Covid-19*, manifesto das favelas, manifesto do Fórum de Reforma Urbana, entre outros. E a partir disso, comenta:

Fomos vendo que eram importantes [os manifestos], mas não respondiam **às pessoas, que tem um imediato, e estão passando necessidade.** Então foi quando a gente, depois que não tinha muito o que fazer, montamos uma *vakinha* virtual, que ainda não estava muito desenhada.

A União é um movimento mais de luta mesmo, não tem muita característica de auxílio emergencial, que são comuns em outras entidades. **A gente não tinha nem experiência para isso**, outros movimentos já têm na sua forma de organização esse tipo de acesso, só precisa adaptar. E aí, **algumas articulações que temos do movimento por fora, com outros atores, é que trouxe a possibilidade da solidariedade.** Primeiro foram essas fundações ligadas a empresas, a mais recente foi o Itaú Social; então acabou que não tínhamos muito contato mesmo.

A União é uma entidade muito conhecida, que tem sua organização, e está conseguindo espaços financeiros para viabilizar cestas. Fizemos cotação de preço, buscamos fornecedores, organizamos distribuição, com eles apoiando financeiramente. Com essa organização, já são 4 milhões de cestas; uma cesta custa quase 90 reais, fazendo



Fig. 54_Entrega de cestas básicas - zona oeste UMM-SP



Fig. 55_Entrega de cestas básicas UMM-SP

as contas, dá quase 400 milhões de reais. Para nós, é um universo muito estranho né, às vezes pedimos dinheiro para esses fundos, para fazer um seminário, para fazer uma partida, mas deliramos com todo esse dinheiro.

Então de fato, é **um mundo que a gente não fazia parte**, não faz parte. Candidataram a União para participar, convidaram [para o Cidade Solidária] por conta das prioridades. Porque tem muitas organizações: o pessoal da UNAS de Heliópolis, de Paraisópolis, são super organizados, tem uma atuação muito boa nessa área. Só que eles atuam em uma área, **a União na capital, está trabalhando em 180 áreas, é muito mais amplo**. Esse acabou sendo o fator que nos qualificou para essa primeira fase. E dessa atuação, com a prefeitura, com os conselhos de habitação, e toda essa história, **nos trouxe para o Cidade Solidária**. É outra escala, porque é pública, a prefeitura arrecada doações e debate com entidades.

Sobre a **importância dessa forma de atuação** durante a pandemia, explica:

A cesta básica é uma forma de se manter presente para as pessoas, no lugar onde ela está, durante a necessidade. Porque queremos que ela lute por moradia, lute por isso, por aquilo, mas na hora que está pior fala: “fica em casa aí, que quando passar a pandemia a gente retorna”. Não tem como, **você perde representatividade**, perde reação mesmo. Essa foi a primeira preocupação que tivemos. A segunda foi, vamos **usar as cestas básicas também para informar essas pessoas, tanto no combate a fake news, quanto nas propostas de luta para organizar as políticas públicas**; daí veio a ideia do “jornalzinho”. A gente brinca, que é **uma cesta básica em uma mão e o jornalzinho na outra**, e aproveita e já pergunta se está no auxílio emergencial, se tomou vacina...



Fig. 56_Jornal da União UMM-SP

Conseguimos uma **associação com as UBS, que estão indo fazer entrega de cesta e vacinando quem precisa**. Agora estamos **costurando máscaras** e entregando a máscara junto, ensinando a usar. Então **vira um ponto de articulação**.

Esse acaba sendo um ponto de contato. Eu lembro que no dia da posse do Lula, a maior expectativa era o discurso dele na hora que estivesse com a faixa pendurada. O movimento na esperança, todo mundo emocionado, e ele fala que o desafio do governo dele era que a população pudesse almoçar e jantar. Achemos, naquela época, um discurso estranho, mas depois vimos que **não tem como o povo fazer a luta de barriga vazia. Você ter uma ação que possibilite isso é uma política pública super importante**.

Por fim, Evaniza coloca como **os movimentos conhecem o espaço e seus participantes**:

Uma organização popular, que já faz uma ação permanente naquele território, e que o organiza, porque conhece, tem protagonismo. Os nossos mutirões mesmo, a gente já sabe quem são as famílias em situação mais precária, quem são os idosos, quem tem muita criança, quem tem criança deficiente, já conhecemos. **A gente tem laços, então sabe disso; é muito mais próximo, mais real, do que um cadastro na prefeitura**. Na própria mídia, é engraçado, anda tendo uma valorização do trabalho comunitário – de umas formas meio tortas como sempre – mas já é algo.



Fig. 57_Campanha de vacinação UMM-SP

* Manifesto Movimentos contra COVID-19

No dia 23 de março, movimentos populares urbanos divulgaram um manifesto intitulado **“Em Defesa do Povo, da Democracia, do Estado de Direito e na luta contra a COVID-19”** (disponível em: <<https://movimentoscontracovid19.com/>>. Acesso em: 07/08/20). Este apresenta medidas e reivindicações para o enfrentamento da pandemia em defesa dos direitos populares; o qual transcrevo a seguir:

O Brasil e o mundo passam por uma gravíssima crise sanitária, econômica, política e social, com acelerada piora nas condições de vida do povo, sobretudo o mais pobre. Nesse contexto, o governo Bolsonaro reafirma sua face mais cruel: ataca os direitos, aumenta o autoritarismo e despreza o povo. A Medida Provisória 927/20, anunciada neste domingo, é mais uma grande expressão dos interesses que de fato orientam esse governo: garantir a expansão das riquezas de uma minoria privilegiada pela retirada de direitos das classes trabalhadoras. Foi assim na reforma da previdência no ano passado, e segue assim agora, mesmo em meio a uma crise que torna nossa população ainda mais vulnerável. Em contraposição a isso, as organizações populares **Central dos Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB) e União Nacional por Moradia Popular (UNMP)**, propõem uma completa mudança na política econômica e social, pois só assim poderemos superar a crise. Para enfrentar os efeitos do COVID 19, defendemos a adoção imediata das seguintes medidas:

1. Fim de todos os despejos e remoções na cidade e no campo.
2. Suspensão do pagamento das prestações dos imóveis adquiridos pelo MCMV ou outro financiamento público ou privado e auxílio moradia para os desempregados.
3. Suspensão do pagamento das contas de água, luz, aluguel e gás, com distribuição gratuita de gás de cozinha e água potável, sempre que necessário.
4. Distribuição domiciliar gratuita de cestas básicas e produtos de limpeza e higiene, com retomada do Programa PAA - Programa da aquisição de alimentos da agricultura familiar e contribuição de alimentos para população de baixa renda.
5. Ampliação e aumento do bolsa família para 1 SM e criação de um programa emergencial de renda mínima a todos os brasileiros sem vínculo formal de trabalho durante a pandemia com a transferência de ½ SM / mês em cada CPF de pessoas com mais de 18 anos.
6. Requisitar e decretar de utilidade pública hotéis e todos imóveis sem uso ou subutilizados em moradia e abrigo e áreas de isolamento para as populações de risco , os sem-teto e para a população de rua com toda a assistência estatal.
7. Nacionalização e estatização dos hospitais, laboratórios e quebra das patentes.
8. Fim do teto de gastos (EC 95) que cortam os investimentos em saúde, educação e nas áreas sociais e fortalecimento do SUS e valorização dos profissionais da saúde.

9. Taxação das grandes fortunas, e da remessa de lucros e dividendos para o exterior, dos lucros dos bancos e execução das dívidas dos grandes sonegadores – Direcionamento dos recursos para um fundo de emergência a ser distribuído para os estados e municípios.

10. Suspensão do pagamento das dívidas públicas, incluindo a dos estados e municípios com a união e de todas as reformas que prejudicam o povo como as da previdência e do trabalho.

11. Paralisação das votações de reformas que prejudicam o povo como as da previdência e do trabalho que reduziram direitos e ampliaram a desigualdade.

12. Linha de crédito com juros zero para pequenos e médios comerciantes, agricultores e para o comércio informal.

13. Manutenção de todos os empregos com pagamento de salário, ampliação e aumento do seguro desemprego.

14. Revogação imediata da MP 927 e garantir o salário dos trabalhadores públicos e privados com proibição das demissões até Dezembro/2020.

15. Investimentos massivos em Saneamento Ambiental e cuidados com a mãe Terra.

16. Suspensão das incursões policiais nas favelas e periferias, as comunidades pedem e precisam de paz!!!

17. Liberação de presas e presos maiores de 60 anos, que já cumpriram penas, que estejam em cumprimento de pena em regime semiaberto, presas grávidas, bem como detentas e detentos com condições médicas preexistentes – acometidas por hipertensão, doenças cardíacas, diabetes, pessoas que vivem com HIV/Aids, portadores de tuberculose, câncer, doenças respiratórias, sistema imunológico comprometido ou outras suscetíveis de agravamento a partir do contágio pelo COVID-19, ou que se enquadrem em situação de risco de saúde agravado, passando-lhes para regime de prisão domiciliar humanitária.

18. Prioridade total para aqueles que estão nos grupos de risco como idosos, cardíacos, diabéticos, bem como moradores de favelas e periferias, a população de rua, indígenas e trabalhadores de todo sistema de saúde.



Fig. 58/59/60/61_Entrega de cestas básicas
UMM-SP



Fig. 62_Bandeira UNMP
UMM-SP

Periferias. Milhares de histórias reais [...], repletas de símbolos de uma **sociabilidade política desagregada, de violência exposta, cotidiana. De agressões aos direitos elementares, de contravenções das mais claras às menos perceptíveis da norma legal igualitária. De privações financeiras profundas e tentativas de sobreviver de qualquer maneira.** Códigos de conduta autoritários, que geram uma sensação de salve-se quem puder, como se a regra da dinâmica societária, ao invés do reconhecimento da alteridade e legitimidade das demandas do outro, fosse a de um **novo tipo de seleção natural.** Uma dinâmica societária competitiva por princípio, calcada na naturalização de modos de vida pouco comuns em outras regiões.

Observando as avenidas, os corações dessas regiões, locais onde seriam pretensamente observáveis uma civilidade e uma sociabilidade as mais públicas, por serem espaços onde muitos sujeitos distintos circulam livremente, são notáveis, para cada lado para o qual se olhe, as **tensões entre essa convivência social quase-pública, que se funda no fato de aquele não ser o espaço de ninguém, e o forte componente privado e privatista, competitivo e potencialmente conflituoso** a ponto de um carroceiro, puxando papel nas piores condições de humanidade, optar pela frase "sua inveja é o meu sucesso" como forma de se apresentar. (FELTRAN, 2003: 88)

Resultado de um processo de acelerada urbanização e de intenso crescimento populacional, a concepção do que se convencionou chamar de **periferias urbanas de São Paulo** foi articulada de **forma coletiva, à margem dos métodos formais e regulares** de construção ditados pelo Estado (TANAKA, 2006: 23). Essa expansão urbana consolida **espaços segregados** da cidade formal e "moderna", levando ao agravamento dos problemas de mobilidade e infraestrutura; ao intenso espraiamento da mancha urbana; além do crescimento

demográfico e da especulação imobiliária, que contribui para as altas de preços da terra, ditando as regras de ocupação do território.

"A cidade se torna um centro de disputas e de segregação, entre o capital imobiliário e a população de baixa renda que resiste e luta pela sobrevivência no direito à moradia e a cidade." (COLEJO, 2016: 28).

A construção das periferias passa a ser relacionada com mudanças políticas e práticas sociais urbanas, ganhando destaque como o **local de reivindicações dos movimentos populares e de objetos de pesquisas acadêmicas.** Começa sendo conceituada como o lugar da força de trabalho – necessária para o crescimento da produção e economia da cidade – em espaços definidos por **carências de acesso à infraestrutura e serviços urbanos.** Seriam locais de **denúncia contra o Estado,** uma vez que este deveria atender as necessidades da população, como no acesso à moradia, mas tem relegado este papel ao mercado (CAMARGO apud. TANAKA, 2006: 145).

A periferia é caracterizada na literatura como **resultado de dinâmicas de segregação social,** onde o trabalhador encontra as condições necessárias para adquirir a casa própria por valores baixos e viabilizar sua reprodução social (BONDUKI; ROLNIK apud. TANAKA, 2006: 143). É especificada também como **áreas distantes do centro, com terras baratas, aonde não chegam serviços urbanos** (SINGER apud. TANAKA, 2006: 146); como espaços que não tiveram a entrada de capital imobiliário, e por isso teriam valores baixos (LEFÈVRE apud. TANAKA, 2006: 146); e como **vastas áreas de autoconstrução,** sem equipamentos de serviços, com infraestrutura precárias, sendo **espaços de**



Fig. 63. Processo de expansão urbana: loteamento distante das áreas urbanizadas, Osasco, 1978 (FERRACINI, 1982 [1975]: 161)

resistência da classe trabalhadora. São locais reconhecidos como **idades-dormitórios**, que “se assemelham a canteiros de obras, e mantêm essas características por muitos anos” (MARICATO apud. TANAKA, 2006: 146).

Nessas análises, a periferia adquire um sentido de espaço urbano de moradia da classe trabalhadora, com carência de investimentos públicos e privados, como uma forma de manter os baixos custos de reprodução da força de trabalho. O Estado, ou melhor, a sua ausência, adquire um papel central, uma vez que estaria atuando de modo a **incentivar esse processo de produção de cidade**, impulsionando a elaboração de loteamentos clandestinos, e privilegiando setores de renda média e alta (TANAKA, 2006: 147).

Dessa maneira, **a população base da produção da cidade** estaria condicionada pelas lógicas econômicas vigentes a **viver em situação precária** e com recursos insuficientes às suas necessidades. Denunciar essa situação, relaciona-se às contradições presentes na sociedade urbano-industrial, e as lógicas de desigualdades sociais, que precisam ser reconhecidas em suas particularidades e assim, superadas (Ibid.: 147). **Caberia aos novos movimentos sociais o papel de configurar um novo campo de conflitos na sociedade, de impulsionar mudanças e abrir um novo horizonte de expectativas** (TELLES apud. TANAKA, 2006: 148). O conceito de periferia nasce, portanto, associada a desigualdade, e **adquire sentido de antagonismo social**, e de oposição à cidade formal; se estabelecendo não só como o local de moradia dessa população organizada, mas também sendo o que confere sentido para os conjuntos de práticas políticas que articulam, como foi visto no último capítulo (TANAKA, 2006: 149).

Com a disseminação da ideologia neoliberal, se aprofundam as desigualdades sociais, em uma sociedade já historicamente desigual. Ampliam-se as relações informais de trabalho; o setor terciário, associados à grande presença das ONGs; a concentração de renda; a privatização dos serviços públicos; a pobreza e violências urbanas (GOHN, 1997: 17; MARICATO apud. TANAKA, 2006: 153). **O Estado recua em investimentos públicos, rompe com a universalização dos direitos, e a distribuição de recursos escassos passa a se caracterizar como questão social.** Associada

a globalização, se perde o padrão de crescimento e trabalho industrial como estruturantes das relações sociais, levando a disseminação do **trabalho abstrato** (TANAKA, 2006: 153). Sendo assim, apesar dos modos de vida distintos dos indivíduos que habitam as periferias, há uma semelhança em que todos **“são submetidos à ausência de direitos humanos elementares senão por toda a vida, em parte significativa dela”** (FELTRAN, 2003: 85).

*

Dialogando com estes discursos, ressalta-se em diversas *lives* como a **pandemia evidencia questões que estavam invisibilizadas**, tornando nítidas as desigualdades das cidades e as mazelas das periferias³⁶, mostrando como **questões estruturais brasileiras se revelam dramáticas** (B1, B3, B7, B8). As palavras de ordem “fica em casa” propagadas durante este período, tem diretriz de caráter médio-classe centrista, e **não abrangem as pessoas que não têm acesso a moradia ou moram em situação irregular** (A3, B3, B7). Com o governo não disponibilizando medidas econômicas para fazer isolamento, e sendo os territórios populares marcados pela informalidade e por negócios de subsistência, **o home office é um privilégio distante** para essa população³⁷. Sem contar com espaços de lazer e cultura, coordenadores da UNMP expõem como nas periferias há o uso de praças e promoção de eventos informais; que associados a presença de problemas do século retrasado – como a falta de água, a intermitência no fornecimento, o alto custo, entre outros (B8) – e a não rara aglomeração de pessoas na mesma casa, **a impossibilidade de isolamento e o consequente contágio se tornam inevitáveis** (B1).

³⁶. Especialmente a nova geração de ocupações dos territórios populares (B1), formados a partir de 1954, que representaria a parte mais significativa das aglomerações urbanas (TANAKA, 2006: 151).

³⁷. O trabalho remoto ganhou escala, de forma forçada, como alternativa ao isolamento social. Passados meses da disseminação dessa nova forma de trabalho, ele constitui um novo indicador das desigualdades econômicas do país, sendo um privilégio para trabalhadores formais, com curso superior completo, localizados em regiões mais ‘prósperas’ economicamente (GARCIA, Diego. *Home office* é o novo indicador de desigualdade econômica no Brasil. Folha de São Paulo, 30/08/20. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/home-office-e-novo-indicador-de-desigualdade-economica-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 02/09/20).



Fig. 64_Vista aérea Cidade Tiradentes, 1980
RODRIGUES, A., 2019



Fig. 65_Vista aérea Cidade Tiradentes, 2019
RODRIGUES, A., 2019



Fig. 66_Transporte público lotado durante pandemia
Yan Marcelo

A moradia já era um tópico de grande relevância nos territórios populares, uma vez que **através da aquisição da casa própria**, o trabalhador conquista uma **posição social mais elevada** e passa a ser reconhecido efetivamente como parte integrante da cidade; tendo assim, **legitimado seu direito** de acesso à serviços públicos (FERTRIN; VELHO, 2010: 589), além de uma maior flexibilização adquirida pela eliminação do aluguel das contas mensais (BOLAFFI, 1982 [1975]: 44). Posto isto, a importância da pauta habitacional nas grandes cidades também ganha novos contornos neste período. A necessidade de ter acesso à moradia adequada, com direito a infraestrutura, e bem localizada são essenciais, uma vez que **a não obtenção de**

condições mínimas podem ser fatores de mortalidade – como o transporte público, que durante o período da pandemia torna-se o principal responsável pelo contágio, sendo citado como “uma sentença de morte” (Rodrigues, B7; A5, A2). No entanto, a população vulnerável **não tem a segurança** de ter uma casa e não ser despejada, de ter materiais de limpeza e número de cômodos adequados capazes de proporcionar o isolamento das pessoas com suspeita de vírus (B1).

As ações de despejo, sem oferecer alternativas; a violência policial; a criminalização dos movimentos; e a posição da cidade como mercadoria, prevalecendo o lucro sobre a vida, são duramente criticadas durante os debates (A7, B7). Salientando as declarações, João Whitaker descreve a **casa como última barreira protetora pela vida**, e a necessidade de se ter garantia à moradia digna, à cidade, e ao território; Maricato argumenta que **a política se faz onde a população está**, e que o direito à moradia e a função social da propriedade deveriam ser assegurados; Raquel Rolnik diz

que defender poder estar na habitação, tem relação com **defender a vida** (A7). Com o estabelecimento da casa como local seguro, e os grandes centros urbanos como “bolsões de miséria” (Sidnei, A3), os movimentistas destacaram, igualmente, como **ao lutar por moradia digna e direito à cidade, estavam batalhando por democracia, igualdade social, e contra a política histórica de segregação das cidades** (A1, A5).

*

Perante a dissociação entre o local de tomadas de decisões e a vida cotidiana, a desarticulação entre secretarias, e as ações fragmentadas por parte da Prefeitura, **acentuam-se os conflitos urbano-sociais vigentes** (B5). Essa **falta de ações concretas para a realidade da periferia**, acaba por trazer, entretanto, algumas lições: com as dificuldade de acesso ao auxílio emergencial da forma como foi proposta pelo governo, se descobre uma **série de indivíduos à margem da formalização**, indicando como o Estado está distante da população – o processo exige um cadastro a ser realizado através de um aplicativo de celular, com número de CPF, cadastramento no Cadastro Único (CadÚnico), para então receber o benefício em sua conta bancária; esses passos representam quatro etapas básicas que grande parte da população não tem acesso, e marca outra ação tomada pelos movimentos de moradia ao articularem um mutirão para possibilitar o acesso ao auxílio. (A5, B7).

Esse afastamento tomado pelo Estado nos últimos anos, e a saída da esquerda das ruas, levam a uma **ausência no território popular**, que resulta na **volta de doenças erradicadas e na apropriação da área pública**, o que permite a **ocupação do espaço por um poder paralelo**: o crime organizado, as milícias, e as igrejas conservadoras (B4, B8). Com a crise do emprego formal e do projeto de ascensão social, a pobreza, o desemprego, a miséria, e a violência, compõem um **cenário urbano já naturalizado** (FELTRAN,

2003: 88). O projeto familiar, social e político, centrado no operário, que consolida as periferias, migra para um **ambiente instável, em crise e individualizado**. O projeto de ascensão não se realiza, o trabalho se desregula, as drogas, a violência e o crime abordam estruturalmente os moradores: “nas periferias de São Paulo, hoje, esta renovação das ‘matrizes discursivas’ do trabalho, da família e da religiosidade abre muito espaço para a expansão do ‘mundo do crime’, especialmente entre os jovens.” (FELTRAN, 2008: 181).

Quem também se ocupa dos territórios populares é o capital privado, sendo as **comunidades periféricas ainda representadas como “mina de ouro” das grandes empresas**. Com a constante proposta de privatização dos serviços básicos, Evaniza explica sua contradição: **“na redução de cidadãos à consumidores, quem pode pagar mais vai receber o melhor serviço. Quem não puder pagar, não vai receber serviço algum. Locais não produtivos serão abandonados e esquecidos.”** (B8). Retoma a longa trajetória de lutas populares pelo fornecimento de direitos básicos, e menciona como estas estão sendo interrompidas pelo governo, “pelas boiadas que vem passando”³⁸. Perante a constante expulsão dessa população da cidade formal pelo preço da terra, do aluguel e das mercadorias, discorre: **“precisa democratizar a cidade por inteiro, para que todos tenham direito a todas as suas áreas”**. Carmem Silva, argumenta de forma similar: **“não podemos virar reféns dos direitos virando mercadoria”**. Coloca a moradia como porta de entrada para outros direitos, e expressa a falta de planejamento e responsabilidade dos governantes (B8).

Coleciona-se então, uma série de desigualdades, estipuladas por um **“modo de produção econômico, político e de relação com o território marcado pela toxicidade”**, que busca o consumo, a acumulação e o crescimento incessante, causando a “destruição da vida e do planeta” (Rolnik, B7).

38. Fala feita pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, durante reunião ministerial em abril, expressando que era o momento de aproveitar que a sociedade e a mídia estavam focadas na disseminação do coronavírus para aprovar medidas impopulares.

*

Diante desse desconhecimento (desejado) do Estado das áreas vulneráveis e do setor popular, **a maioria das políticas não atingem quem deveriam atingir** (B8). Além disso, as periferias têm algumas características em comum entre elas, como o fato de que as pessoas nelas inseridas – diferentes dos espaços dos grandes centros – não são anônimas; mas tem uma sociabilidade baseada em uma **“rede de relações pessoais, familiares, diretas”**, muito semelhantes às que ocorrem em regiões do interior do país (FELTRAN, 2003: 87).

Dessa forma, em um momento de crise, **o governo vai em busca dessas redes**, representadas por experiências de autogestão mobilizadas, usando desses braços mergulhados no território (B1, B4). Sendo capazes de atender às comunidades que não tem condições de fazer isolamento, e deixando clara a potência da sociedade civil organizada, **os movimentos e coletivos inseridos nesses espaços exercem um papel fundamental no combate ao coronavírus**; auxiliando na organização e cuidado coletivo, e articulando atividades de formação (A5, B2, B3). **O poder local assume um papel prioritário**, ao conhecer sua região (B4), e com diversas formas de organização social ressaltam o significativo papel das relações de vizinhança, o compartilhamento de saberes e o uso dos espaços comuns (B7).



Fig. 67/68/69/70_Distribuição e entrega de cestas básicas UMM-SP

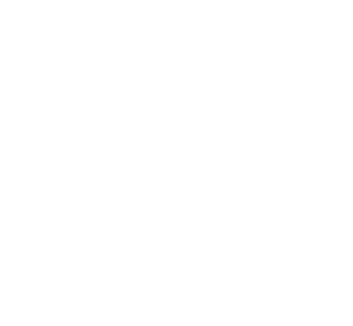


Fig. 71_Sede de distribuição de cestas básicas - ULCM UMM-SP

Fig. 72_Cozinha comunitária Vila União UMM-SP

Fig. 73_Entrega de cestas básicas - Leste 1 UMM-SP

Como consequência da indisponibilidade de informações, e da rotulação das periferias urbanas como centros de disseminação da doença (B7), durante os debates, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik e Kazuo Nakano, relembram como a prática do **urbanismo nasce do higienismo e da crise sanitária**. Vista desde o século XV como uma forma de controle populacional (B5), esta implicou na expulsão dos trabalhadores das áreas centrais (B2). Na relação com a peste, o capítulo seguinte seria o de **destruição do território popular, a partir de uma estigmatização deste (B7)**.

Para Kazuo, o combate à peste trouxe um regime baseado na disciplinarização e no autoritarismo, justificando como estaríamos no limiar de uma administração que poderia ser tão violenta quanto a pandemia – os dados estatísticos do coronavírus poderiam ser usados de forma doutrinadora, para subsidiar ações do Estado em políticas contraditórias, por exemplo. Coloca a percepção de que os efeitos nos territórios são sistêmicos, e que o legado das desigualdades socioespaciais estariam hoje exigindo compensação (B5).

*

Com a chegada do vírus no Brasil pelos bairros nobres, **adotam-se condições de isolamento social não funcionais para as áreas populares (B4)**, uma vez que a política a ser usada na periferia precisaria vir atrelada a um sistema econômico (B5). Raquel Rolnik, na tentativa de entender onde estão os maiores contágios na cidade, explica que o que mais parece fazer sentido é que uma parte da população, de alta renda, ficou em quarentena no teletrabalho, e outra teve de sair para trabalhar, **garantindo o isolamento dessa classe alta**. Defende que nenhuma política pode ser homogênea e única, e crítica que em nenhum momento se teve uma **ação territorializada**, com operações diferenciadas para cada grupo de indivíduos, pensando em quem precisou circular (predominantemente periféricos, pretos e pardos) (B7).

Sendo os territórios dinâmicos, a periferia estruturalmente segregada, associada a falta de mapeamentos precisos, existe um **desconhecimento das regiões que requerem atuação**

emergencial. Com o entendimento urbano e os investimentos nas áreas certas, já se poderia prever onde a pandemia teria mais impacto, devido às grandes desigualdades sócio-territoriais presentes na capital paulista (B5). Os mapas oficiais da Covid-19 em São Paulo, mostraram que a medida que escondem informações, também **impossibilitam a disseminação de políticas públicas efetivas**. Essa falta de estratégia territorializada ficou clara com o plano de retomada econômica da Região Metropolitana, que simplifica o complexo em 17 regiões, desconsiderando elementos urbanísticos e conexões cotidianas que estas zonas mantêm entre si. Ao passo que que não compreendem a multiplicidade de paisagens e dinâmicas sociais, fazem comparações simplistas, usando de padrões duais do tipo centro/periferia para explicarem as maiores contaminações, sem ponderar as múltiplas escalas necessárias (MARINO; ROLNIK; KLINTOWITZ; BRITO; MENDONÇA, 2020)³⁹.

Esse fato é ressaltado por Aluizio Marino, que coloca como a cartografia por bairros (disseminada nas grandes mídias) é superficial, e não capta as diferenças internas dos territórios. Atenta para seu valor e influência: **“o mapa nunca representa o todo, e é também um importante instrumento político de narrativa, que pode ser usado de forma perversa como, por exemplo, para justificar as remoções.”** Revela como as estratégias públicas não pensam essa integração espacial, e contrapõe com sua experiência no LabCidade, que tenta fazer leitura das territorialidades, **usando os grupos que estão no espaço** (dá destaque para os coletivos culturais da periferia), e buscando **qualificar o mapeamento de contágio**⁴⁰. Para entender a pandemia argumenta serem necessários vários mapas, com múltiplas camadas, feitos de forma interdisciplinar, e respeitando os fluxos urbanos – ao invés de se limitar às fronteiras municipais (B5).

³⁹. MARINO, Aluizio; ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle; BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro. Simplificação da leitura do comportamento da epidemia no território dificulta seu enfrentamento. LabCidade, 04/06/20. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/simplificacao-da-leitura-do-comportamento-da-epidemia-no-territorio-dificulta-seu-enfrentamento/>>. Acesso em: 20/07/20

⁴⁰. O mapa interativo, disponibilizado em formato aberto, feito e divulgado pelo LabCidade em junho, traz as informações de contágio para a escala da rua, relacionando o número de casos, óbitos e hospitalizações de Covid com o CEP. Está disponível em: <<https://labcidade.fau.carto.com/builder/550ac007-b4c9-42ab-9582-29d16ab4e7ee/embed>>

O mapa apresentado abaixo, considera as distribuições dos locais de origem de viagens diárias, e cruza essas informações com manchas de concentrações de pessoas hospitalizadas com COVID-19 e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) (possivelmente casos de COVID), mostrando uma forte associação; o que nos leva a concluir que as pessoas mais atingidas pela doença são, de fato, aquelas que tiveram que sair para trabalhar.

Sendo assim, fica claro como é preciso repensar a política de mobilidade urbana, e proteger o percurso das populações que exercem serviços essenciais ou que precisam garantir o seu sustento (Instituto Pólis, 30/06/20. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>>. Acesso em: 11/08/20).

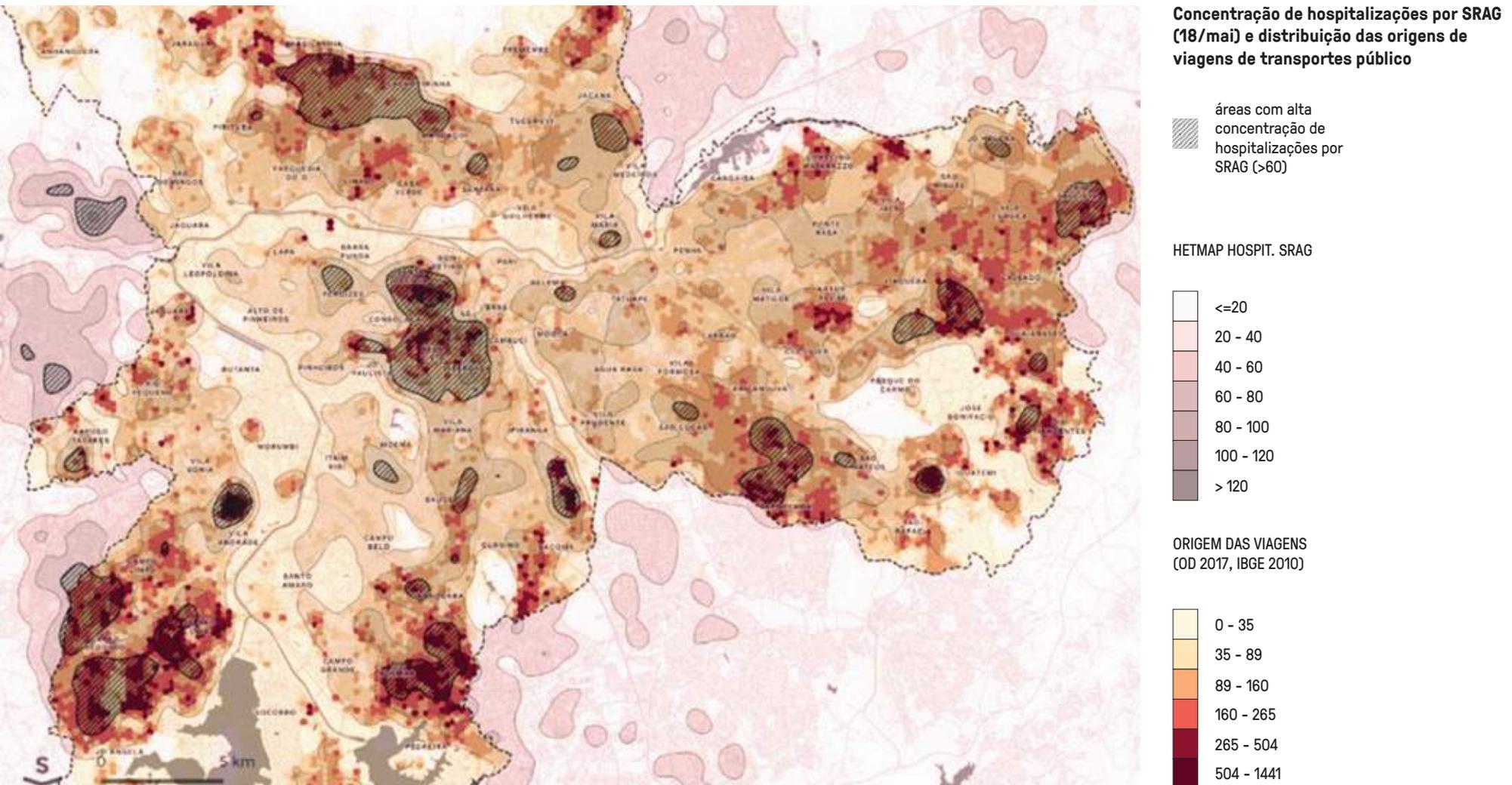


Fig. 74_ Mapa de contágio x deslocamento, junho/2020
Instituto Pólis, LabCidade

3.3.2

[...] grupo sócio-espacial designa um grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo esse espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele. A articulação entre espaço e nexos social é dialética e necessária: dialética porque tensionada e sempre em processo; necessária porque o grupo não existiria sem ela. Na linguagem de Henri Lefebvre, um grupo sócio-espacial produz um espaço e é produzido por ele. Um grupo que dá conta de se constituir produzindo um espaço ou na perspectiva de fazê-lo, terá alguma ideia de autonomia, por mais frágil que seja. (KAPP, 2018: 03)

O **mutirão autogestionário** permanece, ainda hoje, como uma das principais bandeiras de luta dos movimentos de moradia. Em contraposição ao trabalho historicamente definido, entendido como chave de opressão, o **trabalho emancipado e coletivo**, tal como proposto pelos movimentos de moradia aqui analisados, traz uma organização política através da reapropriação do saber operário, com um princípio formativo e educativo (GUERREIRO, 2018: 132). Tendo a restituição dos produtos do seu trabalho, e a expansão de seu conhecimento, é possível observar uma **autonomia, desalienação e emancipação** em alguns dos participantes (Ibid.: 151), gerando **produtores de espaço mais ativos, conscientes e engajados**. Fundamental para a formação política do trabalhador, a produção coletiva do espaço se torna um fator determinante, uma vez que atua também como produtor de cidade (Ibid.: 122).



Fig. 75/76_ Processo construtivo de abóbadas, Pq. São Rafael Arquivo USINA-CTAH

O trabalho coletivo **democratiza as relações** entre os indivíduos, fazendo-os perceber como parte de um grupo, que através de uma vivência, notam a diferença entre a ação individual e a ação coletiva, e o poder desta quando acionada (LOUREIRO, 2013: 156).

Estabelecendo o conceito de território como “um espaço definido por e pelas relações de poder”, e lembrando como em momentos políticos favoráveis conseguiram articular uma estruturação coletiva, coordenadores da UNMP defenderam fortemente o **uso da autogestão como forma de elaboração da cidade**. Dizem que sua prática origina **raízes de pertencimento, identidade, e relações horizontais, fraternas e solidárias**. Apontam que durante a construção do conjunto habitacional através do mutirão autogestionário, **partilham a vida** entre os futuros moradores, **transformando uns aos outros**, e criando uma **relação de pertencimento** que posteriormente se espalha para o bairro: “**A gente vai melhorando pedaços da cidade, e assim, melhora toda a cidade**”, argumenta Marli (A3). Esses grupos se apropriam do ambiente, produzindo lugares de representação, sendo agentes políticos que não apenas operam com o espaço dado, mas também contra esse espaço (KAPP, 2018: 18).



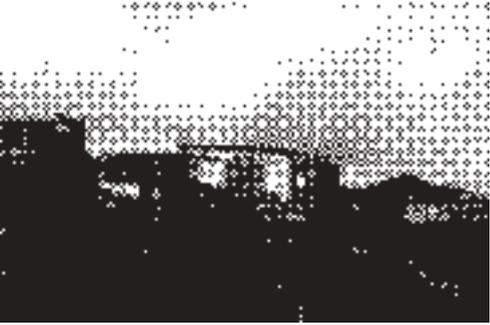


Fig. 77_Mutirantes construindo abóbadas,
Pq. São Rafael
Isac Marcelino

Fig. 78_Mutirante tirando nível,
Pq. São Rafael
Arquivo USINA-CTAH

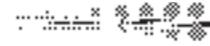


Fig. 79_Abóbadas, Pq. São Rafael
Acervo próprio



Fig. 80_Mutirante, conjunto FFJMA
Acervo próprio



A possibilidade de confinamento imposto pelos governos [...] para frear a epidemia do vírus torna ainda mais visível a divisão profunda entre vidas tornadas vulneráveis e vidas protegidas. [...] ilumina mais do que nunca as diferenças de classe, gênero e raça. Há os/as confinados/as e os/as não confinados/as, e estes últimos garantem a vida cotidiana dos primeiros, levam os produtos aos comércios abertos porque são “essenciais” ao funcionamento da sociedade, arrumam as mercadorias nas prateleiras, organizam os caixas; são os coletores e coletoras de lixo, as funcionárias e funcionários dos correios, os entregadores, os motoristas dos transportes públicos, as mulheres responsáveis pela limpeza de clínicas e hospitais, os motoristas de transporte rodoviário, as babás e tantas outras profissões. Todas essas pessoas, indispensáveis ao confinamento, trabalham sem proteção alguma, sem máscaras e sem luvas, e precisam deixar suas crianças sozinhas porque as escolas estão fechadas (VERGUÊS, 2020: 21).

Durante a pandemia, também ganharam repercussão outras discussões para além da moradia. **Ficou nítido como o contágio atinge os indivíduos de forma desigual, apresentando maior risco para população pobre, indígena, negra, e parda; além de possuir uma relação com o baixo nível de escolaridade e trabalho informal.** Com o Brasil em nenhum momento renunciando aos pressupostos chicaguianos e neoliberais, e utilizando-se das lógicas de austeridade fiscal e da necropolítica, a perspectiva é de **profunda instabilidade (B7).**

Em um cenário carregado de incertezas, estouraram os protestos de **“Vidas negras importam”**, ganhando as redes sociais e as ruas, apesar de todos os riscos que o coronavírus representa para as aglomerações. Inspiradas pelas manifestações **“Black Lives Matter”** iniciadas em Minneapolis após o assassinato de George Floyd, manifestações antirracistas em defesa das vidas negras ocorrem em diversas capitais, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, entre

outras; dividindo opiniões. No Rio de Janeiro, homenageiam o menino João Pedro de 14 anos morto durante uma operação policial na favela do Salgueiro; em Recife, o garoto filho de empregada doméstica, Miguel Otávio Santana da Silva de 5 anos, que sob os cuidados da patroa branca, caiu do 9º andar de um prédio (PIRES, 2020)⁴¹. Estas foram, entretanto, mais algumas entre milhares de mortes que atingem a juventude negra brasileira. **O massacre do povo negro sempre foi uma realidade com a qual se conviveu, e se habitua ainda hoje (MOREIRA, 2020)⁴².**

A figuração do crime, e o foco de repressão policial já atingiam historicamente de forma desigual os moradores das periferias, em especial, os jovens negros e suas famílias, que são estigmatizados como “bandidos”: **“Os corpos destes indivíduos dizem só uma e a mesma coisa, eles são a manifestação social do crime.” (FELTRAN, 2008: 195).** A diferença agora, reside no fato de que com as ondas de protestos nos Estados Unidos, se despertou parte da sociedade branca, que **“se acostumou a banalizar o genocídio de jovens negros nas favelas ou a ser complacente com a ausência de representatividade em posições de destaque no Brasil.” (PIRES, 2020).** O cenário político do país tensiona ainda mais as pautas, e ativistas negros colocam que suas reivindicações são históricas, e não podem ser interpretadas apenas como reflexo do que ocorre no estrangeiro; como explica Zulu Araújo⁴³: **“nossa sociedade foi forjada na naturalização da discriminação racial, tanto que, até hoje, há muita gente defendendo que não houve escravidão ou que ela não teria sido tão lesiva à população negra.” (PIRES, 2020).**

41. PIRES, Breiller. ‘Vidas negras importam’ chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista. El País, 07/06/20. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>>. Acesso em: 30/10/20.

42. MOREIRA, Rômulo de Andrade. De João Pedro a George Floyd, o racismo que mata lá, aqui e alhures. Jusbrasil, 07/20. Disponível em: <https://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/854752189/de-joao-pedro-a-george-floyd-o-racismo-que-mata-la-aqui-e-alhures?utm_campaign=newsletter-daily_20200603_10158&utm_medium=email&utm_source=newsletter&fbclid=IwAR0dmN6DIOMNbpLHQdkZNFpaEVTxmQ-KNTf6jQYQnqDMqNbwJcF3bySgGVY>. Acesso em: 30/10/20.

43. Ex-presidente da Fundação Palmares e presidente da Fundação Pedro Calmon (PIRES, 2020).

Fig. 81_Coordenadora UMM-SP em ato
dia mundial do Sem Teto
UMM-SP

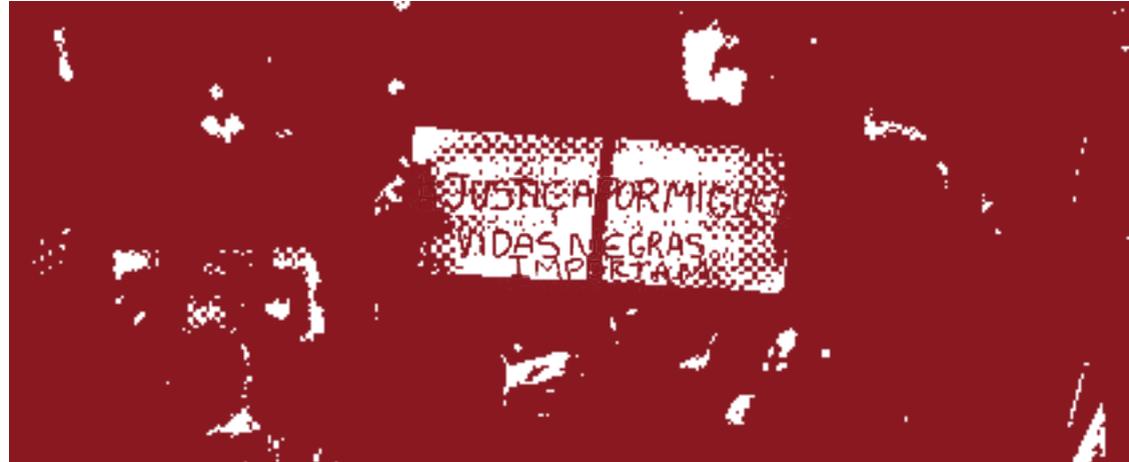


Fig. 84_Manifestação Vidas negras importam,
Recife, PE
Pires, 2020



Fig. 82_Manifestação Zona Leste
MTST-Leste 1

Fig. 85_Manifestação Zona Leste
MTST-Leste 1

Fig. 83_Manifestante cobra o fim da
violência policial, RJ
Pires, 2020



Fig. 86_Manifestação Vidas negras importam
SIMÕES, 2020

Nesse contexto, Erick Reis salienta o sofrimento da juventude pobre e negra, e o lançamento da campanha **“periferia vive”** junto a outros movimentos, na tentativa de levar solidariedade e orientação para as comunidades vulneráveis (A5). Já a coordenadora da UNMP Creuzamar de Pinho, ressalta a **população negra como a que mais sofre com a falta de políticas públicas, e a mais propensa à morte por doenças**. Estando a maioria em situações de vulnerabilidade e desemprego, escancara o processo de desigualdade e segregação urbana, e fala de uma falsa abolição: **“senzala ontem e favela hoje, o que mudou?”**. Destaca como para os periféricos negros, não há inclusão no espaço urbano, e a sua longa história de resistência persiste: **“combinaram de nos matar e nós combinamos de não morrer”** (A6).

Sendo as periferias o lugar histórico da população negra, com **predominância de mulheres chefes de família**, elas também são maioria nos movimentos de moradia, **e as mais atingidas pela desigualdade e pela violência doméstica**, que alcança recordes durante o período de isolamento (A5, B1, B8). São ainda, maior número no trabalho informal, na linha de frente de combate à doença, e **as mais vulneráveis ao contágio**, pelas dificuldades de isolamento e ocupações – tal qual de empregadas domésticas – como coloca Silvane Magali, salientando a resistência das mulheres negras (A5). São elas quem **“abrem as cidades”**, limpam os espaços necessários ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo neoliberal, viajando por longas horas. Exercem o trabalho mal pago, perigoso e considerado não qualificado, **tendo seus corpos cansados invisibilizados**, consequências históricas ancoradas na escravatura (VERGUÈS, 2020: 18).

No esforço de concentrar a discussão na vulnerabilidade econômica e social dessas mulheres na pandemia (A5), e sendo essas as **“pessoas que fazem reação, que fazem a luta acontecer”** (Evaniza, B8), a pauta ganha debates específicos entre as *lives* da UNMP. Cabe ressaltar também, a longa história das mulheres nos movimentos de moradia, **que criam redes de apoio, incentivando umas às outras a se desvencilharem de ambientes opressores**; trazendo uma redefinição de suas capacidades, da autoimagem que carregavam de si mesmas

e de uma **autonomia**, se descobrindo mais fortes e capacitadas, e fortalecendo relações de amizade e união (FERTRIN; VELHO, 2010: 597).

Desse modo, o movimento coloca-se buscando trazer **orientação e instrução a essas vítimas de violência doméstica**, que se viram sem alternativas durante o fechamento de fóruns e delegacias, e em isolamento com seu agressor. Expõem a importância de se criarem redes de informações e auxílio, de dar voz a essas mulheres, que em sua maioria vivem com **triplas jornadas de trabalho**. Denunciam a falta de ação protetiva do governo, evidenciando a importante colocação do movimento nesta pauta: **“se não é a ação dos movimentos sociais de atendimento, aconselhamento, auxílio, tudo seria muito pior”**. Realçam a falta de visibilidade deste assunto nos grandes meios de comunicação, e ressaltaram como a União vinha substituindo o Estado, promovendo desde redes de acompanhamento às vítimas de violência doméstica, quanto a estimulação por uma economia solidária e redes de vacinação (A4).

Ana Paula e Jurema, coordenadoras da UNMP, acentuam a colocação dos movimentos na linha de frente do combate ao vírus e na assistência às mulheres em situações vulneráveis: **“a única alternativa que estamos tendo atualmente é ajudar umas às outras”**. Expressam o crescimento da violência contra a mulher, e a romantização do *home office*, possibilidade desconhecida pelas moradoras das periferias, que são, em sua maioria, trabalhadoras informais. Apresentam suas atribuições como lideranças do movimento de moradia, e como exemplo de mulheres que vem assumindo ainda mais funções durante a pandemia: fazem o papel de psicóloga e conselheira, ajudam na formação popular, e usam da autogestão na distribuição de cestas básicas e kits de higiene; além de articularem a luta por moradia (A6). Já a arquiteta Ana Falú, exibe a desigualdade como o grande desafio das cidades latino-americanas, estando a mulher no centro desse contraste. Com propostas de direito à cidade, de maior inclusão no espaço urbano, e através do conhecimento de como usam seu tempo e o território, propõe alternativas para um **urbanismo feminino** (A6).

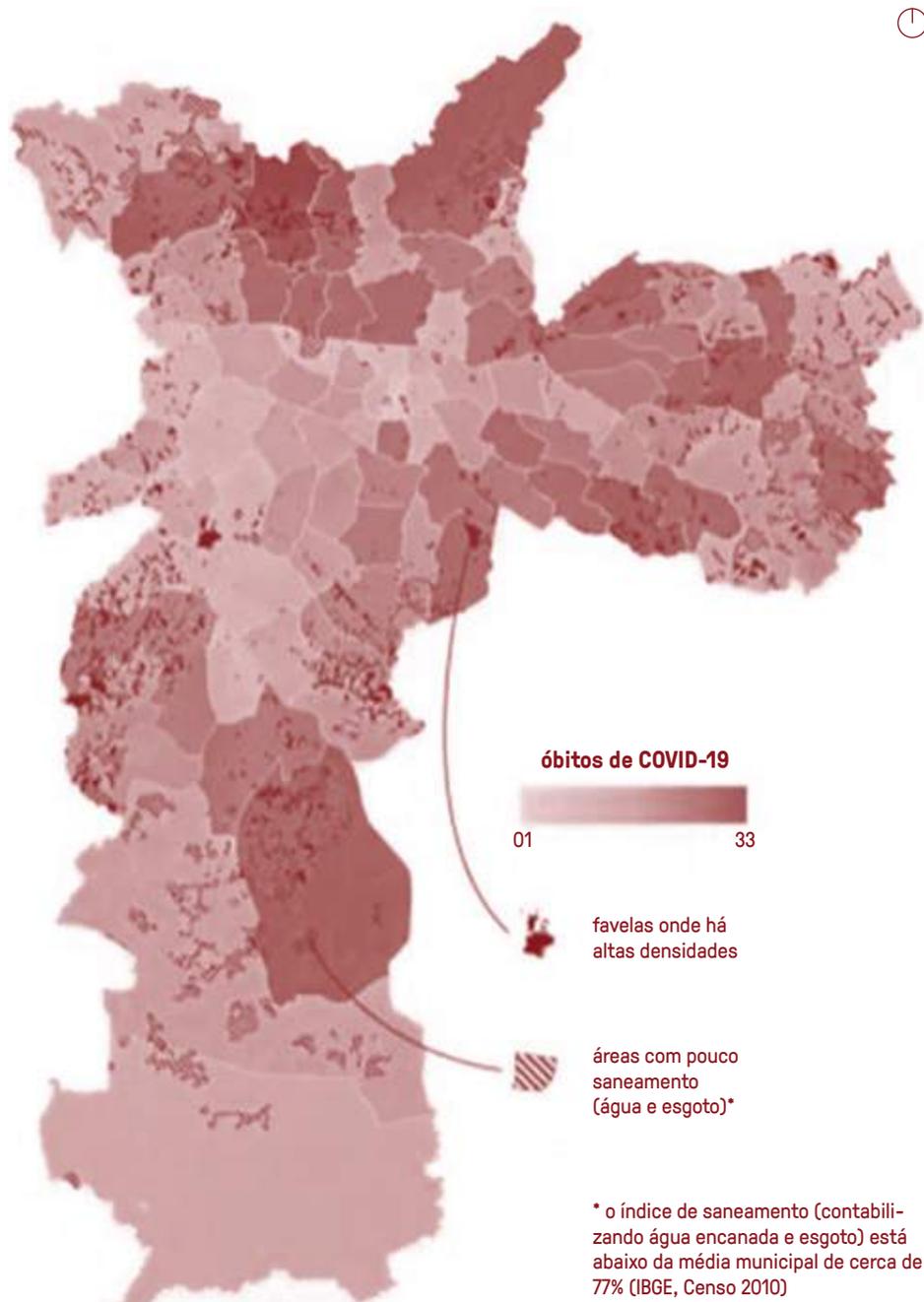


Fig. 87_Mapa de contágio x favela x saneamento, maio/2020
Instituto Pólis

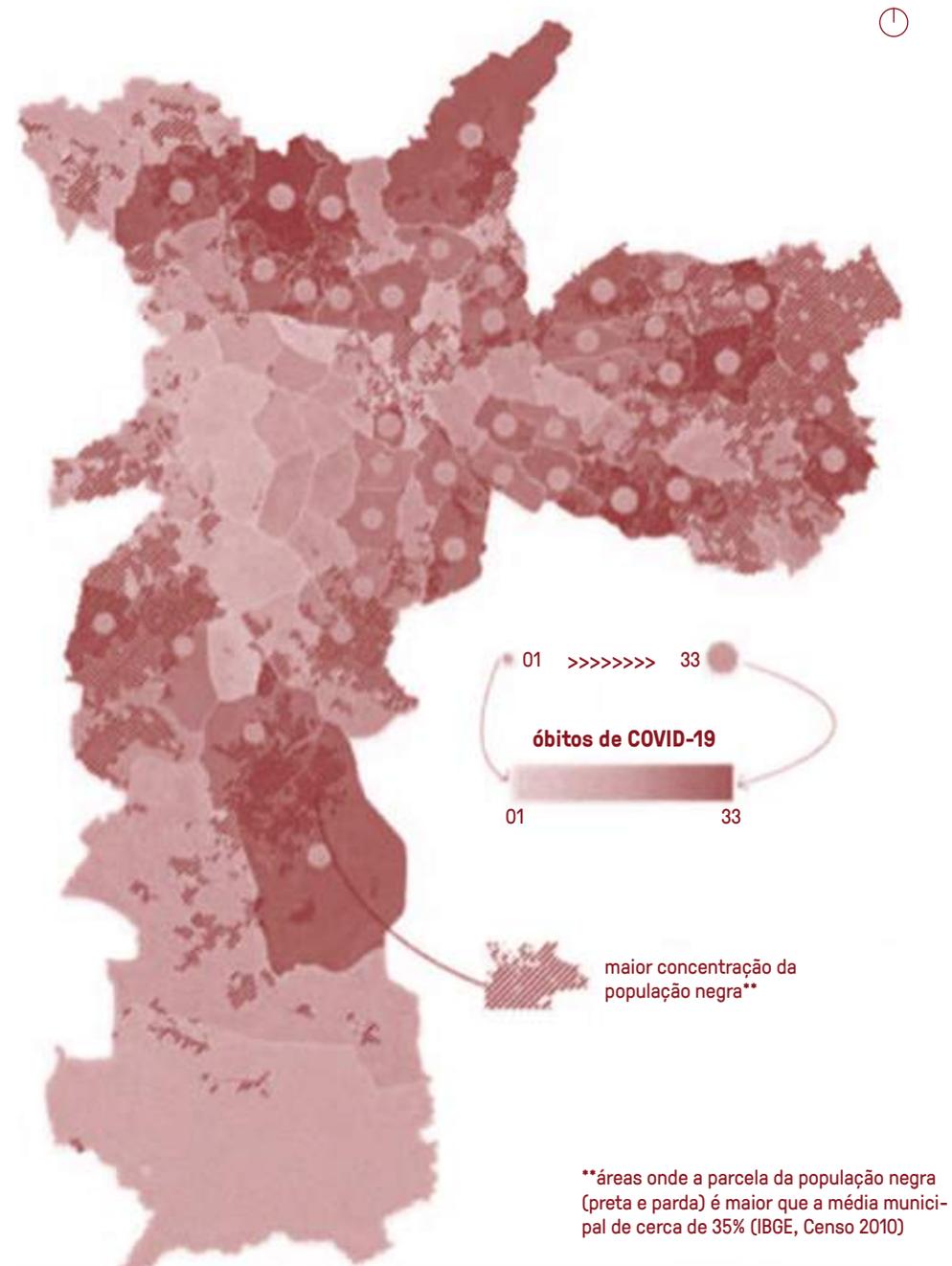


Fig. 88_Mapa de contágio x racialidade, maio/2020
Instituto Pólis



Fig. 89_Mulheres em ato, 2015
MTST-Leste 1



Fig. 91_Mulheres em ato, 2014
MTST-Leste 1



Fig. 90_Mulheres em ato das favelas,
cortijos e ocupações, 2020
UMMI-SP



Fig. 93_Mulheres em ato, 2014
MTST-Leste 1



Fig. 92_Ato dia mundial do Sem Teto, 2020
UMMI-SP

Não podemos voltar ao normal, porque o normal era um país com 11 milhões de desempregados, um país de uma enorme exclusão de mulheres dos espaços de poder, era uma exclusão de negros. O normal eram grandes interesses de grandes corporações ditando a legislação e os investimentos. Isso não pode mais ser normal.

Como **somos teimosos e sonhadores**, dissemos que temos condições de **construir outra plataforma, outro projeto político de país para essa saída da pandemia**, que tenha fundamentos contrários a esse capitalismo de exploradores, que não encontra fôlego para seguir. É preciso pensar um caminho que respeite a natureza, as pessoas, que priorize a economia solidária, os pequenos. **E isso talvez seja a possibilidade que vamos construir juntos.** (Rodrigues, A5)

Diante da reorganização imposta ao mundo durante o período da pandemia, um **sentimento de esperança na construção de uma outra sociedade** começa a ser difundido entre movimentos populares e acadêmicos. Defendem que as **tragédias trariam situações de renovação**, marcando o começo de um novo ciclo (Ermínia, A7), e que esse é um **momento de ânimo e resistência – “para ter resistência, precisa de utopia”** (Borges, A5). Pensam estratégias de mobilização comum entre movimentos, considerando que há muito já feito, e muito a se fazer, na concepção de um **novo projeto político-social (A5)**. Considerando as particularidades e desafios que passam os territórios populares, fazem proposições, a serem destacadas a seguir.

Para superar a fragmentação e enfrentar a globalização neoliberal, que motiva uma nova forma de imperialismo sob lógica da financeirização e do lucro (B8), Rolnik e Bonduki afirmam como é imprescindível a criação de uma **rede de políticas públicas articuladas**, capazes de atender as diferentes periferias, com a proposição de um modelo político para recuperação da pandemia

(B2). De forma similar, participantes dos movimentos (CMP e UNMP) destacam a indispensabilidade de se **produzir um novo paradigma, um novo plano para as cidades, uma nova sociedade**; que combata as desigualdades, com proteção à saúde e a economia; com políticas que invistam onde mais precisa e apoie iniciativas de economia solidária, **fundadas na cooperação e na horizontalidade**. Falam da necessidade de **reconstruir os espaços de participação institucionais e populares**, e de organizar parcerias com universidades na formulação de alternativas (A2, B7).

Para Maricato, seria fundamental **capilarizar as lutas, criar bandeiras de massa, retomar o espaço perdido**. Enfatiza a necessidade de uma organização coletiva para pensar planos macros de direito à cidade, uma vez que estaríamos vivendo um **novo ciclo**, com a possibilidade de uma nova democracia brasileira (B4). Não faltam leis ou planos, defende, mas **“é preciso construir uma corrente social que mostre a dimensão do problema, as consequências. A recuperação da democracia brasileira passa pelas cidades, é preciso recuperar um espaço político.”** (Ermínia, B8). Carmem Silva complementa ressaltando a importância do coletivo, e argumenta como as lutas precisam ser nas ruas: **“precisamos fazer grandes jornadas. Pecamos na distinção de setores, cada um quer lutar pelo seu pedaço, mas temos que entender que as várias lutas precisam ser coletivas. É necessário o engajamento de todos para construir cidades mais justas.”** Conclui acrescentando que teríamos que parar de nos deixar seduzir pelo capitalismo, e que seria essencial encontrar uma política que traduza a vontade popular, pois **“tudo precisa passar pelo coletivo”** (B8).

Esse cenário trouxe ainda, um **debate entre diversas entidades da sociedade civil, na proposição de intervenções urbanas e de políticas sociais, visando a redução das desigualdades, e discutindo o desafio de transformar territórios de alta vulnerabilidade social**. Construindo uma nova forma de organização, que visa potencializar a formulação de políticas públicas setoriais integradas, entre atores de distintas naturezas e representatividade, **dão destaque para iniciativas**

nas diversas periferias de São Paulo. Sugerem políticas de compartilhamento de governo com as populações locais, colocando a **comunidade como protagonista**, e trazendo sua identidade para dentro da política – em contraposição ao Estado que age de maneira fragmentada, setorial. Ressaltam as articulações populares que se sobressaíram durante a pandemia nas **ações de solidariedade**, e pensam em como desenvolver **projetos urbanos que potencialize essas iniciativas**; que integrem mobilidade, saneamento, espaços públicos, áreas verdes, equipamentos sociais, a questão da habitação, patrimônio cultural, infraestrutura, políticas sociais, segurança pública etc. Tem como grande desafio a **promoção da participação popular na gestão pública, quebrando o paradigma de exclusão que está colocado as classes populares**; e organizando os muitos movimentos para levar essa cooperação nas diversas comunidades, defendendo o **coletivo como a saída para a construção de uma cidade mais justa** (B6).

Quem também está propondo alternativas e um **novo pacto social e econômico**, é a Igreja Católica na figura do Papa, em reunião com diferentes agentes, que buscam **“realmar a economia”**, e construir um diálogo de outro mundo possível. Sugerem a **fuga da cultura do descarte e da negligência racional**, que pretende de fato, excluir e marginalizar, dizendo que a **resposta se encontra nos movimentos populares e na luta coletiva**. Estes, por caminhar no sentido **decolonial**⁴⁴, se contrapõe à globalização, ao impulsionar forças locais – como na construção de uma economia solidária. Indo contra a doutrina de austeridade fiscal, e construindo novos pactos sociais, vão em busca de **mais espaços de escuta e pertencimento** (A8).

Apesar dessa conjuntura esperançosa, refletindo sobre o pós pandemia, Rolnik diz que tem **grandes chances de ser “mais do mesmo”**, com **reprodução desse modelo capitalista neoliberal ao infinito**; ou um **cenário distópico**, com exacerbação dessas tendências mais recentes, gerando uma **“acumulação cada vez maior**

de renda, e a destruição cada vez maior da vida”. Avalia, apesar disso, uma **realidade utópica**, constituída através da vivência de outros tipos de experiências, com **solidariedade, autogestão, organização e cuidado**. Confronta todas as possibilidades, e pondera se a sociedade continuará definindo a zona popular como ilegal, não organizada, determinada eternamente pela sua ausência, em uma política urbana que destrói; ou se usará recursos públicos para **apoiar iniciativas, necessidades e vivências nesses territórios**, a partir dos desejos e organizações que ali existem. Observa, porém, que as experiências anteriores de participação, embora tenham aberto espaço para chegar nas práticas atuais, **não foram capazes de transformar o modo de produção e gerar mudanças urbanas** – que continuaram sendo feitas baseadas no centro, e em interlocução com interesses econômicos e políticas dominantes. Finaliza, frisando que a **“ruptura precisa ser feita agora, o pós está em disputa hoje, a construção de outro modelo também está em nossas mãos”** (B7).

44. O termo decolonial refere-se a enfrentar “a colonialidade do poder que, mesmo após a formalização da independência de territórios colonizados, persiste como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo.” (VERGUÊS, 2020: 13).



Fig. 94_Perspectiva da esperança
Acervo próprio

Neste capítulo, ao nos debruçarmos sobre as *lives*, reuniões e conversas, conseguimos notar como **a pandemia trouxe algumas discussões para dentro da sociedade, agindo como um acelerador de tendências, ao evidenciar questões antes ignoradas e invisibilizadas. Fica claro, como a pauta da moradia e seus movimentos ganham outras dimensões e responsabilidades**, obtendo o status de política pública de saúde. Uma vez que a impossibilidade do isolamento e as condições precárias dos territórios populares se apresentam como fatores de letalidade, **a luta contra o ausente Estado ganha força**, perante a ineficiência de suas ações em um momento crítico.

Para além desses pontos, as discussões de gênero, raça, e classe também alcançam novas dimensões, **deixando nítidas as desigualdades, violências e segregações impostas historicamente a essas populações**. Apesar do difícil cenário, **um sentimento de esperança em um novo mundo mais inclusivo** permeou de forma geral os debates, trazendo diversas propostas de políticas para as cidades e para os movimentos.

A lógica de isolamento, entretanto, acaba em pouco tempo, e com algumas adaptações **as cidades vão voltando às suas dinâmicas naturais. As primeiras populações a retornarem às ruas são as periféricas** que, como vimos, precisam garantir o sustento da casa e não tem a possibilidade do *home office*. Dessa forma, no final de agosto, com a já significativa flexibilização da quarentena, **o fluxo de lives diminui, e a proximidade com as eleições municipais** faz com que as campanhas políticas se apropriem desses espaços. Os movimentos percebem que **foram poucas as famílias que conseguiram acompanhar as atividades online** – menos de 30%, segundo Evaniza (informação verbal)⁴⁵ – e montam protocolos de pequenas reuniões presenciais.

Ainda é cedo para saber se a pandemia vai trazer mudanças efetivas e desdobramento na sociedade, entretanto,

⁴⁵ Informação obtida em uma reunião com assessorias técnicas e o Coletivo + Direito à Cidade, realizada no dia 22/10/20.

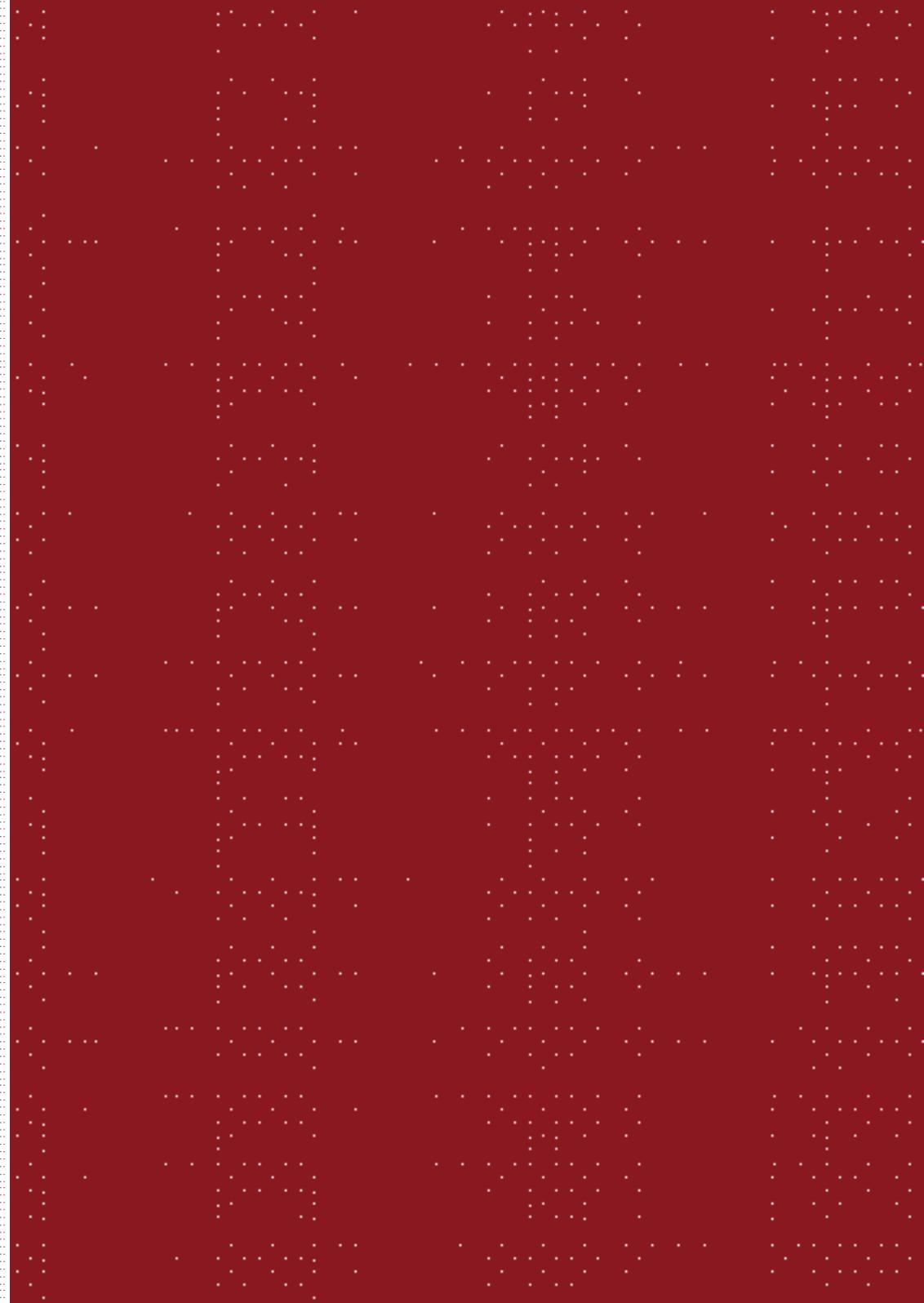
já é notável a articulação de alguns debates na pauta dos direitos, em função das demandas que esse período trouxe.

Com as campanhas para as eleições municipais, podemos notar alguns aspectos interessantes: as **discussões de renda básica**, proposta antiga de Eduardo Suplicy, reverberam e ganham tração, sendo o vereador mais votado de São Paulo; assim como a campanha da chapa do coordenador nacional do MTST Guilherme Boulos e da ex-prefeita Luiza Erundina, que atinge certa projeção nesse momento. Em meio a quatorze candidaturas, conseguem votos suficientes para disputar o segundo turno, **abarcando em sua proposta de governo diretrizes de moradia digna** – com construção de novas moradias populares e o uso social de imóveis abandonados – **de participação popular, de ações territorializadas, além de mobilidade, racialidade, e meio ambiente**. A aposta em **mandatos coletivos para câmara de vereadores de personalidades dos movimentos de moradia** – como já visto, de Evaniza Rodrigues, Carmem Silva, e do coletivo Juntas Mulheres Sem Teto – atingem votos significativos, também deixando claro a potencialidade que suas ações atingiram; assim como candidaturas de centro-direita, que incluem algumas diretrizes de moradia popular em sua proposta – como é o caso de Celso Russomanno.

É um fato, porém, que as redes de solidariedade trouxeram frutos e aprendizados aos movimentos, unificando bandeiras, e dando um **novo paradigma na luta contra o Estado**.



Fig. 95/96/97/98. Retomada das reuniões presenciais MST-Leste /Evaniza Rodrigues



[4] CONCLUSÃO



Fig. 99_Asembleia MTST-Leste 1
Acervo próprio

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita de água despoluída. (FREIRE, 1992: 14)

Por fim, **finalizo este Trabalho de Conclusão de Curso** com reflexões que permeiam esta minha jornada. Espero ter alcançado meu objetivo de mostrar aqui, **a relevância das redes de solidariedade praticada pelos movimentos de moradia autogestionários, e de como suas relações com o Estado e com o território trazem frutos nesse momento**. Conseguimos ver um pouco de suas trajetórias, suas especificidades, e a força política desses agentes; que quebram com a invisibilidade historicamente imposta às periferias, fazem o trabalho de base, e mantêm-se presentes nas vidas das populações vulneráveis em um momento de calamidade pública e econômica.

Através deste trabalho, aprendi – e espero ter transmitido este aprendizado – que existe uma cidade invisível para além das avenidas que circulo; que os territórios são complexos e precisam de políticas específicas; conheci mais das dinâmicas urbanas e governamentais que regem a sociedade brasileira; vi o impacto, e o quão expressiva é a exclusão de milhares de pessoas; e me inteirei sobre os movimentos sociais e suas dinâmicas internas e externas. Assim, expando o meu conhecimento, e o quão é **“a alegria dos que não sabem e descobrem”** (ANDRADE, 1976: s.p.).

Acredito que ao longo de minha graduação, fui capaz de conhecer diversas facetas desses movimentos e das ações que articulam no enfrentamento ao Estado; e acredito que isso só foi possível de ser construído pelas oportunidades que me foram oferecidas pela Escola da Cidade, e pelos professores ali inseridos. Neste ambiente, sinto que tive a **epifania** do real papel do arquiteto: não o da fama, ou de construções espalhafatosas; mas sim o de agir em prol das minorias, de levar o conhecimento para quem não tem, e de auxiliar na transformação da cidade, e por conseguinte, da sociedade. Entendo que a minha trajetória junto aos movimentos sociais **não termina aqui**, mas as indagações e curiosidades vão me acompanhar em minha vida de graduada, onde espero ser o instrumento de construção de uma **cidade mais igualitária e inclusiva**.

A pandemia trouxe mudanças no mundo, e foi motor de ansiedades e limitações. Apesar de ser meu objeto de estudo, **o caminho trilhado este ano foi, de certo, diferente**. Comecei acreditando que o distanciamento seria por pouco tempo, e quando notei, as propostas do fim da quarentena vinham mais por uma retomada econômica, do que de fato por um cenário seguro para se caminhar pelas ruas, constituindo então, todo esse trabalho dentro de minha casa – como vimos, um privilégio de poucos poder se manter em isolamento. Entretanto, fizeram falta as idas aos mutirões, as conversas presenciais com as famílias dos movimentos, as andanças por seus territórios; ou de estar no ambiente da faculdade, os momentos de troca com os meus colegas, as conversas inusitadas com professores que tanto poderiam agregar; ou de simplesmente, poder estar no mesmo ambiente que minha orientadora. Acredito que para todos, foi desafiador encontrar um espaço de trabalho e reflexões dentro de casa durante o isolamento, de achar uma boa rotina de estudos, de conviver sempre com as mesmas pessoas, ou então, de não ter convivência alguma.

Apesar disso, consegui me aprofundar na história dos movimentos sociais, e conhecer e entender, junto deles, **as novas formas de atuação e reflexões que foram surgindo conforme as curvas de contágio subiam cada vez mais**. Seus protagonistas eram presentes em minha casa, e mesmo que à distância, através das *lives* ou chamadas, me reconheço próxima de suas atuações.

Termino essa jornada me sentindo, então, complementada, por poder construir junto dessas figuras que há anos me inspiram, **uma nova documentação de suas atuações**. A proximidade temporal desses objetos pode ter me levado a cometer equívocos em minhas análises, e se esse for o caso, espero que este trabalho possa inspirar outros estudantes a corrigi-los. Fecho este ciclo, na **esperança (ou utopia)** de um mundo pós-pandemia que reconheça a importância desses agentes territoriais, que expanda os direitos básicos, e que gere cidades mais inclusivas; mesmo que de forma lenta e pouco significativa, já considerarei que pude contribuir, de alguma forma, com este novo cenário.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro:** apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In Maricato, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2 ed. São Paulo: Alfaômega, 1975. p. 37-70.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988:** entre a política institucional e a participação popular. 2011. 328f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

COLLA, Lorraine; PEETERS, Clementien; PREUD'HOMME, Caroline. **Mutirão, collective autoconstruction in São Paulo.** 2015. 381f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – KU Leuven, Bélgica.

COLEJO, Fernanda Mesquita. **LUTA POR MORADIA:** as conquistas dos movimentos sociais a partir da ocupação hotel cambridge. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo, Associação Escola da Cidade, 2016.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão:** um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. 336f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP.

_____. **Desvelar a política na periferia:** história dos movimentos sociais em São Paulo. 2003. 261f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

FERRACINI, Gerson. O processo de expansão horizontal das áreas metropolitanas. In Maricato, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2 ed. São Paulo: Alfaômega, 1975. p. 155-166.

FERTRIN, Rebeca Buzzo; VELHO, Lea Maria Leme Strini. **Mulheres em construção:** o papel das mulheres mutirantes na construção de casas populares. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 585-606, mai./ago. 2010.

FIOROTTO, Veridiana. **O canteiro politizado na habitação social.** Iniciação Científica. São Paulo, Associação Escola da Cidade, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25 ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. 333p.

GOHN, Maria da Glória. **TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:** Paradigmas Clássicos E Contemporâneos. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. **HABITAÇÃO A CONTRAPELO:** As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular. 2018. 504f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo-SP.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais,** São paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, mai./ago. 2018.

LOUREIRO, Joisa Maria Barroso. **AS COMUNIDADES FRUTO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL:** Possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal espacial. 2013. 192f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: Edgardo Lander (Org.). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. p. 117-142.

TANAKA, Giselle. **Periferia:** conceito, práticas e discursos. 2006. 163f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. **Jornal da União**, São Paulo, n. 07, p. 02, junho de 2020.

UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. **Jornal da União**, São Paulo, n. 08, p. 03, junho de 2020.

USINA CTAH. **Usina:** entre o projeto e o canteiro. São Paulo: Edições Aurora, 2015. 380p.

VERGUÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144p.

BrCidades. Disponível em:
<<https://www.brcidades.org/>>.

Caixa Econômica. **Auxílio Emergencial do Governo Federal.** Disponível em:
<<https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>>. Acesso em: 21/09/20.

Campanha Despejo Zero SP. **Lançamento da Campanha Despejo Zero em São Paulo,** 17/09/20. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/campanhadespejozero/videos/1018751245257919>>. Acesso em: 22/09/20.

Cidade Solidária. **Ação de voluntariado de São Paulo contra o coronavírus.** Disponível em:
<<https://www.spcidadesolidaria.org/>>. Acesso em: 23/10/20.

CNTS. **Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã.** 05/07/18. Disponível em:
<<https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>>. Acesso em: 03/10/20.

CNTS. **Trinta anos da Constituição Federal.** 07/08/18. Disponível em:
<<https://cnts.org.br/noticias/trinta-anos-da-constituicao-federal-trinta-anos-de-ataques-aos-direitos-conquistados/>>. Acesso em: 01/12/20.

Coletivo + Direito à Cidade. 16/09/20. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/maisdireitoacidade/posts/122690322889709>>. Acesso em: 21/09/20.

Educacional. **Constituição de 1988:** do Congresso aos cidadãos. 30/07/08. Disponível em:
<<http://www.educacional.com.br/>>

GARCIA, Diego. **Home office é o novo indicador de desigualdade econômica no Brasil.** Folha de São Paulo, 30/08/20. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/home-office-e-novo-indicador-de-desigualdade-economica-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 02/09/20.

Instituto Pólis. **Circulação para trabalho explica concentração de casos de covid-19,** 30/06/20. Disponível em:
<<https://polis.org.br/noticias/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>>. Acesso em: 11/08/20.

NICOLAV, Vanessa. **Em SP, reforma do Anhangabaú pode ampliar exclusão e dar margem para privatização.** Brasil de Fato, 04/08/20. Disponível em:
<<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/04/em-sp-reforma-do-anhangabau-pode-ampliar-exclusao-e-dar-margem-para-privatizacao>>. Acesso em: 03/11/20.

MARINO, Aluizio; ROLNIK, Raquel; KLINTOWITZ, Danielle; BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro. **Simplificação da leitura do comportamento da epidemia no território dificulta seu enfrentamento.** LabCidade, 04/06/20. Disponível em:
<<http://www.labcidade.fau.usp.br/simplificacao-da-leitura-do-comportamento-da-epidemia-no-territorio-dificulta-seu-enfrentamento/>>. Acesso em: 20/07/20.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. **De João Pedro a George Floyd, o racismo que mata lá, aqui e alhures.** Jusbrasil, 07/20. Disponível em:
<https://romulomoreira.jusbrasil.com.br/artigos/854752189/de-joao-pedro-a-george-floyd-o-racismo-que-mata-la-aqui-e-alhures?utm_campaign=newsletter-daily_20200603_10158&utm_medium=email&utm_source=newsletter&fbclid=IwAR0dmN6DIOMNbpLHQdkZNFpaEVTxmq-KNTf6jQYQnqDMqNbwJcF3bySgGVY>. Acesso em: 30/10/20.

Movimentos Contra a COVID-19. Disponível em:
<<https://movimentoscontracovid19.com/>>.

MTST-Leste 1. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-Leste 1. Disponível em:
<<http://www.mstleste1.org.br/>>;
<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/?ref=page_internal>.

PIRES, Breiller. 'Vidas negras importam' chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista.

El País, 07/06/20. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>>. Acesso em: 30/10/20.

PUC-SP. Galeria 30 anos da constituinte. 2018. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/galeria/galeria-30-anos-da-constituente>>. Acesso em: 03/10/20

RODRIGUES, Artur. Pelos lados e para o alto, SP cresce 60% em área construída em 25 anos. Folha de São Paulo, 03/11/19. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/pelos-lados-e-para-o-alto-sp-cresce-60-em-area-construida-em-25-anos.shtml>>. Acesso em: 27/11/20.

RODRIGUES, Evaniza. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evanizalr>>.

SIMÕES, Nataly. Manifestantes convocam novos protestos por vidas negras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Alma preta, 05/06/20. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/realidade/manifestantes-convocam-novos-protestos-por-vidas-negras-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 30/11/20

UMM-SP. União dos Movimentos de Moradia São Paulo. Disponível em: <<https://sp.unmp.org.br/>>; <<https://www.facebook.com/umm.sp.1>>.

UNMP. União Nacional por Moradia Popular. Disponível em: <<https://autogestao.unmp.org.br/>>; <<https://www.facebook.com/uniaonacionalpormora-diapopular>>.

USINA CTAH. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/>>. Acesso em: 23/09/20

A moradia e a pandemia, 18/04/2020. Jornalistas Livres. Participantes: Edilson Mineiro e Evaniza Rodrigues. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lmf-n6LM-fM>>. Acesso em: 06/04/20.

A pandemia e o território, 23/06/2020. Casa Da Cidade. Participantes: Aluizio Marino (LabCidades FAU USP), Danielle Klintowitz (Instituto Pólis), Kazuo Nakano (Instituto das Cidades UNIFESP), Nabil Bonduki. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bQfCMEXx5K4>>. Acesso em: 20/07/20.

Assembleias Leste-1. MTST-Leste 1. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182>>

Campanha Despejo Zero - pela vida no campo e na cidade, 23/07/20. Campanha Despejo Zero. Participantes: Diversas Entidades e organizações sob mediação de Benedito Barbosa (UMM/CMP) e Talita (Observatório das Remoções). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D4-in1ebFvA>>. Acesso em: 23/07/20.

Direito à cidade em tempos de pandemia: movimentos populares e territórios resistem, 31/05/20. Central dos Movimentos Populares. Participantes: Dirigentes nacionais e suplentes, representantes de 17 estados. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cmpbrasil/videos/266513157825832>>. Acesso em: 02/06/20.

Do emergencial ao longo prazo: pensando a cidade para além da pandemia, 29/04/2020. Rede Nossa São Paulo. Participantes: Neca Setubal, Jorge Abrahão, Evaniza Rodrigues e Vagner Alencar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nossasaopaulo/videos/518458195493097>>. Acesso em: 29/04/20.

Fórum Virtual leitura feminista sobre cidades, territórios, e a desigualdade frente a COVID-19, 26/06/2020. UNMP; Rede Mulher e Hábitat. Participantes: Graça Xavier, Ana Maria Falu, Ana Paula da Silva, Creuzamar Pinho, Jurema Constâncio, Débora Sanches. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular/videos/308841687168739/>>. Acesso em: 30/06/20.

Fórum Virtual Mulheres da UMM - contra violência doméstica em tempos de pandemia, 03/06/20. Rede Mulher e Habitat; UMM-SP; UNMP. Participantes: Ingrid Limeira, Fátima dos Santos, Mara Souza, Marisa Dutra, Vera Lúcia e Graça Xavier. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/videos/715346455958431>>. Acesso em: 08/06/20.

Morar é um direito, não é um privilégio: no combate à pandemia, a partir dos territórios, 02/06/2020. UNMP. Participantes: Lidia (PE), Marli (BA), Vidal (GO) e Sidnei (SP). Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular/videos/2604809466442837>>. Acesso em: 10/06/20.

Nexos entre Cidades, Pandemia, Desigualdades e Participações Sociais, 14/07/2020. UNIFESP. Participantes: Raquel Rolnik, Ademar Arthur Chioro dos Reis, Evaniza Rodrigues, Kazuo Nakano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XofvQ2h_X_o&t=353s>. Acesso em: 15/07/20.

O Direito à cidade e os direitos à água e ao saneamento, 12/08/2020. Instituto ONDAS: Observatório Nacional dos direitos à água e ao saneamento. Participantes: Ermínia Maricato, Carmem Silva, Evaniza Rodrigues. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ondas.observatorio/videos/694424394795484>>. Acesso em: 22/08/20.

Pacto pelas Cidades Justas, 30/06/20. Pacto pelas Cidades Justas. Participantes: Tomás Alvin (Arq.Futuro), Mariana Almeida (Fundação Tide Setubal) e Fernando Túlio (IAB-SP); Antônio Leite (Ação Educativa) e Mariana Chiesa (Manesco); Cleide (UNAS-Heliópolis), Carmem Silva (MSTC) e Donizete (liderança Pinheirinho/UNMP); Evaniza Rodrigues. Disponível em: <<https://www.facebook.com/cidadesjustas/videos/611499886160880>>. Acesso em: 30/06/20.

Pandemia e a Cidade, 25/04/20. Jornalistas Livres. Participantes: Raquel Rolnik e Nabil Bonduki. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bUVGrg2chiA&t=488s>>. Acesso em: 30/04/20.

Prefeito, abra a porta para o povo entrar, 24/08/2020. UMM-SP. Participantes: Graça Xavier, Evaniza Rodrigues, Fátima, Mohas, Benedito Barbosa, Sidnei Pita, Donizete Fernandes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/videos/724414434784336>>. Acesso em: 26/08/20.

Resistências e estratégias dos Movimentos Sociais em tempos de pandemia, 22/06/2020. UNMP e Creuzamar de Pinho. Participantes: Evaniza Rodrigues, Silvane Magali (mulheres negras do Maranhão), Erick Reis (Levante popular da juventude) e Jonas Borges (coordenação MST). Disponível em: <<https://www.facebook.com/creuzamardepinho/videos/662001161017058>>. Acesso em: 28/06/20.

Transa Marieta #3, 26/05/2020. Marieta. Participantes: Ermínia Maricato, Lizete Rubano, João Sette Whitaker e Celso Sampaio. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetomarieta/videos/1121995858166274>>. Acesso em: 26/05/20.

1ª aula do Curso de Formação - Defesa da democracia, 25/07/2020. MTST-Leste 1. Participantes: Gilberto Carvalho, Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/350084561779182/videos/657723918284893>>. Acesso em: 25/07/20.

2ª aula do Curso de Formação - A Economia de Francisco e Clara, 22/08/2020. MTST-Leste 1. Participantes: Eduardo Brasileiro, Gabriela Consolaro, Evaniza Rodrigues, Edilson Mineiro. Disponível em: <<https://www.facebook.com/350084561779182/videos/389574108671650>>. Acesso em: 23/08/20.

15º encontro da UNMP, 21/05/2020. UNMP. Participantes: Creuzamar de Pinho, José de Abraão, Marli Carrara, Marcos Cosmo, Leleco Pimentel, Evaniza Rodrigues. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaonacionalpormoradiapopular/videos/2291743017786785>>. Acesso em: 22/05/20.

Capa

MTST-Leste 1, 31/07/20.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3189212107866399>>; <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3189212221199721>>. Acesso em: 07/08/20;

MTST-Leste 1, 19/01/19.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/2026529677467987>>. Acesso em: 20/11/20.

Sumário

Figura 01_Manifestação Av. Paulista
Naomi Contreras, 07/05/19

[1] Introdução

Figura 02_Assembleia MTST-Leste 1
Acervo próprio, 25/05/19; pág. 10-11

[2] Movimento x Estado

Figura 03_Manifestação Av. Paulista
Naomi Contreras, 07/05/19; pág. 20-21

Figura 04_Manifestante ULCM (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia)
UMM-SP, 26/08/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/pcb.1241792492830008/1241788932830364>> Acesso em: 09/09/20; pág. 22

Figura 05_Ato pela moradia MTST-Leste 1, 05/12/14.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/666557000131935>>. Acesso em: 22/10/20; pág. 39

Figura 06_Ato pela redemocratização
Fundação 1º de Maio, 03/05/18. Disponível em: <<https://www.fundacao1demaio.org.br/fique-por-dentro/1133/o-longo-processo-de-redemocratiza%C3%A7%C3%A3o-do-brasil>>. Acesso em: 20/11/20; pág. 41

Figura 07_Manifestação pelo fim da ditadura militar
COLLA; PEETERS; PREUD'HOMME, 2015: 76; pág. 41

Figura 08_Ato MTST-Leste 1 - década 90
MTST-Leste 1, 25/07/20.
Disponível em: <<https://www.facebook.com/350084561779182/videos/657723918284893>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 44

Figura 09_Manifestação popular em Brasília Educacional. Constituição de 1988: do Congresso aos cidadãos. 30/07/08. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/constituente.asp>>. Acesso em: 01/12/20; pág. 44

Figura 10_Manifestante MTST-Leste1
Naomi Contreras, 07/05/19; pág. 45

Figura 11_Jornais oficiais de divulgação da ANC - 10/1987
PUC-SP. Galeria 30 anos da constituinte. 2018. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/galeria/galeria-30-anos-da-constituente>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 48

Figuras 12 e 14_Manifestação social na Constituinte
CNTS. Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã. 05/07/18. Disponíveis em: <<https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 50-51

Figura 13_Manifestação social na Constituinte
PUC-SP. Galeria 30 anos da constituinte. 2018. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/galeria/galeria-30-anos-da-constituente>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 50-51

Figura 15_Participação indígena na ANC
CNTS. Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã. 05/07/18. Disponível em: <<https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 52

Figura 16_Movimento negro na ANC

CNTS. Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã. 05/07/18. Disponível em : <<https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 52

Figura 17_Passeata de estudantes

Educacional. Constituição de 1988: do Congresso aos cidadãos. 30/07/08. Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/20AnosConstituicao/constituente.asp>>. Acesso em: 01/12/20; pág. 53

Figura 18_Assembleia Constituinte

CNTS. Participação dos movimentos sociais foi imprescindível para que Constituição se tornasse cidadã. 05/07/18. Disponível em: <<https://cnts.org.br/noticias/participacao-dos-movimentos-sociais-foi-imprescindivel-para-que-constituicao-se-tornasse-cidada/>>. Acesso em: 03/10/20; pág. 53

Figura 19_Manifestação Diretas Já

CNTS. Trinta anos da Constituição Federal. 07/08/18. Disponível em: <<https://cnts.org.br/noticias/trinta-anos-da-constituicao-federal-trinta-anos-de-ataques-aos-direitos-conquistados/>>. Acesso em: 01/12/20; pág. 52-53

Figura 20_Luiza Erundina em assembleia do mutirão 26 de julho

USINA CTAH. Disponível em: <<http://www.usina-ctah.org.br/26dejulho.html>>. Acesso em: 16/06/19; pág. 56

Figura 21_Placas 1º mutirão - Jardim São Francisco

MTST-Leste 1, 24/10/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3466550253465915>>. Acesso em: 15/11/20; pág. 58

Figura 22_Luiza Erundina e Nabil Bonduki em mutirão habitacional

MTST-Leste 1, 25/07/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/350084561779182/videos/657723918284893>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 58

Figuras 23 e 25_Mutirão Juta Nova Esperança

USINA CTAH. Disponíveis em: <<http://www.usina-ctah.org.br/jutanovaesperanca.html>>. Acesso em: 23/09/20; pág. 59

Figura 24_Entrega do projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia - 1991

UNMP. Disponível em: <<http://autogestao.unmp.org.br/>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 59

Figura 26_Mutirão Parque São Rafael

Isac Marcelino, 17/11/18; pág. 61

Figura 27_Formação com os mutirantes sobre as ferramentas de trabalho - mutirão Paulo Freire

USINA CTAH, 2015: 297; pág. 61

Figura 28_Assembleia MTST-Leste 1

Acervo próprio, 23/03/19; pág. 62

Figura 29_Mulheres no mutirão

USINA CTAH, 2015: 08; pág. 64

Figura 30_Mutirão

União da Juta
COLLA; PEETERS; PREUD'HOMME, 2015: 78; pág. 64

Figura 31_Protagonismo feminino no mutirão - União da Juta

USINA CTAH, 2015: 259; pág. 64

Figura 32_Mutirão União da Juta

USINA CTAH, 2015: 01; pág. 64

Figura 33_Mestre-de-obras do Mutirão 26 de Julho

USINA CTAH, 2015: 226; pág. 65

Figura 34_Ato pela moradia MTST-Leste 1, 26/11/13.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/463411903779780>>.

Acesso em: 20/11/20; pág. 68-69

Figura 35_Distribuição de cestas básicas

MTST-Leste 1, 19/07/20.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/350084561779182/videos/732233927616235>>.

Acesso em: 28/09/20; pág. 69

Figura 36_Curso de formação de lideranças

MTST-Leste 1, 30/11/13. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/465080373612933>>.

Acesso em: 23/11/20; pág. 69

Figura 37_*Elaboração do Plano Diretor*

MTST-Leste 1, 30/04/14.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/545559988898304>>.

Acesso em: 23/11/20; pág. 69

Figura 38_*Conselho Municipal de Habitação*

MTST-Leste 1, 14/06/14.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/570888049698831>>.

Acesso em: 23/11/20; pág. 69

Figuras 39/40/41_*Reintegração de posse na Ocupação Monte Líbano - Piracicaba-SP*

UMM-SP, 07/05/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/pcb.1152879048388020/1152878365054755/>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 71

Figura 42_*Ato dia mundial do Sem Teto*

MTST-Leste1, 05/10/20.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3405093699611571>>.

Acesso em: 20/11/20; pág. 74-75

[3] Solidariedade e Pandemia

Figura 43_*Distribuição de cestas básicas*

UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. Jornal da União, São Paulo, n. 07, p. 02, junho de 2020; pág. 80-81

Figura 44_*Entrega de cestas básicas - região sudeste*

UMM-SP, 07/04/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1129328404076418>>.

Acesso em: 07/08/20; pág. 82

Figura 45_*Mosaico de lives e reuniões*

UNMP, Despejo Zero, UMM-SP, CMP, MTST-Leste 1, Marieta, Casa da Cidade, Jornalistas Livres, Rede Nossa São Paulo, Pacto pela Cidades Justas, UNIFESP, Instituto ONDAS, Movimentos contra COVID-19, BrCidades; pág. 85

Figura 46_*Distribuição de cestas básicas - Leste 1*

UMM-SP, 07/04/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1129332424076016>>.

Acesso em: 07/08/20; pág. 89

Figura 47_*Arroz orgânico para distribuição junto a placa "Fora Bolsonaro"*

UMM-SP, 10/07/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1202978300044761>>.

Acesso em: 11/08/20; pág. 91

Figura 48_*Sede de distribuição de cestas básicas - região sudeste*

UMM-SP, 21/08/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1237761666566424>>.

Acesso em: 27/08/20; pág. 92-93

Figuras 49/50_*Distribuição de cestas básicas e máscaras de proteção*

UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. Jornal da União, São Paulo, n. 07, p. 02, junho de 2020; pág. 97

Figura 51_*Distribuição de cestas básicas e máscaras de proteção*

MTST-Leste 1, 31/07/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3189212001199743>>.

Acesso em: 07/08/20; pág. 97

Figura 52_*Manifestação pelo programa Pode Entrar*

Evaniza Rodrigues, 26/08/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evanizalr/photos/pcb.125702335907428/125702285907433>>. Acesso em: 28/08/20; pág. 99

Figura 53_*Distribuição de cestas básicas no condomínio Barra do Jacaré*

Acervo UMM-SP; pág. 99

Figura 54_*Entrega de cestas básicas - zona oeste*

UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. Jornal da União, São Paulo, n. 08, p. 03, junho de 2020; pág. 101

Figura 55_*Entrega de cestas básicas*

UMM-SP, 07/04/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1129333454075913>>.

Acesso em: 07/08/20; pág. 101

Figura 56_*Jornal da União*

UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. Jornal da União, São Paulo, n. 07, p. 01, junho de 2020; pág. 102

Figura 57_Campanha de vacinação
UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. *Jornal da União*, São Paulo, n. 07, p. 03, junho de 2020; pág. 103

Figura 58_Entrega de cestas básicas
UMM-SP, 07/04/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1129459964063262>>. Acesso em: 07/08/20; pág. 108

Figura 59/60_Entrega de cestas básicas
UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. *Jornal da União*, São Paulo, n. 08, p. 01, junho de 2020; pág. 108

Figura 61_Entrega de cestas básicas
UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. *Jornal da União*, São Paulo, n. 07, p. 02, junho de 2020; pág. 108

Figura 62_Bandeira UNMP
UMM-SP, 09/03/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1105920373083888>>. Acesso em: 24/11/20; pág. 109

Figura 63_Processo de expansão urbana: loteamento distante das áreas urbanizadas, Osasco, 1978
FERRACINI, 1982 [1975]: 161; pág. 111

Figura 64_Vista aérea Cidade Tiradentes, 1980
RODRIGUES, Artur. Pelos lados e para o alto, SP cresce 60% em área construída em 25 anos. *Folha de São Paulo*, 03/11/19. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/pelos-lados-e-para-o-alto-sp-cresce-60-em-area-construida-em-25-anos.shtml>>. Acesso em: 27/11/20; pág. 114

Figura 65_Vista aérea Cidade Tiradentes, 2019
RODRIGUES, Artur. Pelos lados e para o alto, SP cresce 60% em área construída em 25 anos. *Folha de São Paulo*, 03/11/19. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/pelos-lados-e-para-o-alto-sp-cresce-60-em-area-construida-em-25-anos.shtml>>. Acesso em: 27/11/20; pág. 115

Figura 66_Transporte público lotado durante pandemia
Yan Marcelo, Rio de Janeiro, 06/20. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/12163/prefeitura-do-rio-determina-volta-de-100-da-frota-de-onibus.html>>. Acesso em: 27/11/20; pág. 116

Figura 67_Distribuição e entrega de cestas básicas
UMM-SP. COVID-19: ação dos movimentos, omissão dos governos. *Jornal da União*, São Paulo, n. 07, p. 01, junho de 2020; pág. 120

Figura 68/69/70_Distribuição e entrega de cestas básicas
UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. *Jornal da União*, São Paulo, n. 08, p. 01-03, junho de 2020; pág. 120

Figura 71_Sede de distribuição de cestas básicas - ULCM
UMM-SP, 07/04/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1129460017396590>>. Acesso em: 07/08/20; pág. 121

Figura 72_Cozinha comunitária Vila União
UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. *Jornal da União*, São

Paulo, n. 08, p. 03, junho de 2020; pág. 121

Figura 73_Entrega de cestas básicas - Leste 1
UMM-SP. Crise brasileira se aprofunda e movimentos resistem. *Jornal da União*, São Paulo, n. 08, p. 01, junho de 2020; pág. 121

Figura 74_Mapa de contágio x deslocamento, junho/2020
Instituto Pólis, LabCidade, 06/20. Circulação para trabalho explica concentração de casos de covid-19, 30/06/20. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/>>. Acesso em: 11/08/20; pág. 124-125

Figura 75/76_ Processo construtivo de abóbadas, Parque São Rafael
Arquivo USINA-CTAH, 2019; pág. 126-127

Figura 77_Mutirantes construindo abóbadas, Parque São Rafael
Isac Marcelino, 2019; pág. 128

Figura 78_Mutirante tirando nível, Parque São Rafael
Arquivo USINA-CTAH, 2018; pág. 129

Figura 79_Abóbadas, Parque São Rafael

Acervo próprio, 2019; pág. 129

Figura 80_ *Mutirante, conjunto Florestan Fernandes e José Maria Amaral*

Acervo próprio, 2019; pág. 129

Figura 81_ *Coordenadora UMM-SP em ato dia mundial do Sem Teto*

UMM-SP, 05/10/20.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1276472002695390>>.

Acesso em: 20/11/20; pág. 132

Figura 82_ *Manifestação Zona Leste*

Acervo MTST-Leste 1, 05/20; pág. 132

Figura 83_ *Manifestante cobra o fim da violência policial, RJ*

PIRES, Breiller. 'Vidas negras importam' chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista.

El País, 07/06/20. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>>.

Acesso em: 30/10/20; pág. 132

Figura 84_ *Manifestação Vidas negras importam, Recife, PE*

PIRES, Breiller. 'Vidas negras importam' chacoalha

brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista.

El País, 07/06/20. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html>>.

Acesso em: 30/10/20; pág. 133

Figura 85_ *Manifestação Zona Leste*

Acervo MTST-Leste 1, 05/20; pág. 133

Figura 86_ *Manifestação Vidas negras importam*

SIMÕES, Nataly. Manifestantes convocam novos protestos por vidas negras em São Paulo e no Rio de Janeiro. Alma preta, 05/06/20. Disponível em: <<https://almapreta.com/editorias/realidade/manifestantes-convocam-novos-protestos-por-vidas-negras-em-sao-paulo-e-no-rio-de-janeiro>>.

Acesso em: 30/11/20; pág. 133

Figura 87_ *Mapa de contágio x favela x saneamento, maio/2020*

Instituto Pólis, 05/20. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_GYX_8AuWZ/>.

Acesso em: 08/08/20; pág. 136

Figura 88_ *Mapa de contágio x racialidade, maio/2020*

Instituto Pólis, 05/20. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B_GYX_8AuWZ/>.

Acesso em: 08/08/20; pág. 137

Figura 89_ *Mulheres em ato, 2015*

MTST-Leste 1, 08/03/15. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/722012417919726>>.

Acesso em: 22/11/20; pág. 138

Figura 90_ *Mulheres em ato das favelas, cortiços e ocupações, 2020*

UMM-SP, 10/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1254948041514453>>.

Acesso em: 13/09/20; pág. 138

Figura 91_ *Mulheres em ato, 2014*

MTST-Leste 1, 05/12/14. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/666557046798597>>.

Acesso em: 22/11/20; pág. 138

Figura 92_ *Ato dia mundial do Sem Teto, 2020*

UMM-SP, 05/10/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/umm.sp.1/photos/1276472036028720>>.

Acesso em: 24/11/20; pág. 138

Figura 93_ *Mulheres em ato, 2014*

MTST-Leste 1, 05/12/14. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/666557046798597>>.

Acesso em: 22/11/20; pág. 139

Figura 94_ *Perspectiva da esperança*

Acervo próprio, 2019; pág. 144-145

Figura 95_Retomada das reuniões presenciais MTST-Leste 1, 27/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3377067392414202>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 148

Figura 96_Retomada das reuniões presenciais Evaniza Rodrigues, 04/10/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/evanizalr/photos/138322691312059>>. Acesso em: 17/11/20; pág. 148

Figura 97_Retomada das reuniões presenciais MTST-Leste 1, 17/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3344520652335543>>. Acesso em: 20/11/20; pág. 148

Figura 98_Retomada das reuniões presenciais MTST-Leste 1, 27/09/20. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-Sem-Terra-Leste-1-350084561779182/photos/3377067392414202>>. Acesso em: 28/09/20; pág. 148

[4] Conclusão

Figura 99_Assembleia MTST-Leste 1 Acervo próprio, 25/05/19; pág. 150-151

Associação Escola da Cidade
Trabalho de Conclusão de Curso
2020

Veridiana Lopes Ribeiro
Fiorotto
veridiana.fiorotto@gmail.com

Orientação
Prof^a. Dr^a. Amália dos Santos

Orientadores Convidados
Prof^a. M^a. Angela Amaral
Prof^o. Dr^o. Nabil Bonduki

